

Alexsandra Maria Vieira Muniz

Reestruturação Produtiva e Espacial

e as Implicações no Trabalho Agroindustrial



Reestruturação Produtiva e Espacial

e as Implicações no Trabalho
Agroindustrial



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

Reitor

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Vice-Reitor

Prof.^a Diana Cristina Silva de Azevedo

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. João Guilherme Nogueira Matias

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.^a Regina Célia Monteiro de Paula



IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

Diretor

Francisco Charles Rocha e Silva Ribeiro

COLEÇÃO ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Eustógio Wanderley Correia Dantas

Conselheiros

Prof. Ana Fani Alessandri Carlos

Prof. Antônio Jeovah de Andrade Meireles

Prof. Christian Dennys Oliveira

Prof. Edson Vicente da Silva

Prof. Francisco Mendonça

Prof. Hérvé Théry

Prof. Jordi Serra i Raventos

Prof. José Borzacchiello da Silva

Prof. Jean-Pierre Peulvast

Prof.^a Maria Elisa Zanella

Alexsandra Maria Vieira Muniz

Reestruturação Produtiva e Espacial

e as Implicações no Trabalho
Agroindustrial



Fortaleza
2024

Reestruturação Produtiva e Espacial e as Implicações no Trabalho Agroindustrial

Copyright © 2024 by Alexsandra Maria Vieira Muniz

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Yvantelmack Dantas

Normalização bibliográfica

Luciane Silva das Selvas

Programação visual

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

Diagramação

Victor Alencar

Capa

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará

M966r Muniz, Alexsandra Maria Vieira.
Reestruturação produtiva e espacial e as implicações no trabalho agroindustrial [livro eletrônico] / Alexsandra Maria Vieira Muniz. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2024.
4.894 kb : il. color. ; PDF.

ISBN: 978-85-7485-529-5

1. Atividade agropecuária – Baixo Jaguaribe. 2. Trabalho agroindústria 3. Reestruturação produtiva – agroindústria. I. Título.

CDD 338.1

A Deus, aos meus pais (in memoriam) pela dedicação, amor e ensinamentos, divido os frutos deste trabalho; ao meu marido, Junior, e aos meus filhos, Rafael e Raquel, meu muito obrigada, pelo imprescindível apoio, incentivo, amor, atenção e compreensão; aos agricultores que dividiram um pouco do tempo de sua labuta diária para compartilhar saberes e construir conhecimento, suas contribuições foram imprescindíveis na tessitura desta obra.

À Universidade Federal do Ceará através do Programa de Pós-graduação em Geografia.

*O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim, terás o que colhe.*

Cora Coralina

PREFÁCIO

A obra que Alessandra M. V. Muniz traz a público em formato de livro é parte de sua dissertação de mestrado defendida em 2004, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob minha orientação. Teve como recorte espacial a região do Baixo Jaguaribe, no estado do Ceará, e como objeto principal de estudo a reestruturação produtiva da agropecuária e o impacto sobre o trabalho.

Vale dizer que a região objeto de análise é uma das mais importantes do Ceará, destacando-se por sua história, sua economia, assim como por suas metamorfoses socioespaciais nas últimas décadas, notadamente desde os anos 1990, reflexo, entre outros, de sua inserção na nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário do Brasil. Neste ínterim tem se mostrado uma das mais impactadas pelas transformações neoliberais da agricultura, comandada pelo tripé da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, sob o comando do capital financeiro, difundindo o que passou a ser denominado de agronegócio.

Desde então, a atividade agropecuária no Baixo Jaguaribe se dá calcada na utilização intensiva de ciência, tecnologia, informação como forças produtivas, com a adoção de pacotes tecnológicos (insumos químicos, mecânicos, biotecnológicos, serviços modernos etc.), que difundem um padrão estandardizado de produção, com uma articulação crescente aos interesses dos agentes econômicos hegemônicos que atuam regionalmente. Como resultado, temos o aumento geométrico da produtividade e da produção agropecuária e de alguns ramos da agroindústria e que, em última instância, viabilizam muitas novas possibilidades para acumulação de capital.

Isso tem promovido a abertura da região às forças da produção e consumo globalizados, sob o comando de importantes empresas e corporações, algumas transnacionais, à frente, entre outros, da produção de laticínios; do agronegócio de frutas tropicais, notadamente

de melão, do qual a região se transformou na principal produtora e exportadora do país, conectando a região a vários lugares do mundo.

Adaptando Oliveria (2016),¹ diríamos que na região passaram a ocorrer dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária: a territorialização do capital do agronegócio no espaço agrário, assim como a monopolização do espaço agrário pelas corporações do agronegócio. No primeiro caso podemos citar o exemplo das empresas que produzem as frutas tropicais, especialmente melão. Já para o segundo processo, podemos indicar o caso da agroindústria de laticínios, uma vez que grande parte da produção de leite se encontra monopolizada pelo capital agroindustrial.

Algumas empresas nacionais e transnacionais se territorializaram na região, promovendo intenso processo de reorganização da produção agropecuária e agroindustrial, das relações sociais de produção e de oligopolização de espaço agrícola, concentrando ainda mais a estrutura fundiária. Tais empresas e corporações têm cada vez mais domínio sobre as terras agrícolas, a água, os trabalhadores, a tecnologia, algumas esferas locais de poder e, assim, impactam até mesmo sobre a própria (re)estruturação do espaço urbano-regional.

Pelo exposto, óbvio está que o agronegócio se difunde na região estudada com metamorfoses profundas, promovendo a desterritorialização de milhares de pequenos agricultores. Muitos são totalmente expropriados e acabam migrando, vários se instalam nas periferias das cidades da própria região e terminam compondo, por vezes, parafraseando conceito clássico de Marx para o caso presente, o exército agrícola de reserva das próprias empresas, por exemplo da fruticultura nos momentos de maior demanda de mão de obra, como nos períodos de safra.

São muitos os processos de grilagem, expropriação, expulsões, violência, assassinatos, entre outros, geradores de conflitos pela terra e de todos os bens naturais que ela possui (água, minérios, biodiversidade). Como objeto e sujeito do agronegócio, a região em análise é hoje

¹ OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. *A Mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

um território que nada mais tem de autônomo, mas é um mero lugar do fazer agropecuário e agroindustrial, um lugar de extração das riquezas.

Boa parte da economia na região está, assim, alicerçada na apropriação privada de alguns bens naturais e na transformação destes em mercadorias. Entre os casos mais marcantes da região e do objeto em análise, estão a terra e a água para a produção de frutas tropicais, entre outros. Assim, o que existe de “moderno” é totalmente fundamentado em algumas velhas formas de apropriação da natureza.

Entre os impactos dos processos citados, temos, de um lado, a própria formação de um mercado de trabalho agrícola formal, até então pouco significativo na região, que se dá paralelamente à significativa precarização e sazonalidade do mesmo. Vários destes aspectos são tratados no trabalho de Alexsandra.

Dada a grande velocidade e complexidade das metamorfoses advindas com a reestruturação produtiva e territorial que caracteriza a região do Baixo Jaguaribe, alguns aspectos e dados apresentados no livro não correspondem à totalidade da dinâmica presente. Mas isso não significa que invalide o que nos é apresentado, pois a obra mostra um retrato de um momento de inflexão de vários dos processos que foram vetores de mudanças socioespaciais e que, dessa forma, nos ajudam a melhor compreender a região hoje.

Desejamos boa leitura a todas e todos!

Denise Elias
Fortaleza, abril de 2024.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESPACIAL NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL	19
Reestruturação Produtiva e a Agroindústria no Baixo Jaguaribe.....	24
Máquinas e Instrumentos Agrícolas no Baixo Jaguaribe.....	57
REDEFINIÇÕES NO TRABALHO AGROINDUSTRIAL	81
Distribuição espacial e economicamente ativa da população.....	81
Emprego agroindustrial	98
Perfil da mão de obra agroindustrial.....	139
O trabalhador agrícola sob o signo da conexão	143
Desterritorialização da força de trabalho	161
Unificação do mercado de trabalho urbano-rural	166
Condições de trabalho agroindustrial.....	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	186

INTRODUÇÃO

A tessitura deste livro é resultante da pesquisa de mestrado orientada pela profa. e pesquisadora Dra. Denise Elias. Pesquisa, cujo objetivo é analisar os impactos do processo de reestruturação produtiva e espacial no trabalho agroindustrial, foi defendida em 2004 pela Dra. Alexsandra Muniz, profa. do departamento de Geografia, da Universidade Federal do Ceará.

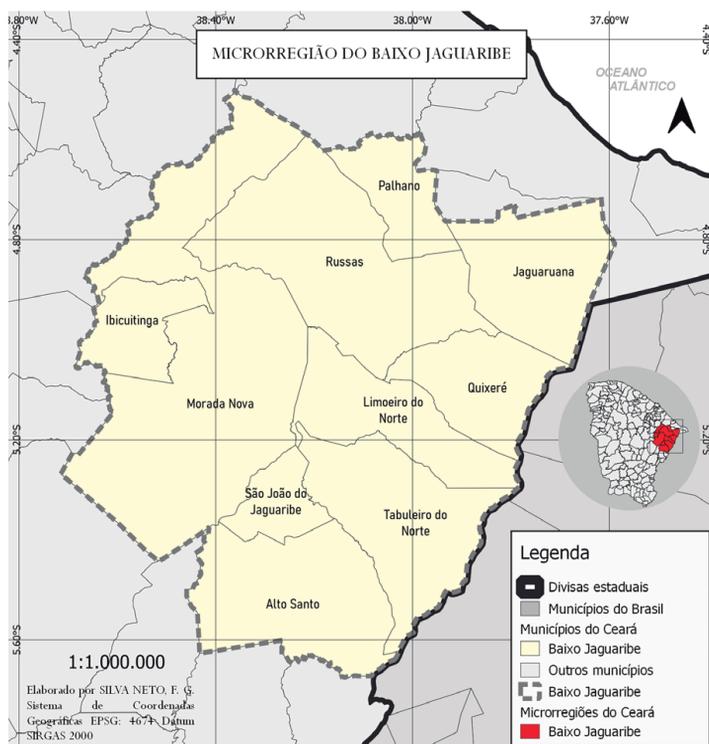
Buscamos, assim, investigar as recentes transformações que, de uma forma mais geral, dizem respeito ao modo de produção capitalista no atual processo de mudanças na economia mundial e que se desdobram em redefinições no mundo do trabalho.

Partimos do pressuposto de que para desvendarmos como as mudanças na estrutura produtiva contribuem para explicar as consequências sobre o trabalho agroindustrial é preciso tornar inteligível esse processo em diferentes escalas. Tomamos como exemplo, a delimitação espacial da dissertação de Muniz (2004), no Estado do Ceará, notadamente no Baixo Jaguaribe.

Conforme o Mapa 1, o Baixo Jaguaribe está inserido no semi-árido do Estado do Ceará, localizando-se a nordeste deste, no quadrante das coordenadas geográficas de 5° 06' e 5° 31' de latitude sul e 37° 46' e 38° 22' de longitude oeste. De acordo com a divisão

político-administrativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a região do Baixo Jaguaribe² ocupa uma área de 9.791Km², que corresponde a cerca de 6,8% do território cearense, representada por 10 (dez) dos 184 (cento e oitenta e quatro) municípios cearenses, quais sejam: Alto Santo, São João do Jaguaribe, Ibicuitinga, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Jaguaruana e Palhano.

Figura 1 – Mapa da Microrregião do Baixo Jaguaribe



Fonte: (Silva, Neto, 2024).

² Esta região limita-se ao norte com o município de Beberibe, ao sul com os municípios de Iracema e Potiretama, a oeste com os municípios de Ibaretama, Quixadá e Banabuiú, e a leste com o Rio Grande do Norte.

Apesar da necessidade de delimitar o estudo, sabemos que a espacialidade dos fenômenos, matéria-prima da Geografia, é possível de ser observada nas diversas escalas em que se manifesta e estas escalas estão intimamente relacionadas.

Outrossim, a análise realizada significa a “realização de um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral [...] e o particular [...]” (Corrêa, 1995), uma vez que “regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local [...]” (Santos, 1994). Pode também “ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas” (Corrêa, 1995).

Desta forma, a escolha do Baixo Jaguaribe como objeto de estudo se deveu ao destaque desta região no espaço cearense, no que se refere às metamorfoses na estrutura produtiva e espacial em curso nas últimas quatro décadas, reflexo das políticas públicas e privadas que criam as condições favoráveis para a reprodução ampliada do capital.

Ademais, no Baixo Jaguaribe se destaca o agronegócio de frutas tropicais e a agroindústria a este associada, com a presença de grandes empresas transnacionais e nacionais, além da expansão da atividade de mineração e instalações de usinas para a produção de energia solar, ou fotovoltaica vis a vis a redução de áreas que, até recentemente, eram dominadas pela agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal e a pecuária extensiva.

O ponto de partida deste estudo foi um problema definido a partir do questionamento acerca de quais os impactos causados pelo processo de reestruturação produtiva e espacial sobre o trabalho agroindustrial na região do Baixo Jaguaribe.

A metodologia está organizada em torno de três eixos: pesquisa bibliográfica, realização de trabalhos de campo e coleta e análise de séries históricas da base Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Para o alcance do objetivo proposto, este livro está estruturado para além desta introdução, nos tópicos seguintes: 1. Reestruturação Produtiva e Espacial na era da mundialização do capital; 2. Redefinições

no Trabalho AgroIndustrial, na sequência, temos as Considerações Finais e as Referências.

Como a análise das consequências da reestruturação produtiva e espacial sobre o trabalho agroindustrial não poderia estar desvinculada da atual etapa de acumulação capitalista, visto que a expansão capitalista se efetiva, dentre outras coisas através do processo de reestruturação da produção e do trabalho, procuramos inicialmente realizar uma contextualização do processo de reestruturação produtiva. Posteriormente analisamos como o Baixo Jaguaribe se insere no contexto mundial para responder às necessidades apresentadas pela produção moderna, procurando entender como vem se dando o processo de reestruturação produtiva no Baixo Jaguaribe que tem sua base na política de modernização assentada na agricultura irrigada. Isso nos remeteu às mudanças operadas no espaço agroindustrial, bem como aos seus reflexos no trabalho agroindustrial.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESPACIAL NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Em um cenário mundial de concorrência capitalista, a busca pelo aumento da produtividade e o restabelecimento das estruturas de acumulação é o que impulsiona as unidades produtivas a executarem modificações nos processos de trabalho. Isso acelera a inserção de inovações tecnológicas no processo produtivo, cuja expressão é a nanoeletrônica “a microeletrônica, a automação, a robótica, a informática e as redes que aceleram e multiplicam a capacidade produtiva da força de trabalho” (Ianni, 1997, p. 157).

Paralelamente às inovações vêm sendo implementadas novas políticas de gestão da produção e da organização do trabalho, em que se observa a introdução de procedimentos organizacionais globais: *kaban*, *just-in-time*, a série de racionalizações da produção, tais como os *downsizing* e a reengenharia. Há ainda os programas de qualidade total que possibilitam o gerenciamento do trabalho via círculos de controle de qualidade e gestão participativa que permitem uma maior economia de espaço, tempo de produção, maior controle de qualidade do produto e conseqüentemente maior produtividade.

Em nome da competitividade e majoração da taxa de lucros, o que presenciamos é a “flexibilização” das leis trabalhistas, tornando-se a terceirização uma prática comum, um dos pilares do atual

modelo produtivo. Em outros termos significa excluir uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais, resultado de conquistas históricas contidas na legislação trabalhista, cuja existência passa a ser denunciada como obstáculo à expansão do emprego formal (Antunes, 1997).

Com o “regime de acumulação sob a dominância do capital financeiro” denominado de “mundialização do capital” (Chesnais, 1996, p. 24), a ciência e a tecnologia a serviço direto da produção e reprodução do capital, invadem os setores produtivos com muito mais ímpeto, inserindo-se nas relações de trabalho. Cria-se assim um novo *ethos* para estas relações, uma nova via de racionalização do trabalho adequada às atuais necessidades de acumulação do capital (ALVES, 1999, p. 22).

Cabe aqui ressaltar que optamos por utilizar o conceito de *mundialização* em vez de *globalização*, para diferenciarmos o atual período, que Alves (2001) afirma ser uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo caracterizada pela predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista. “O que implica em não reduzir a nova etapa de internacionalização capitalista a uma mera continuidade da ocidentalização do mundo iniciada no século XV”, ou seja, “é antes de tudo, a globalização do capital e não a mera globalização das trocas” (Alves, 1999, p. 61). Segundo Santos (2000, p. 23) “nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação”.

Nesse contexto, a mundialização do capital tendeu a impulsionar o processo de reestruturação produtiva, uma vez que, ao demandar transformações na estrutura produtiva, difundindo a modernização dos processos de trabalho e produção, a mundialização permitiu o aprofundamento do processo de reestruturação, resultando na reterritorialização ou recuperação político-territorial do poder de trocas globais para obtenção de vantagens competitivas entre as nações.

A reestruturação produtiva assentada na divisão do trabalho entre unidades produtivas integradas espacialmente articula-se, portanto, às duas faces da mesma moeda. Uma diz respeito à crise do capitalismo,

tendo sido uma resposta ao esgotamento do padrão de crescimento econômico capitalista até então vigente – fordismo – e, por conseguinte, da redução da taxa de lucro. A outra, ao processo de mundialização do capital, uma vez que para adequar a economia ao mercado global, havia necessidade de se reestruturar o modo pelo qual se organizava a produção, distribuição e consumo (cadeia produtiva como um todo) que, por sua vez, passou a ser uma determinação do novo regime de acumulação capitalista, como novo paradigma tecnológico/organizacional cuja característica essencial pode ser resumida em uma palavra, qual seja: flexibilidade (Harvey, 1993).

Com o advento de um novo paradigma tecnológico e produtivo e uma nova organização do trabalho, o capitalismo começa a se remodelar, redefinindo e reestruturando o processo de acumulação e regulação de sua economia, através da exploração mais intensiva de capital e de trabalho, da produção flexível e do desacionamento do Estado-Providência (*Welfare State*).

Conforme Soja:

[...] a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição [...]

(Soja, 1993, p. 193).

A atual fase do processo de reestruturação produtiva coincide com a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro ou monopolista. Iniciada no Brasil já na segunda metade da década de oitenta do século XX, acelera-se rapidamente a partir dos anos noventa, quando ocorre a abertura da economia durante o governo Collor.

Esse processo se aprofundou com a política de estabilização implementada a partir do Plano Real, no governo Cardoso em 1994, com a subvalorização do dólar frente ao real e uma grande facilidade para importação, que exigiu das empresas transformações em ritmo acelerado e associações com capitais estrangeiros, para poderem sobreviver.

Sendo a reestruturação produtiva um viés da reestruturação do capital que tem reflexo em todas as esferas da sociedade, podemos afirmar que, na passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, ocorre a primeira fase da reestruturação produtiva sob o signo da modernidade. Essa fase, quando ganham terreno as ideias liberais, perdura até a crise de 1929 que se tornou mundial e abalou todo o sistema capitalista, entrando em cena o Estado do Bem-Estar Social. Como resposta à crise do modelo Keynesiano-Fordista temos a segunda e atual fase da reestruturação capitalista com a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, que se caracteriza, dentre outras coisas, pela união do capital comercial, industrial, agrário e bancário sob o signo da pós-modernidade, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível, sob o impulso das políticas neoliberais na era da mundialização do capital.

Ratificamos que, assim como a revolução ocorrida durante o capitalismo industrial foi impulsionada pela busca do aumento da produtividade e o restabelecimento das bases para a acumulação capitalista, em um cenário mundial de concorrência capitalista, isto também é o que impulsiona as rápidas mudanças dos padrões de crescimento. Isso ocorre em diferentes setores da economia cujos produtos específicos surgem em setores de valorização do capital. Dizemos em diferentes setores da economia porque distintamente das sociedades anteriores que exploravam sucessivamente a caça, a criação, a agricultura, o mercado, a indústria, a atual fase do capitalismo não se apoia mais sobre um único setor, mas sobre uma rede de setores, estando os agentes sociais, direta ou indiretamente, integrados em corporações, ou, mesmo, configurando o que Gottdiener (1993, p. 218) denomina “redes de crescimento”.

Embora os estudos sobre a reestruturação produtiva no Brasil venham sendo realizados, principalmente, no setor industrial, sendo minoritárias as pesquisas que têm investigado o setor primário, o processo de reestruturação produtiva não permanece no plano das indústrias. Ele invade o campo onde a racionalidade perversa se instala mais rapidamente por este ser mais suscetível à difusão do capital do que a cidade.

A cidade deixa de ser o *locus* por excelência dos capitais novos³ porque a paisagem urbana reúne e associa pedaços de tempo materializados de forma diversa, ao contrário do campo, prenhe de espaços virgens, “livre de heranças de diferentes sistemas técnicos e sociais, de modo que o novo vai se dar com maior velocidade e rentabilidade”. Ainda assim, “a cidade, sobretudo nas áreas mais fortemente tocadas pela modernidade, é o lugar da regulação do trabalho agrícola” (Santos, 1994, p. 138; 104).

No espaço rural, a reestruturação produtiva se faz presente, notadamente na atividade agropecuária moderna. Nela o processo de reestruturação impulsiona a substituição da base técnico-científica (com a incorporação de novos instrumentos de trabalho dotados de alta tecnologia – como as utilizadas na irrigação –, combinada com a utilização de insumos modernos). Isso dá origem a uma nova “configuração territorial formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza, verdadeiras próteses, de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho próprias de cada época” (Santos, 1994, p. 141).

Na busca de alcançar um padrão de competitividade mais elevado, a atividade agropecuária passa por consideráveis alterações na sua estrutura organizacional de produção, dentre as quais podemos citar: os sistemas técnicos (Santos, 1994, 1996) de irrigação, transportes, eletrificação, armazenagem e telecomunicações, a difusão das inovações mecânicas (arados de tração mecânica, tratores e colheitadeiras), físico-químicas (corretivos, fertilizantes, agrotóxicos) e biotecnológicas. Essas últimas têm expressão maior no advento de uma nova força produtiva, a biotecnologia, que dirige as inovações a partir da engenharia genética através da transferência de genes, modificando decisivamente as características dos animais e vegetais. As variedades geneticamente melhoradas daí resultantes passam a comandar de forma decisiva o calendário agrícola (Silva, 1981).

³ Estes capitais novos é que dão a direção dos processos em curso na agricultura brasileira e podem ser medidos pelos fixos e fluxos (Santos, 1988, p. 77) que acarretam novas formas tecnológicas, organizacionais e ocupacionais.

Reestruturação Produtiva e a Agroindústria no Baixo Jaguaribe

Se é correto afirmar que os antigos *sistemas técnicos* (Santos, 1994, 1996) vêm passando por uma verdadeira reestruturação com a utilização de sistemas de engenharia cada vez mais avançados, o processo de reestruturação não se dá somente através desta evidência.

O processo de reestruturação no campo se dá através de uma série de apropriações parciais, descontínuas do trabalho rural, possibilitada pela difusão das *inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas* (Silva, 1981).

Neste contexto, podemos afirmar que o processo de reestruturação produtiva⁴ do setor primário brasileiro tem suas bases fundadas na modernização da agricultura, por ter inspirado diretamente as políticas agrícolas implementadas no país a partir do final da década de 1960. A modernização da agricultura, por sua vez, ocorreu com o desenvolvimento do capitalismo no campo, que se deu primeiramente através do processo de industrialização, com a implantação da indústria pesada, e de máquinas e insumos agrícolas, embora a agricultura brasileira já consumisse em especial, desde a década de 1950, uma quantidade crescente de insumos e maquinarias modernas, cuja demanda era satisfeita através de importações.

A agricultura brasileira marcada por um modelo desenvolvimentista adotado com ênfase na industrialização permitiu a intensificação das relações econômicas tipicamente capitalistas, resultando no desenvolvimento e materialização dessas relações através da instauração de uma nova base técnica de produção. É no início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, que se instauram as indústrias de máquinas e insumos agrícolas, datando o início da chamada *Revolução Verde*, que permitiu um uso mais intensivo da terra e da força de trabalho. Em outras palavras significou a subsunção do trabalho agrícola ao capital ou, nas palavras de Silva (1981, p. 25), “a dominação do capital sobre o processo de trabalho”.

⁴ Por reestruturação produtiva entendemos tanto as mudanças de ordem técnico-econômicas quanto as sócio-institucionais que ocorrem em um determinado espaço.

Destarte, “[...] o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo se faz ‘industrializando’ a própria agricultura” (Silva, 1994, p.14). Esse processo de substituição da base técnica e de subordinação do trabalho agrícola ao capital industrial que culmina com a própria industrialização da agricultura constitui a primeira fase da modernização agrícola, “processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital” (Muller, 1989, p. 37).

A segunda fase da modernização da agricultura ocorreu “[...] no início dos anos 1970, quando o país apresentava um conjunto de setores agrícolas e industriais interdependentes entre si que pode ser designado de complexo agroindustrial” (Muller, 1989, p.37) e significou a substituição dos *complexos rurais* (Silva, 1996; 1999) uma vez que a agricultura passou a fornecer matérias-primas e comprar bens industriais à medida que demandava quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo setor industrial, sendo este último processo chamado de *industrialização da agricultura*.

[...] o CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura, e a segunda de agroindústria. Na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e indústria para a agricultura, verifica-se um processo de industrialização da agricultura; e na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e a indústria beneficiadora e processadora, verifica-se um processo de agroindustrialização. Chama-se de modernização (tecnocômica) agrária a interação entre industrialização do campo e agroindustrialização (Muller, 1989, p. 61-62).

Neste sentido, segundo Sorj “o surgimento do complexo agroindustrial no Brasil se dá realmente com a implantação da indústria de maquinaria e insumos agrícolas, por volta do começo dos anos 1960, com o início da produção de tratores” (Sorj, 1980).

Se seguirmos a ideia defendida por Sorj (1980) ao afirmar que “a agricultura passa a se reestruturar a partir de sua inclusão imediata no circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora industrial, seja como produtora de matéria-prima para a sua transformação industrial” [...],⁵ concordaremos com Elias (2002) quando diz que a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira aprofunda-se com as *inovações biotecnológicas*⁶ cuja expressão maior é o advento de uma nova força produtiva, a biotecnologia, que dirige as inovações a partir da engenharia genética através da transferência de genes, modificando decisivamente as características dos animais e vegetais e as variedades geneticamente melhoradas daí resultantes passam a comandar de forma decisiva o calendário agrícola. Nas palavras de Silva: “[...] as variedades geneticamente melhoradas permitem uma produção quase que contínua ao longo do ano agrícola, desrespeitando as épocas tradicionais de plantio e colheita”, o que possibilita uma melhor distribuição da produção ao longo do ano (Silva, 1981, p. 32).

Entretanto, divergimos de Elias (2002, p. 282) quando diz que “em meados da década de 70, acirra-se a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira”, uma vez que consideramos a reestruturação produtiva nos moldes atuais, iniciada há mais de quatro décadas nos países desenvolvidos, tendo sido iniciada, no Brasil, timidamente já na segunda metade da década de 1980, intensificando-se no decorrer dos anos de 1990.

Se na década de 1970 a manutenção e expansão do CAI constituiu-se no principal vetor da modernização, conforme apontou Muller (1989), ou melhor dizendo, no principal vetor da reestruturação produ-

⁵ Elias também coaduna com esta ideia ao afirmar que “a expansão dos CAIs constituiu o principal vetor da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira e, conseqüentemente, da organização do agribusiness brasileiro e da expansão do meio técnico-científico-informacional no campo” (ELIAS, 2002, p. 282).

⁶ Nas palavras de ELIAS: “Com a biotecnologia acirra-se a utilização da ciência para a acumulação ampliada na agropecuária e completam-se as bases da revolução verde, um aprofundamento da reestruturação da agropecuária, fundamentada na utilização de um conjunto de práticas tecnológicas, através da difusão internacional de certas técnicas de pesquisa e produção agropecuárias” (Elias, 2002, p. 283).

tiva da agropecuária brasileira conforme afirmou Elias (2002), atualmente, são as inovações biotecnológicas a ponta do *iceberg* da revolução científica no setor produtivo.

Dessa forma, devemos atentar também para a importância do papel do Estado com as inúmeras políticas públicas que vêm a impulsionar a reestruturação em curso. Não podemos deixar de ressaltar aqui a importância da política de crédito agrícola que, embora tenha privilegiado certos tipos de produtores, produtos e espaços produtivos, “se transformou sem dúvida no maior impulsionador do processo de modernização das forças produtivas, em particular da mecanização [...]”. É através da política de crédito que o Estado estimula o setor agrícola para o consumo dos bens produzidos pelas indústrias, acelerando desse modo a adoção de tecnologias e insumos modernos pelos produtores rurais (Sorj, 1980).

Diante disto, podemos afirmar que essas inúmeras metamorfoses não seriam possíveis sem a intervenção do Estado, uma vez que o modelo que predominava até a década de 1970 (Keynesianismo), tinha o Estado como seu alicerce, um dos principais atores, investindo de forma direta na produção, sendo assim, sua presença foi pré-condição para “a modernização, ainda que parcial, da agricultura brasileira [...]” (Silva, 1994, p. 55).

Embora o processo de modernização da agricultura se tenha dado em certas áreas com maior renda diferencial foi necessária a intervenção do Estado para quebrar o antigo padrão de expansão agrícola, fundado no uso extensivo de terra e força de trabalho, para viabilizar a transformação das forças produtivas na agricultura brasileira (Sorj, 1980).

Dessa forma, as condições sociais e técnicas da estrutura agrária se efetivaram a partir de um papel ativo do Estado, na medida em que este impulsionou a modernização da agricultura, através da criação de inúmeras políticas públicas.

A marcha de apropriação e substituição⁷ parcial do processo de produção rural por parte dos capitais industriais conduziu à formação de uma economia dual, com a presença na agricultura de um setor moderno e outro arcaico e conservador, porém intensamente interligados.⁸

A reestruturação produtiva e espacial que tem sua base na política de modernização não eliminou o atraso na agricultura que persiste até nossos dias, e, mesmo assim, nem este atraso e muito menos o latifúndio não são, e nunca foram, um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

A forma como se deram as transformações na agricultura para que esta respondesse às necessidades do processo de desenvolvimento capitalista passou a ser denominada de *modernização desigual* (Gonçalves Neto, 1997), *conservadora* (Silva, 1978,⁹ 1999; Delgado, 1985), *dolorosa* (Silva, 1996), *incompleta e parcial* (Muller, 1989;¹⁰ Silva, 1981, 1996), como também, *extremamente seletiva* (Thomaz Júnior, 2000) e *excludente* (Elias, 1999, 2002).

Essas denominações se explicam pelo fato de que as mudanças no processo de produção resultaram em aumento da produção, produtividade e rentabilidade, mas essas benesses não se fizeram acompanhar por uma distribuição equilibrada, intensificando as desigualdades sociais já existentes. Isso contribuiu para acelerar e perpetuar uma estrutura social marcada por um processo de acumulação, concentração e centralização da renda e do poder nas mãos de uma minoria, na qual ingressam cada vez mais grandes empresas nacionais e transnacionais. Essas denominações também expressam o fato de que a reestruturação

⁷ Os capitais apropriacionistas estão associados principalmente com o processo de produção rural, enquanto os capitais substitucionistas estão envolvidos nas etapas posteriores da produção (DAVID et al, 1990).

⁸ Longe de adentrar na dicotomia do moderno (que passa a ser adotado como único modelo a ser seguido) e do tradicional (considerado pelos idealizadores das políticas modernizantes de atrasado, subdesenvolvido), a intenção aqui é expor a existência de um modelo mais recente e outro mais antigo, ou seja, está ligado à questão de tempo.

⁹ "O que se pode ver no campo brasileiro é uma 'modernização conservadora' que privilegia apenas algumas culturas, regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades)" (SILVA, 1978).

¹⁰ "Essa parcialidade se dá em três níveis distintos: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais" (Muller, 1989, p. 19).

é fruto do processo de expansão capitalista no campo brasileiro, e como tal, não homogênea os espaços, pelo contrário, desenvolve-se contraditoriamente provocando geografizações diversas ao privilegiar espaços seletos e não atingir igualmente, nem ao mesmo tempo, produtos e produtores.

A reestruturação embasada na política de modernização ocorreu de forma heterogênea, descontínua no tempo e no espaço, sendo que onde a integração ao processo mais amplo de acumulação capitalista ocorreu de forma acentuada, atingiu principalmente as atividades intensivas de capital e algumas fases do ciclo produtivo, ou seja, a “[...] racionalidade sistêmica não se dá de maneira total, absoluta e homogênea, pois, nas áreas assim transformadas, permanecem zonas onde ela é menor ou inexistente” (Santos, 1994, p. 107).

Apesar de as transformações não virem se processando de maneira uniforme, a adoção das políticas de modernização no país marca um novo período em que a agricultura, longe de configurar-se um obstáculo, supera muitas ameaças que pareciam destrutivas aos olhos daqueles incrédulos na sua capacidade de superar problemas, inserindo-se no novo modelo de acumulação capitalista orientado pelo grande capital monopolista.

Segundo Silva (1994, p. 34), depois de 1960 a agricultura brasileira apresentava-se caracterizada por três grandes Regiões: o Centro-Sul, onde tínhamos um processo acelerado de modernização; o Nordeste, que em meados dos anos 1960 permanecia sem grandes transformações no conjunto de sua agropecuária; a Amazônia e parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), que a partir dos anos 1960 representou a zona de expansão da fronteira agrícola.

Como “as Regiões Sudeste, Sul e partes do Centro-Oeste foram as mais intensamente atingidas pelo processo de modernização em geral e formam, no dizer de Milton Santos (1986), a Região Concentrada” (Elias, 2002, p. 285), que é onde se dá de forma intensa a difusão de uma *agricultura científica* (Santos, 2000; Elias, 2003b), acentuaram-se as disparidades sócio-econômicas entre as várias regiões do Brasil, dificultando o crescimento econômico do Nordeste.

Não obstante, como afirma Muller:

[...] a permanência do atraso não contradiz o caráter geral das transformações parciais. Caráter geral no sentido de que nenhum grupo social assim como nenhuma região do país acha-se imune à influência do processo de transformação, até mesmo aqueles grupos sociais e regiões que não se transformaram (Muller, 1989, p. 62).

Sendo assim, o Nordeste brasileiro que até a década de 1960, conforme relatou Silva (1994), permaneceu sem grandes transformações no conjunto de sua agropecuária, fazendo parte do *exército de reserva de lugares* (Santos, 1993), sempre apontado como uma região problema, dada a sua vulnerabilidade aos riscos climáticos e aos problemas trazidos pela seca, ganha atenção especial dentro da política do governo no combate à desigualdade regional, embora isto tenha acontecido dentro de uma realidade histórica dependente economicamente da região Sudeste.

Nesse contexto, a ideia de irrigar o Nordeste, que começou a despertar o interesse público desde a década de 1940,¹¹ com as primeiras tentativas de se levar o benefício da irrigação ao semi-árido

¹¹ O governo federal criou a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), posteriormente IFOCS, e que depois se tornou o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS. A atuação do Estado no Nordeste antes da ação planejada se deu através de políticas de combate à seca tendo à frente o Dnocs que deu continuidade às políticas de irrigação implementadas pela Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS. Desde então o referido órgão passou a construir uma legião de açudes, pequenos e grandes, no Nordeste brasileiro. Essas políticas no Nordeste ficaram conhecidas como política de açudagem, em que dos 622 açudes construídos em todo o Nordeste, o Ceará, em particular, ganhou destaque com a construção do maior número de açudes públicos da região, dentre eles temos: Cedro (inaugurado em 1906, portanto antes da criação do Dnocs, em 1945), Pedra Branca, Orós, Banabuiú, Aires de Souza, Várzea do Boi. As críticas encontradas nessa forma de atuação atacavam os seguintes pontos: as intervenções do governo contra os efeitos da seca eram episódicas e se exauriam no momento que retornava o período das chuvas, e neste sentido essas intervenções eram emergenciais e se limitavam a atenuar as sequelas sociais mais imediatas através de medidas assistencialistas. O principal problema gerado pela “solução hidráulica” eram os resultados gerados por ela em termos de benefícios privados no lugar de benefícios públicos. Isto criou um ambiente propício para a ‘indústria da seca’ que caracterizou a presença de um Estado paternalista e assistencialista. “O caráter paternalista do Estado Brasileiro em relação aos grupos de poder local se materializou, historicamente, através de uma série de medidas de ajuda material e financeira que não visavam impor modificações na es-

pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), através da construção de grandes açudes e canais de irrigação, ganha destaque especialmente em meados dos anos 1960, de quando data a necessidade de “uma política de integração da economia nordestina às novas necessidades do planejamento econômico-financeiro definido para o País” (Lima, 2000, p. 46). Neste período foram realizados vários estudos, como os de recursos edáficos e potencial hídrico armazenado, objetivando a elaboração de um projeto de irrigação para a região que deixasse de ser visto como “uma simples alternativa de sobrevivência e convivência com a seca, característica dos projetos do Dnocs” (Lima, 2000, p. 46).

A intervenção Estatal na região Nordeste, visando o seu desenvolvimento socioeconômico, que se caracterizou pela criação de uma série de programas especiais de desenvolvimento regional (PIN, PROTERRA, POLONORDESTE, Sertanejo, etc.) não se deu por acaso. É fruto, sobretudo, de o poder econômico do Centro-Sul se encontrar ameaçado devido ao agravamento das tensões sociais decorrentes da insatisfação da população rural nordestina e o conseqüente avanço dos movimentos sociais, notadamente, as ligas camponesas.

A intervenção Estatal, inicialmente, se deu com a criação em 1952 do Banco do Nordeste do Brasil - BNB e em 1956 de um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – o GTDN,¹² liderado por Celso Furtado.

Conforme Andrade (1993, p. 38), o GTDN

[...] diagnosticou as causas do subdesenvolvimento regional, baseado na falta de obras de infra-estrutura, na necessidade de uma modernização agrícola que modificasse o caráter monocultor, com a implantação de propriedades familiares e policultoras, [...] no desenvolvimento industrial que, oferecendo empregos, sustasse o movimento migratório [...]

trutura econômico-social ou ao nível de desenvolvimento das forças produtivas locais” (Bursztyn, 1984, p. 35).

¹² Em 1956, o Governo de Juscelino Kubitschek frente aos acentuados desequilíbrios inter-regionais, criou o GTDN com o objetivo de fazer um diagnóstico da situação econômica da região Nordeste e oferecer sugestões para os problemas.

Diante desse diagnóstico, o GTDN teve como proposta a industrialização como fator dinamizador do desenvolvimento do Nordeste, considerada como a grande indutora da modernização, passando a ser vista como a solução para absorver o contingente de mão de obra, além de promover uma consequente integração nacional.

Para executar os planos do GTDN, é instituída em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE que tinha como objetivo “reorientar a economia nordestina através da expansão industrial e agrícola (esta última viabilizada através de uma reforma agrária e projetos de colonização)” (Sorj, 1980, p. 96).

Segundo Andrade (1993, p. 38), “a Sudene nasceu da política desenvolvimentista do Governo Kubitschek, quando se procurava objetivar o crescimento econômico do país, de forma acelerada, com a integração das áreas consideradas periféricas ao núcleo mais dinâmico”. É importante frisar que a seca (do ano de 1958) foi também o “fator motivador” das primeiras iniciativas para a criação da Sudene.

A Sudene foi apontada como o grande marco de mudança na estrutura produtiva nordestina, uma vez que, a partir de então, a região do gado-algodão passava a sofrer significativas transformações na sua base técnica de produção.

Com a Sudene sendo responsável pelas diretrizes das políticas de desenvolvimento, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs, que era a única agência governamental federal de caráter regional, “deixou de ser um organismo autônomo e canalizador de recursos financeiros das políticas da União e passou a ser executor dos programas planejados pela Sudene”, que no seu I Plano Diretor (1961-1963) “apresentou uma proposta de construção dos perímetros irrigados e de reestruturação da estrutura agrária nordestina como meio de modernização da agricultura” (Lima, 2000, p. 46-49).

A Sudene criada em 1959, com a missão de aglutinar ações que visassem, entre outras coisas, o aproveitamento racional dos recursos de água e solo na Região, conferiu efetiva prioridade ao desenvolvimento da agricultura irrigada e à criação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (Geida), em 1968, vinculado ao então Ministério do Interior, marco principal da irrigação

regional.¹³ O Geida realizou o primeiro e amplo estudo das possibilidades de irrigação no semi-árido, determinando a viabilidade técnico-econômica de 73 projetos (62 localizados no Nordeste), e traçou as diretrizes de uma política de irrigação que vieram constituir a primeira fase do Plano Nacional de Irrigação.

Entretanto, diante do estado de letargia da Sudene em meio a um longo período de seca que assolou a região Nordeste no início da década de 1970, criam-se as condições para a retomada da centralização das decisões da política de desenvolvimento regional ao nível do poder central, quando ocorre também a desconcentração na execução das ações, anteriormente concentradas na Sudene, passando o poder central a intervir diretamente através de diferentes organismos federais. “A partir desse momento, a SUDENE se caracteriza cada vez mais como uma agência executora, perdendo progressivamente seu papel de formuladora das estratégias de desenvolvimento regional” (Bursztyn, 1984, p. 21; 34).

Neste percurso, a década de 1970 despontou como marco importante no direcionamento das políticas de caráter centralizador-desconcentrador, foi este período que datou o surgimento do I Plano Nacional de Irrigação, ligado à política federal intitulada Programa de Integração Nacional (PIN).¹⁴ Por esse caminho, o governo inaugurou uma nova forma para atacar o problema do Nordeste rural, onde as políticas de irrigação passaram a ser o eixo central, dentro da política de modernização. Nesse momento torna-se mais evidente a mudança do caráter Estatal de autoritário por omissão em autoritário ativo, pois “além das medidas de ajuda que visam, em última instância, a mudança de alguns aspectos da organização social e técnica da produção e, a partir daí, da própria estrutura econômica-social rural, o Estado vai se tornando cada vez mais dirigista” (Bursztyn, 1984, p. 21; 34).

¹³ O Geida teve como o mais significativo dos seus produtos o Projeto Morada Nova, iniciado pela Sudene e transferido ao Dnocs.

¹⁴ O PIN-Plano de Irrigação Nacional que integrava o I PND-Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado pelo governo Médici visava aproveitar as águas dos açudes já existentes, bem como as do Rio São Francisco, de forma a viabilizar a agricultura irrigada e a pecuária (Bursztyn, 1984).

Com a modernização do Nordeste deixando de ser coordenada pela Sudene passando as decisões ao nível do poder central, a atividade agropecuária passa por diversas transformações que podem ser evidenciadas, dentre outras coisas, pela política de irrigação¹⁵ para o Nordeste, notadamente voltada para combater as secas. Na verdade tratava-se de uma estratégia de integração dos espaços à economia nacional, via expansão das fronteiras econômicas do país, conforme afirma Soares:

O Estado pretendia, a partir de estratégias territoriais fundamentadas no desenvolvimento da agricultura irrigada no Nordeste, construir pólos de desenvolvimento agrícola sobre os quais a lógica do capital pudesse fluir de maneira mais dinâmica, enfim, possibilitassem sua integração à economia nacional (Soares, 1999).

Dessa forma, “inicia-se nova forma de intervenção no Nordeste, concentrada em espaços econômicos restritos, mais suscetíveis de desenvolvimento e com capacidade de resposta mais imediata”. Respostas essas resultantes dos imperativos da reprodução ampliada do capital no país, como se transformações radicais na totalidade do agrordestino não fossem necessárias (Diniz, 2002, p. 41).

Inspirado na teoria dos pólos de desenvolvimento, formulada por PERROUX, a intervenção do Estado no Nordeste rural baseava-se na ideia de que os investimentos públicos em infraestrutura de irrigação concentrados em espaços seletivos (favorecidos pela posição geográfica ou pelos recursos naturais, notadamente recursos hídricos e fertilidade do solo) funcionariam como um pólo de irradiação do desenvolvimento regional. Uma evidência disso são os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRIs, dos quais destacamos o Polonordeste e o Projeto Sertanejo, em que a nova estratégia passa a ser mudar algumas partes para que o todo permaneça inalterado, ou seja, trata-se de uma pseudometamorfose.¹⁶

¹⁵ A escolha da política de irrigação para evidenciar esse processo deve-se ao fato de a modernização da agricultura no Nordeste ter se materializado principalmente através desta política.

¹⁶ A partir da criação de pólos rurais o objetivo do Polonordeste-Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste era a fixação do Homem à terra e a

O atraso da Região Nordeste criou um ambiente propício para a reprodução do capital em espaços concentrados, beneficiando uma minoria, ou seja, além da concentração estimula-se a segregação.

Não podemos negar que os espaços inseridos no processo de modernização e que passam a ser considerados espaços dinâmicos¹⁷ beneficiam-se do uso de capital intensivo possibilitando dentre outras coisas um volume de produção muito maior em uma mesma área, constituindo, no caso específico do Nordeste, *grosso modo*, autênticos piri-lampos na vastidão das caatingas, inseridos num contexto de extrema pobreza e baixa produtividade.

Os perímetros irrigados¹⁸ no Nordeste e, por extensão, no Ceará, que, por sua vez, são signos da reestruturação produtiva e espacial, foram os instrumentos utilizados para atingir os objetivos da política de irrigação e em última instância “solucionam” uma questão política e outra econômica. Política porque se faz tábula rasa para a questão da reforma agrária, já que com esses projetos de colonização argumenta-se que está sendo colocada em prática a “reforma agrária”, porque se distribuem terras aos pequenos produtores, trabalhadores rurais, rendeiros e parceiros, mas na verdade o número de beneficiados é extremamente restrito em relação ao universo da população rural. Econômica porque ao mesmo tempo em que se implementa a modernização nos perímetros, se conserva a estrutura arcaica circundante a estes.

modernização da economia. A experiência do Polonordeste assim como dos Perímetros Irrigados foram a base da formulação do Projeto Sertanejo e embora este use dos mesmos instrumentos até então praticados pelo DNOCS, como construção de barragens e açudes e a preparação de infraestrutura para a irrigação, a diferença está em incluir entre seus beneficiários os pequenos e médios proprietários, bem como os produtores sem terras.

¹⁷ “O dinamismo no setor agrícola se deve fundamentalmente ao desempenho do segmento dito ‘moderno’ da agricultura (onde prevalecem as relações de produção capitalistas), enquanto o setor dito ‘tradicional’ (onde prevalecem relações de produção não-capitalistas) é responsabilizado pela baixa produtividade ou pelo atraso da agricultura” (SILVA, 1978).

¹⁸ “Os perímetros irrigados são áreas delimitadas por órgãos estaduais que, baseadas num estudo de viabilidade técnico-econômica, são classificadas como potencialmente irrigáveis e desapropriadas para a criação de projetos de assentamentos e produção agropecuária” (Lima, 2000, p. 53).

Foram construídos no Ceará nove¹⁹ dos vinte e sete (27) perímetros instalados na região Nordeste e, como o Vale do Jaguaribe²⁰ estava entre as áreas selecionadas para introdução da política de irrigação, convém destacar que dos nove perímetros localizados no Ceará, quatro foram instalados na região do Baixo Jaguaribe, especificamente nos municípios de Morada Nova, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Russas, o que mostra ser esta região palco das parcerias do capital público e privado.

Diferentemente dos espaços produtivos em que se localizam os perímetros irrigados públicos ou privados, onde são criadas novas formas de acumulação de capital ao se implementar a modernização que se traduz, dentre outras coisas, na intensificação do processo produtivo com a utilização crescente de insumos, máquinas e equipamentos destinados a elevar a produtividade do trabalho, no sertão cearense, em geral, os efeitos das condições naturais ainda se fazem sentir de forma intensa. Isso faz com que o desenvolvimento da atividade agropecuária seja bastante limitado, predominando a pecuária semi-intensiva, a agricultura de sequeiro e o extrativismo vegetal, desenvolvidos segundo práticas tradicionais e assentados em uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Tal estrutura fundiária utiliza a terra e a força de trabalho de forma extensiva, mas, graças à diversificada base de recursos naturais aliada ao avanço da ciência e da tecnologia, os fatores adversos, por sua vez, não se mostram determinantes no desenvolvimento da atividade agropecuária.

Assim como no espaço cearense, e, conseqüentemente nordestino existe um quadro heterogêneo com uma variedade de áreas naturais, o que levou Andrade (1986) a afirmar que não há um só Nordeste, mas vários Nordestes, com profundas diferenciações entre si, nos fazendo lembrar o Nordeste da cana, do semi-árido e o de outra dinâmica

¹⁹ Os Perímetros Públicos Irrigados tiveram como primeira materialização o Projeto Bebedouro. Morada Nova, Forquilha, Paraipaba, Várzea do Boi, Quixabinha, Icó-Lima Campos, Banabuiú e Jaguaruana são estruturadas para receber os capitais novos.

²⁰ O Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe - GEVJ (1961-65), criado pela SUDENE, seguindo a prerrogativa de ser mais importante concentrar os esforços nos pontos onde se teria ação mais eficaz, realizou estudos que constituíram um inventário geral da bacia do Rio Jaguaribe.

ligada ao sul-sudeste, o Baixo Jaguaribe também não é uma exceção. Encontramos aí uma variedade de espaços, onde mudam os solos, a vegetação, o clima, mostrando-se essas vantagens comparativas como atrativos para investimentos de capital intensivo.

Os diferentes componentes físicos, como diversidade litológica, tipos de solos, feições morfológicas, disponibilidade hídrica no solo e subsolo, além de escoamento superficial, influem diretamente no desenvolvimento das unidades vegetacionais da região Jaguaribana, de forma que se verifica a ocorrência de zonas de floresta mista dicótilo-palmácia (mata ciliar de carnaúba), caatinga, floresta perenifólia paludosa marítima (mangue) etc.²¹

Em meio às características do semi-árido, o Baixo Jaguaribe é considerado um enclave, por apresentar características especiais formadas por solos sedimentares ou cristalinos profundos, relevo plano e suave ondulado com excelente potencial para o desenvolvimento da atividade agrícola, em virtude do bom suprimento de recursos hídricos²² (água armazenada no subsolo, rios perenes etc.) e solos profundos, bem drenados. Por isso, apresenta-se apto a uma agricultura mais tecnificada, de modo a maximizar os recursos de solo e água, com vistas à obtenção de alta produtividade.

Por ser parte do território cearense nesta região, também predomina o uso de técnicas de baixa produtividade, mas a alta fertilidade dos solos e a facilidade na obtenção de água na planície aluvial favoreceram seu grande aproveitamento agrícola. Esse fato justifica a valorização desse espaço não somente a partir da política de irrigação, mas desde a ocupação do Vale do Jaguaribe, onde historicamente se desenvolveu a pecuária e a agricultura irrigada.

²¹ Para visualização consultar: mapa de uso e ocupação do Baixo Jaguaribe (Elias, 2002, p. 363).

²² A despeito de estar localizado no sertão nordestino, que apresenta como característica um regime pluviométrico do tipo tropical semi-árido, com irregularidade das chuvas no espaço e no tempo, a pluviosidade normal em 2000, de acordo com dados do IPECE, variava de 703,3 mm (Palhano) a 857,7 mm (Quixeré e Russas), já Ibicuitinga apresentou 974,4 mm, isso revela que a pluviosidade regional é superior à média estadual de 600 mm.

Nestas condições, caracterizada, até então, por uma agricultura predominantemente rudimentar e por um baixo perfil tecnológico, a região do Baixo Jaguaribe passa por uma mudança no seu sistema de produção a partir da década de 1970. O período marca a primeira fase do processo de reestruturação nesta região quando se deu a implantação pelo DNOCS dos perímetros públicos de irrigação Morada Nova (1970) e Jaguaruana (1977), frutos da política de modernização agrícola, baseada no desenvolvimento da agricultura irrigada que se destinava à agricultura familiar cujo objetivo fora a transformação desta em agricultura capitalista produtora de mercadorias. Assim, toda a sua dinâmica passou a estar subordinada à lógica da produção capitalista, cujo objetivo é a acumulação e a valorização de capital.

A maneira como se deu o desenvolvimento da agricultura irrigada neste período, corroborou para que a agricultura comercial fosse considerada imprescindível para atingir o desenvolvimento. Isso porque foi associada à eficiência econômica e progresso, sendo a *exploração familiar*²³ integrada à economia de mercado, a ponta-de-lança desse desenvolvimento; enquanto a *exploração familiar*,²⁴ fundada essencialmente sobre a economia de subsistência e trabalho familiar, foi relegada ao *status* de personagem anacrônica de um meio rural modernizado e em contínua transformação.

²³ A definição de Lamarche (1993), acerca da exploração familiar gira em torno do grau de integração desta à economia de mercado, “tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural”, uma vez que, segundo este autor “um determinado grau de integração no mercado corresponde uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação”. Por outro lado, para autores como Oliveira (1997), dentre outros, o trabalho familiar não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável e os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca.

²⁴ Lamarche (1993) afirma que a exploração camponesa é uma exploração familiar, mas chama atenção para o fato de que nem todas as explorações familiares são camponesas. Este autor cita como exemplo do primeiro caso os “exploradores familiares cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar (modelo Familiar) ou simplesmente a sobrevivência da família (modelo Subsistência)”. No segundo caso cita o exemplo “de exploradores familiares cujo objetivo seria a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para a obtenção de um ganho máximo (modelo empreendimento agrícola)”.

Com a mudança de público-alvo na política de irrigação, vislumbramos a busca por impulsionar no Baixo Jaguaribe o processo de reestruturação capitalista, assim como pela chegada à região, notadamente na primeira década dos anos 2000, de empresas nacionais e transnacionais, bem como agroindústrias atuantes no setor do agronegócio. Isso trouxe mudanças que dizem respeito aos novos métodos de produção e às novas formas de organizar e gerir o trabalho.

Poderíamos afirmar que até a década de 1980 ocorreu uma reestruturação verde no Baixo Jaguaribe, com a difusão de relações capitalistas. A partir daí vem ocorrendo uma reestruturação produtiva propriamente dita, com a política de modernização baseada na agricultura irrigada de caráter privado, intensificando a expansão capitalista nesta região.

Foi a partir do final dos anos de 1980 que se manifestaram os primeiros indícios da atual fase do processo de reestruturação produtiva no Baixo Jaguaribe, mas é a partir do início dos anos de 1990 que se intensifica.

A atual fase da reestruturação produtiva no Baixo Jaguaribe coincide, então, com o segundo momento da política de modernização baseada no desenvolvimento da agricultura irrigada no final da década de oitenta, quando vislumbramos a ocupação de novos espaços pela atividade agropecuária que passam a ser valorizados pelo capital.

A primeira fase da reestruturação produtiva no Baixo Jaguaribe tinha como foco os espaços aluvionais, “em razão desta fração do território regional ter sido, ao longo das décadas de 70 e 80, a ‘core area’ da modernização agrícola patrocinada pelo Estado brasileiro, no Baixo Jaguaribe”²⁵ cuja expressão maior são os perímetros públicos de irrigação de Morada Nova e o de Jaguaruana implantados nas *terras baixas* (Soares, 2003).

Desta forma, a segunda fase da reestruturação produtiva no Baixo Jaguaribe passa a ter como foco a chapada do Apodi e tabuleiros cuja expressão maior são os perímetros irrigados Jaguaribe-Apodí e

²⁵ SOARES, Hidelbrando. O Estudo da Modernização Agrícola no Baixo Jaguaribe: Elementos Metodológicos. Texto apresentado durante o colóquio realizado na FAFIDAN em 11/04/03 sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Denise Elias.

Tabuleiro de Russas. Há nesse rol as empresas agrícolas ao longo da rodovia do melão e a mudança de público-alvo desta política pública com incentivo à iniciativa privada, reflexo da política neoliberal que visa, dentre outras coisas, o aumento da competitividade e a redução de gastos estatais.

O Estado passa a oferecer incentivos para que empresas hegemônicas no setor agropecuário possam voltar sua atenção para estes novos espaços. O intuito é aperfeiçoar, assim, o processo produtivo a partir da aplicação crescente de procedimentos e métodos científicos para a realização da produção agropecuária. Esta passa a utilizar de forma mais intensa elementos modernizantes, o que corrobora para reforçar a afirmação de Alves, quando analisa o processo de reestruturação produtiva no setor industrial: “[...] o caráter ‘mais amplo da modernização’ inclui um vasto complexo de reestruturação produtiva [...]” (Alves, 2000, p. 223).

Só poderemos falar em um complexo processo de reestruturação produtiva nesta região quando estas transformações alcançarem o entorno dos perímetros irrigados públicos e privados e das empresas agrícolas/agroindústria. Apenas nesse instante poderemos falar em uma mudança da estrutura socioeconômica, política e espacial nesta região como um todo, o que se traduziria em uma revolução agrária.²⁶

²⁶ Os termos aqui utilizados: reestruturação verde, reestruturação produtiva propriamente dita e complexo processo de reestruturação, expressam os estágios de desenvolvimento do capital e as consequentes mudanças no processo produtivo e suas implicações para os espaços da produção. A reestruturação verde na agricultura corresponde à primeira fase da modernização – industrialização da agricultura (inovações mecânicas). Já a reestruturação produtiva propriamente dita ocorre na segunda e terceira fases da modernização com os complexos agroindustriais e as inovações biotecnológicas, neste percurso o complexo processo de reestruturação seria a fase atual chamada de pós-modernidade, quando ocorre um impetuoso processo de modernização em que além das inovações químicas, mecânicas e biotecnológicas temos a informação como nova força produtiva; seria o mesmo que falar na materialidade do *meio técnico científico informacional* como pressuposto à expansão mundial do capital. Além da crescente inserção de ciência, da difusão de práticas tecnológicas globais (unicidade *técnica*) e da informação, peças-chave em um mercado pautado na competitividade, no período atual – *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1988, 1993, 1994, 1996, 2000) – ocorre ainda a integração de capitais industriais, bancários, agrários, uma reorganização do processo de gestão da produção e da força de trabalho. Em outros termos, o complexo processo de reestruturação se traduz tanto por mudanças de ordem técnico-econômicas quanto

Outra evidência do atual processo de reestruturação produtiva na região Jaguaribana são as empresas agrícolas (nacionais e transnacionais) que têm em comum a crescente especialização da produção, com destaque para fruticultura irrigada que contribui para o crescimento do agronegócio (Quadro 1).

Quadro 1 – Empresas agrícolas no Baixo Jaguaribe – 2004

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	CULTIVO	COMERCIALIZAÇÃO
J. S. Sallout	Quixeré	Melão	Mercado interno e externo (Inglaterra e Holanda)
Faego	PIJA – Limoeiro do Norte	Soja (carro-chefe), milho, mamão, banana e manga	Mercado interno (Fortaleza, Recife, Piauí) e mercado externo
Banago	PIJA – Limoeiro do Norte	Banana, melancia e goiaba	Mercado interno
Nolem Comercial Imp. Exp. Ltda	Quixeré	Melão	Mercado interno e externo (Espanha, Inglaterra)
Agrobasa	Jaguaruana	Manga (carro-chefe)	Mercado interno (Fortaleza e Jaguaruana) e externo (Europa)
Agrofrut	PIJA – Limoeiro do Norte	Banana, graviola e mamão	Mercado interno (Mossoró, Fortaleza e Recife)
Melão Doçura	Quixeré	Melão (cultura predominante), milho e sorgo anão (culturas consorciadas)	Mercado interno (São Paulo)
Frutacor	PIJA – Limoeiro do Norte e Quixeré	Banana, mamão formosa, uva, graviola e sapoti	Mercado interno (Nordeste e Campinas)
Del Monte Fresh Trade Company Brasil Ltda	Limoeiro do Norte e Quixeré	Melão, abacaxi	Mercado externo (Europa e Estados Unidos)
Isratec	Quixeré	Graviola (carro-chefe), mamão, açaí, fruta do conde, goiaba	Mercado interno (Rio de Janeiro e São Paulo)
Asfruta	PIJA – Limoeiro do Norte	Ata	Mercado interno

Fonte: Elaborado pela autora.

sócio-espaciais, resultando numa revolução agrária quando o exército de espaços da exclusão que constituem o ecúmeno desvalorizado passarem a ser incorporados pelo processo em curso, ou seja, quando se ultrapassarem os “muros” dos espaços seletos e alcançarem novos horizontes.

As empresas agrícolas dedicadas ao cultivo de frutas na região do Baixo Jaguaribe convergem no fato de as frutas serem vendidas *in natura* – uma pequena parte é destinada à produção de polpa congelada (agroindústria), o que prolonga a vida útil da fruta, já que é sazonal e perecível –, tendo sido a diversificação existente no mercado a forma encontrada para agregar valor às frutas.

Utilizando tecnologia importada, estas empresas cultivam frutos sem sementes e fazem uso de sementes melhoradas para plantio (geralmente vindas da Espanha), o que revela uma das características do atual período que é a *unicidade técnica* (Santos, 1996) e o crescente uso de ciência e tecnologia, embora o desenvolvimento destas tecnologias, muitas vezes, não seja endógeno.

Em geral, estas empresas utilizam sistemas de fertirrigação por gotejamento, com tecnologia desenvolvida em Israel. Além dos hectares próprios, muitos dos quais tendo sido comprados de ex-irrigantes endividados, a maior parte dos hectares são arrendados de pequenos produtores locais, pois, como bem afirmou o gerente administrativo de uma destas empresas, àqueles que não têm condições de plantar e não têm ajuda do governo, só resta arrendar a terra, quando não as abandonam. Contrastando com este fato, os grandes e médios empresários não têm grandes dificuldades em conseguir crédito para plantio ou custeio, pois quando não detêm o título da terra, dão como garantia o maquinário.

Assim como existe o arrendamento ou perda da propriedade por parte de pequenos produtores locais para empresários, também ocorre a venda de terras e arrendamento por parte de pequenas e médias empresas para as maiores, constituindo o que podemos chamar de “fagocitose”.

A terceirização da parte logística, contábil, fiscal, departamento pessoal e de assistência técnica é uma prática que vêm crescendo nestas empresas, já que constituem setores que não dominam, preferindo, portanto, fazer o que sabem melhor, produzir frutas.

O crescimento da fruticultura cearense atraiu para a região o investimento de empresas de irrigação como é o caso da Israteg, que, antes de se voltar ao cultivo de frutas, já constituía uma empresa atuante no desenvolvimento de tecnologia de irrigação, com sede em Israel e filiais no Brasil (Ceará, São Paulo, Maranhão e Pará).

Além de atuarem em outros ramos como é o caso também da Del Monte que tem poço de petróleo na Arábia Saudita, navio próprio e uma oficina onde foi desenvolvida a primeira colheitadeira de abacaxi no Brasil, essas empresas agrícolas mantêm relações comerciais com outras empresas não somente para compra de maquinários e insumos agropecuários, mas também para vender seus produtos, como é o caso da empresa agrícola Faego, que vende não somente a soja para empresas avícolas, como também o óleo da soja para outras empresas. Podemos citar, ainda como exemplo, a parceria entre a empresa Melão Doçura e a empresa Carnil que, por atuar na criação de aves, compra a produção de milho da empresa Melão Doçura.

Não obstante, durante trabalho de campo, pudemos classificar as empresas agrícolas presentes na região em quatro tipos, quais sejam:

Empresas com inserções produtivas globais, isto é, aquelas que, a partir da rede de filiais e de unidades produtivas em diversas partes do mundo, podem suprir o mercado em escala mundial o ano todo. Além de atuarem como produtoras independentes e as frutas cultivadas possuírem uma associação com a marca da empresa, detêm ainda o controle dos pontos chave da cadeia comercial, pois, através da construção de *packing houses*, realizam tarefas de seleção, classificação e embalagem, além de estocagem e transporte, bem como respondem pelas relações comerciais (redes de logística, distribuidores, vendedores etc.) e, portanto, relacionam-se diretamente com os compradores de frutas. Como exemplo podemos citar a Fresh Del Monte Produce, ex-unidade da Del Monte Foods, pertence 20% ao GEAM (Grupo Empresarial Agrícola Mexicano) e 80% ao Grupo IAT da United Trade Company (UTC) sendo a quarta maior exportadora de frutas do Chile, da família Abu-Ghazaleh (Emirados Árabes). Atua na produção e comercialização de frutas e vegetais em cerca de 50 países, o que faz dela uma companhia verdadeiramente global.

A marca comercial *Del Monte* é a terceira do mundo no segmento de frutas cujo *core businnes* é a produção de bananas, tendo sede em San Francisco, Estados Unidos, e escritórios de venda no Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, Colômbia etc. Assim como a produção, as instalações de embalagem são localizadas mundialmente,

próximas de onde os produtos são colhidos. Tem instalações de empacotamento de produtos frescos na América Central e do Sul, no Chile, nos Estados Unidos e na África do Sul.

Atua em toda a cadeia produtiva desde produção, empacotamento, transporte e distribuição, podendo responder com rapidez às variações de mercado. Possui serviços de *packing house* próprios, bem como capacidade administrativa para realizar suas vendas internacionais diretamente com os compradores no exterior, podendo assim saltar a etapa de intermediação, o que lhe permite se apropriar de maior valor agregado.

Sua estrutura de produção verticalizada permite ainda facilidade no tempo de entrega dos produtos e controle direto da qualidade e dos demais quesitos mercadológicos relevantes nos padrões de consumo de frutas, pela qual a marca Del Monte® ganhou reconhecimento mundial.

Aproveitando os incentivos oferecidos pelo Governo do Ceará²⁷ e as vantagens comparativas e competitivas que a região do Baixo Jaguaribe oferece, a Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda maior exportadora de frutas do Brasil, controlada pela norte-americana Del Monte, se instalou em Quixeré voltando-se para a plantação de melão. Escolheu o município de Limoeiro do Norte para instalar a primeira área do Nordeste com produção de abacaxi Gold, exigido pelo mercado europeu, sendo 650 hectares de plantio do abacaxi Gold que chega a pesar 2 quilos e não apresenta espinhos na coroa.

Até 2007 a empresa pretendia chegar aos 2.500ha exportando 4,5 milhões de caixas de 18 kg – US\$ 6 milhões. O destino do abacaxi exportado é a União Europeia, destacando-se a Itália, Alemanha, Holanda e Reino Unido.

A Del Monte abacaxi já existe há bastante tempo na Chapada do Apodi. Houve um período de experimentação do abacaxi, que durou um ano, de 1999 a 2000. A empresa contou com o apoio da UFC (Universidade Federal do Ceará) e da ESAM (Escola Superior de

²⁷ Entre os incentivos para a empresa se instalar no país, temos: a eliminação de tarifas alfandegárias e a liberação total dos fluxos de comércio e de investimentos. Além disso, temos a outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União concedida pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas – ANA.

Agricultura de Mossoró) na análise da qualidade das mudas que foram desenvolvidas na região, já que as que foram importadas não se adequaram ao clima e solo. O investimento na sua implantação foi de cerca de 2 milhões de dólares. Em 2004 gerava cerca de 600 empregos diretos, com intuito de chegar no ano de 2007 a 2000 empregos.

Durante entrevista com²⁸ o gerente da Del Monte abacaxi, pudemos vislumbrar como a informação é a mola-mestra do período em que vivemos; pois, ao mesmo tempo em que nos fornecia informações, operava em escalas de âmbito transfronteiras, delegando tarefas sem mesmo precisar se deslocar, com apenas alguns cliques e toques digitais apoiados em sistemas de comunicação e computação instantâneos, fazendo lembrar o que nos diz Silveira:

A informação do território hoje permite controlar e gerenciar as atividades a distância e constitui um suporte fundamental da comunicação. Num período em que as firmas hegemônicas unificam sua organização, mas criam espaços derivados de produção e centros de decisão alheios à localização dessas infraestruturas, estas novas possibilidades técnicas permitem uma vinculação instantânea entre a casa matriz e a unidade de produção e comando técnico local – um subespaço especializado do território nacional (Silveira, 1998).

O segundo tipo se refere às grandes empresas, menos globais em termos de dispersão das suas unidades, ou seja, não chegam a ser transnacionais, mas atuam fortemente no mercado internacional. Esse é o caso da Nolem, empresa altamente tecnificada, que possui marca comercial consolidada de suas frutas, galpões com câmaras frias, três *packing houses*, 23 poços de água de grande vazão.

Dentre os fatores que motivaram a vinda desta empresa agrícola para a região temos a diferença dos períodos de plantio e colheita nos diversos espaços consumidores. Por exemplo, o melão brasileiro entra no mercado internacional de agosto a março, na entressafra espanhola, já que a Espanha é o principal fornecedor da Comunidade Europeia.

²⁸ Entrevista realizada em 24 de junho de 2004.

Como no mercado internacional não existe espaço produtivo para produtores de frutas não especializados e incapazes de ofertar produtos na escala, na frequência das safras requeridas e com todas as especificações (fitossanitárias, cor, qualidade, sabor, tratamentos culturais e de pós-colheita etc.) associadas ao padrão do mercado consumidor dos países desenvolvidos, a Nolem ancora pequenos produtores que, por contingências de mercado, necessidade de escala e redução de custos associam-se cada vez mais aos grandes produtores, sob esquemas diversos de cooperação e parcerias. Esse modelo é seguido por outras grandes empresas, sabedoras que são da tarefa difícil de ofertar produtos em escala, em qualidade e em prazos e condições de entrega rigorosamente cumpridos, dada a perecibilidade e sazonalidade dos produtos.

O terceiro tipo, por sua vez, agrega as empresas de menor porte que atuam no mercado interno, como exemplo, temos a Isratec, a Melão Doçura, a Frutacor que também ancoram pequenos produtores.

Dos 513ha de fruticultura da empresa agrícola Frutacor, que vende 350.000 quilos de banana semanalmente, 488ha constituem a área de parceria. Com estrutura composta por escritórios e *packing houses* (casas de empacotamento), embala e comercializa frutas. Parte da produção é própria e outra é dos 50 fruticultores associados ao projeto, em cuja parceria entram com a terra, insumos e mão de obra. Como empresa-âncora, a Frutacor oferece assistência técnica, garante a comercialização e liquidez no pagamento.

A pulverização das terras da empresa e dos parceiros é feita por avião, sendo as despesas rateadas. Segundo o gerente da Frutacor-Estação 1, além de facilitar o poder de barganha dos parceiros junto aos custos de insumos, esta é outra vantagem da parceria, pois um produtor de 4ha não teria condições de trazer uma aeronave de Recife, considerando que apenas seu deslocamento custaria R\$ 6.000.

O comprador se dirige à Frutacor que por sua vez indica um de seus parceiros para a venda das frutas a serem colhidas pelo próprio comprador. Na prestação de contas a Frutacor fica com 10% da venda do produtor. Percebemos aqui as relações de poder que ocorrem neste espaço produtivo.

Na fala do gerente: “outro benefício do pequeno produtor com a parceria é a garantia de venda, assim ganha a Frutacor, ganha o pequeno produtor. A Frutacor não quer monopolizar, mas facilitar a comercialização, dando credibilidade na entrega e qualidade do produto”.

Como os parceiros não vendem sua produção somente para Frutacor, já que o acordo foi feito verbalmente, esta empresa está amadurecendo a ideia de que eles assinem contrato exclusivo de venda da produção. Isso tem gerado resistências por parte dos parceiros que se sentem obrigados a aceitar essa condição de dependência para continuar como parceiros.

O quarto tipo reúne os pequenos fruticultores que, sem forças para enfrentarem sozinhos os problemas causados pela desorganização do comércio interno e os volumes de produção exigidos, se unem para atuar no mercado, tendo a Ceasa como destino da maior parte da produção. Aqui destacamos a Asfruta, a Banago, dentre outras. É importante salientar que as empresas que fazem parte desta categoria, embora sejam registradas como pessoas jurídicas, não possuem a estrutura física da empresa, somente a área de produção.

Por não deterem o controle da comercialização, os pequenos fruticultores ficam dependentes de contratos de fornecimento de frutas, da disponibilidade adequada dos meios de transporte e da logística (tais como, espaços em navios, aviões, estocagem em câmaras frias etc.) para o escoamento da produção. Por isso, firmam parcerias com empresas que compõem as categorias retromencionadas; estas, por sua vez, fazem a tarefa de selecionar, padronizar e impor quesitos mercadológicos às frutas cultivadas por seus parceiros.

Deve-se destacar que os produtores que fazem parte deste grupo também fazem contratos de produção com grandes redes de supermercados, como o grupo Pão de Açúcar, mas geralmente, as frutas não trazem as marcas comerciais das empresas que as produziram.

A situação dos que compõem o grupo aqui analisado, poderia melhorar bastante se fossem criadas linhas especiais de crédito para que tivessem condições de disputar o mercado, disponibilizando seus produtos até para exportação. Aqui vale ressaltar a necessidade de linhas de crédito não somente para custear a produção, mas para toda

a cadeia produtiva, inclusive para a pós-colheita, para montagem de *packing houses* e escritórios de representação, uma vez que boa parte destes produtores negocia a produção com atravessadores.

Além das empresas agrícolas temos ainda o processamento dos produtos ligados à agropecuária, o que denominamos de agroindústrias. Para Elias (2020, p.4) “por agroindústrias entendemos aqui as atividades industriais de beneficiamento, processamento ou de transformação de produtos originários da agropecuária”.

No Baixo Jaguaribe existe uma concentração de agroindústrias que beneficiam o arroz²⁹ (como as que se encontram no comando das cooperativas – CIVAB, COOPAR), por ser a atividade produtiva mais antiga. Todavia, temos também presentes na região pequenas agroindústrias como as ligadas ao processamento de polpa de frutas (Isratec) e as de doce (entre as quais temos a agroindústria Pureza e Flor do Lar presentes no município de Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte), além das voltadas ao beneficiamento do leite (Betânia e pequenas agroindústrias caseiras) e do couro animal para produção de calçados (Dakota, em Russas).

Foto 1 – Agroindústria de arroz – Russas



Fonte: Alexsandra Muniz, 2004.

²⁹ Em 1986 foi instalada a primeira indústria de beneficiamento de arroz do Baixo Jaguaribe por um dos grandes beneficiadores de arroz do município: a Beneficiadora e Comércio de Cereais Limoeirense Ltda (SOARES, 1999).

Além da rapidez na produção e da utilização de tecnologias de ponta que caracterizam a atual forma de produzir, outra característica do processo de reestruturação nestas agroindústrias é que a quantidade a ser produzida segue a quantidade de pedidos já acertados, seguindo o modelo toyotista. Ao contrário do fordismo que “fundamentou-se em uma produção industrial estandarizada, apoiada num consumo de massa com a ajuda de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção” (Benko, 1999).

A flexibilidade também se faz presente nestas agroindústrias sendo condição *sine qua non* para se manter em um mercado competitivo. Como exemplo, temos a Dakota, agroindústria com sede no Rio Grande do Sul, uma das maiores fabricantes de sapato feminino em couro no Brasil. A empresa fabrica 85.000 pares de sapato por dia, 80% produzidos no Ceará. Atualmente é necessário uma hora e quarenta minutos para produzir um par de sapatos, trabalho que 10 anos atrás exigia três semanas, conforme afirmou o gerente de produção. Acrescente-se que 80% da produção são destinados ao mercado nacional e 20%, ao mercado internacional.

Instalada em Russas possui mais três filiais, uma em Iguatu, outra em Maranguape, e, em 2019, inaugurou outra unidade em Quixadá. Isso revela sua flexibilidade; pois, além da dispersão espacial apresenta facilidade para deslocar-se, uma vez que sua instalação não é de alvenaria, portanto fácil de desmontar e remontar em outro espaço.

Segundo afirmou o gerente de produção, dependendo da situação do mercado a empresa decide de quem compra o couro utilizado no processo produtivo, geralmente quando a demanda é grande a empresa compra 80% do couro de Minas Gerais e São Paulo, além do que provém do Rio Grande do Sul e do Ceará.

Percebemos também por parte das agroindústrias as relações comerciais entre empresas de diferentes ramos, dada a crescente necessidade por serviços que a cadeia produtiva demanda e considerando que estas agroindústrias não verticalizam toda a cadeia produtiva. As caixas que empacotam os calçados da agroindústria Dakota, por exemplo, são

da fábrica Ypióca.³⁰ O serviço de transporte é terceirizado, assim como o serviço de alimentação dos trabalhadores. As empresas terceirizadas não são somente de Russas, já que se contratam serviços das filiais. Observa-se aqui a geração de empregos indiretos em diferentes espaços.

Pelo exposto podemos afirmar que tanto as empresas agrícolas como as agroindústrias vêm acompanhando o processo de reestruturação em curso, apresentando modificações nas condições técnicas, jurídico-políticas e sociais de produção, nas formas de organização do trabalho e da produção.

A presença de um crescente número de empresas agrícolas e agroindústrias nesta região se dá na medida em que existe uma percepção de que há espaço para investimentos e para a conquista de mercados. No que se refere às empresas agrícolas presentes na região Jaguaribana que se inserem nos exigentes mercados do primeiro mundo, foi possível verificar que um dos fatores que incentivaram a vinda delas para a região foi a possibilidade de colher frutas nos períodos em que os preços no mercado internacional estão elevados. Essa possibilidade decorre da diferença no período de cultivo em diferentes localidades, o que vêm permitindo ao Baixo Jaguaribe ocupar janelas importantes do mercado internacional.

A empresa Faego, aproveitando as vantagens comparativas da região Jaguaribana, planta soja na Chapada do Apodi desde 2002 e vende a semente para produtores do Piauí, onde tem outra fazenda. Não precisa, portanto, de gastos adicionais com a compra da semente, pois quando aqui está na fase da colheita, lá está na fase do plantio.

Além disso, temos a localização estratégica da região, pois quanto mais próximo da linha do equador, mais horas por dia de insolação e maior é o °Bx (brix - teor de açúcar na fruta). Essa propriedade geográfica confere a esta região vantagem logística e maior economia em mão de obra e energia, já que o período de tempo necessário até chegar a fase de colheita da fruta é reduzido.

³⁰ A Ypióca Agroindustrial Ltda localiza-se em Messejana sendo composta por mais cinco fábricas no território cearense localizadas em Maranguape, Pecém, Pindoretama, Paraipaba e Acarape.

Somam-se a isso os incentivos fiscais e financeiros concedidos às empresas que venham a se instalar fora da capital, dada a política de industrialização desenvolvida pelo governo que vem permitindo a instalação dessas empresas nas zonas rurais. Deslocam-se para áreas mais amplas e baratas, com infraestrutura produzida pelo Estado, atraídas pela disponibilidade de fatores como: matérias-primas, mercado, mão de obra etc.

Mesmo diante disto, durante entrevistas com empresários pudemos observar que os mesmos estão insatisfeitos com a atuação do Estado. Vejamos alguns dos depoimentos:

Não recebemos nenhum incentivo do governo, tivemos que perfurar poço e construir toda infraestrutura com recursos próprios.

Não tivemos apoio nenhum por parte do governo para virmos para cá, quando chegamos os pivôs estavam tudo acabado, o projeto estava parado, foi chegando outras empresas aí o negócio foi melhorando, mas o custo da energia ainda é muito alto, coisa que deveria ser subsidiado, pois chega a ser três vezes mais cara que a do pólo Juazeiro-Petrolina e duas vezes mais cara do que a paga pelos produtores rurais na várzea do Jaguaribe, uma vez que no PIJA para distribuir a água para os canais de irrigação, é preciso bombear água do rio Quixeré para depois bombear rio acima, há 120 metros do chapadão, ou seja, se paga duas vezes pela energia.

Vimos para cá atraídos pela oferta de mão de obra, conhecimento que a empresa já tinha do mercado, localização, incentivos estatais, identificação com o interior.

A taxaço é brutal (reclama o dono de outra empresa, referindo-se aos tributos que incidem na cadeia produtiva). Somos um país que exporta imposto, quando deveríamos imitar os países concorrentes que reduziram taxas de exportação e juros para incentivar a produção, gerar emprego e renda e fortalecer as empresas.

A carga tributária no Brasil é uma das maiores, os juros para o setor primário no Brasil são altíssimos, isso faz da agricultura uma atividade de risco com margem de lucro muito baixa.

O Estado contribui para continuarmos aqui, aumentando impostos, ironizou um empresário e acrescentou, não oferece a menor segurança nas estradas. O setor primário do Brasil recebe pouco apoio do Governo. Apesar de termos sido os pioneiros na região na produção de frutas, nunca foi construída uma estrada, mas foi só vir uma empresa de maior porte como a Del Monte que os recursos do Estado começaram a aparecer, mesmo sendo as grandes empresas as que mais trazem impactos ambientais, não geram tanto emprego, são degradadoras do meio ambiente e quando não têm mais condições de produzir onde estão localizadas, migram, deixando na maioria das vezes a terra salinizada e, portanto, sem condições para produzir.

Se a situação está assim para os empresários imaginemos, então, para os pequenos produtores que tinham no crédito agrícola alguma esperança de continuar trabalhando na agricultura. Vejamos o depoimento de um deles quando lhe perguntamos acerca do crédito agrícola.

Antes o crédito era bom, a gente tinha mais tempo pra pagar. O juro antes era mais baixo, com real o juro aumentô, chega a 9% e às vez não rende nem 1%. Não quero só pegar dinheiro, quero saber se tenho condições de trabaiá.

Além dos prazos fixados para resgate e os juros não serem favoráveis aos pequenos agricultores, tem-se ainda a demora na liberação dos financiamentos. A excessiva burocracia que envolve as operações bancárias em muitos casos obriga o agricultor a utilizar significativa parcela do financiamento para cobrir as inúmeras despesas de locomoção até a agência, acarretando perda de tempo e dinheiro, tornando, pois, desestimulante a utilização do crédito bancário.

Como consequência da presença de empresas agrícolas e agroindústrias na região Jaguaribana, o foco da política de irrigação continua sendo o mercado. Porém, ao contrário dos grandes perímetros irrigados públicos construídos na década de 1970 que incentivavam a produção familiar e tinham, como destino da produção, o mercado interno, agora a comercialização se dá em espaços cada vez mais longínquos.

Contribui para isso a ação Estatal voltada a dotar o espaço agrário de fluidez. Temos em nossa área de estudo uma expressão concreta disto

com a inauguração em outubro de 2002 da rodovia do melão (CE-377), com 41,8 quilômetros de extensão, no município de Quixeré, responsável pelo tráfego de 80% da produção local, sendo a única estrada que liga a área de produção entre Quixeré e Rio Grande do Norte, o maior produtor brasileiro de melão. Esta rodovia perpassa a entrada de grandes empresas produtoras e exportadoras de melão – como a Del Monte –, desemboca na BR-116, chegando a Fortaleza, onde a produção de frutas é exportada para os mercados do Brasil e do mundo, através dos portos do Mucuripe e do Pecém.

A estrada já existia, mas era de piçarra, o que provocava trepidações que prejudicavam o fruto no transporte. Durante o percurso, a poeira sujava o melão e os tremores causados por pedras e cascalhos faziam as sementes se desligarem da polpa. Com a via asfaltada, os carros que transportam mercadoria vão chegar mais rápido aos portos e às CEs e BRs, no caso das frutas destinadas a estados do Nordeste e Sudeste.

De acordo com o titular da Secretaria da Agricultura Irrigada do Estado (Seagri), Carlos Matos Lima, foram investidos R\$ 4 milhões na obra. “É a avenida do desenvolvimento no semi-árido”, conceitua o secretário. Segundo ele, o trecho desvia das maiores cidades entre Quixeré e Baraúna, no Rio Grande Norte, para evitar impactos ambientais e sociais nas comunidades.

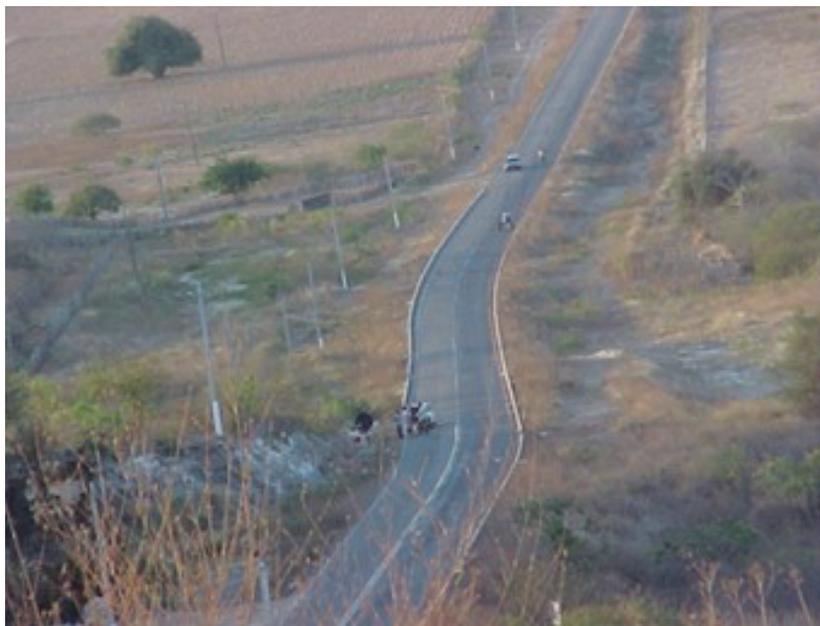
Isso porque o maior fluxo é de veículos de grande porte, como os caminhões transportadores e os ônibus que conduzem os 5.532 trabalhadores diretos e 11.065 indiretos, no Agropólo Baixo Jaguaribe. A expectativa agora é pela construção de outra estrada que ligará Ceará e Rio Grande do Norte saindo de Russas. Segundo Francisco Batista, diferente da Estrada do Melão, que é mais destinada aos produtores locais, a de Russas passará por fora das plantações, pelo Rio Jaguaribe. “As duas estradas vão se encontrar no Rio Grande do Norte”, informou Batista³¹.

A construção dessa estrada, que resultou na valorização das terras em seu entorno, está intrinsecamente relacionada com as exigências cada vez mais incisivas do competitivo mercado de frutas, tornando-se evidente que sua construção tem o objetivo de facilitar o escoamento da

³¹ *Diário do Nordeste*, 01 out 2002.

produção em caminhões refrigerados, com o intuito de não prejudicar a qualidade das frutas, já que a inexistência de um corredor apropriado para o escoamento da produção de frutas representaria um grave problema, embora ainda haja muito a ser feito dada as más condições das estradas vicinais da região e do Estado como um todo.

Foto 2 – Rodovia do Melão – Chapada do Apodi



Fonte: Alexsandra Muniz, 2003.

Enquanto é assegurada a circulação da produção das empresas agrícolas para mercados cada vez mais longínquos, observa-se a ausência de ações como esta que venham facilitar o escoamento da produção de frutas que se dá também no espaço de aluvião. Embora em menor escala, tal produção não deve ser desprezada, ainda mais se atentarmos para o fato de que os pequenos produtores, além das inúmeras dificuldades que enfrentam, têm ainda que conviver com prejuízos decorrentes do escoamento da produção por estradas ruins.

[...] o poder público acaba aceitando uma ordem de prioridades que privilegia alguns poucos atores. Assim, enquanto alguns atores, graças aos recursos públicos, encontram as condições de sua plena realização (fluidez, adequação às novas necessidades técnicas da produção) os demais, isto é, a maioria, não têm resposta adequada para as suas necessidades essenciais (Santos, 1996).

Eis porque os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia criados em cada país podem ser bem mais utilizados por firmas transnacionais do que pela própria sociedade nacional (Santos, 1994, p. 53).

Apesar da ação Estatal se espacializar desigualmente, não há como negar que o Estado cumpre papel central na indução e na criação das condições para adequar o espaço às novas situações que a reacomodação do sistema capitalista dele exige. Sendo assim, podemos afirmar que “os esforços” da iniciativa privada são acompanhados por inúmeras ações Estatais que conformam seu entorno.

Pelo exposto até aqui, podemos afirmar que a reestruturação produtiva sustentada pelas inovações científico-técnicas, que representam o próprio “processo de territorialização do capital” (Oliveira, 1997, p. 24) se faz presente na atividade agropecuária do Baixo Jaguaribe através da crescente aplicação da ciência na realização da produção.³² Seja na seleção de novas variedades para o cultivo ou na maior utilização de insumos químicos, seja na prática da inseminação artificial e

³² Com o avanço da ciência hoje podemos ter o alongamento do perfil da safra e a fabricação de cultivares através de reguladores e inibidores de crescimento ou indutores de florescimento, fito-hormônios que permitem paralisar a produção de folhas, por exemplo, e começar a de flores e frutos quando for conveniente. Visitando empresas agrícolas dedicadas ao cultivo de frutas foi possível vislumbrar as pesquisas desenvolvidas pela Embrapa que tem transformado a produção agropecuária em negócio de primeiro mundo. Dentre elas destacamos o prolongamento da vida útil do fruto para consumo *in natura*, fruto de pesquisas em pós-colheita; desenvolvimento do híbrido tupã que reúne características favoráveis dos melões amarelos e cantaloupe, como maior resistência a doenças, maior produtividade e maior conservação pós-colheita, fruto das pesquisas em melhoramento genético, obtenção de mudas de qualidade, isentas de pragas e doenças – pesquisas de micropropagação (clonagem). Foi possível verificar também a utilização de outros métodos por parte destas empresas, como a cera da carnaúba para a fruta não suar e amadurecer menos rápido, além de lubrificá-la. No cultivo do melão é praticada também a apicultura para polinizar e produzir mais frutos.

na obtenção de novas raças na atividade pecuária, seja ainda através da “construção de inúmeros sistemas de objetos³³ associados aos transportes, às comunicações, à eletrificação, aos recursos hídricos”.

Esse processo se evidencia também pela maior integração da agricultura com os demais setores econômicos, uma vez que com o desenvolvimento da irrigação investimentos estão sendo realizados a montante e a jusante da produção. Isto produz impactos no desenvolvimento de setores não agrícolas da economia, tais como o comércio, na medida em que provê um mercado para a produção industrial de insumos e equipamentos agrícolas com a geração de toda uma gama de serviços correlatos voltados à atividade agropecuária. Resulta daí um encadeamento entre fornecedores (como as indústrias de insumos agrícolas), produtores, processadores e comerciantes (inclusive os atuantes no mercado de equipamentos e materiais de apoio à produção).

Como exemplo, podemos citar a presença de estabelecimentos comerciais voltados ao consumo produtivo (Santos, 1988), em Limoeiro do Norte: Pinheiro Irrigação, Terra Fértil, Agrovale etc., que dispõem de técnicos³⁴ para dar assistência aos consumidores de seus produtos, em sua maioria constituída por pequenos e médios produtores que praticam uma agricultura científica na região. Com isso, passa-se a exigir a rápida circulação dos fluxos monetários, sendo outra característica desta fase “a expansão de agências bancárias que têm a função de fornecer capital adiantado e constituir uma rede de drenagem das rendas produzidas nesses subespaços” (Silveira, 1998).

São também símbolos deste processo a renovação da base técnica de produção que pode ser evidenciada, entre outras coisas, pelo crescente uso de tratores e arados de tração mecânica; pela incorporação de procedimentos informatizados nos sistemas de irrigação, resultado de um mais rápido processo de implantação de inovações; pela

³³ No aperfeiçoamento da sua construção intelectual, Milton Santos propõe as categorias sistemas de objetos e sistemas de ação, que aparecem claramente em *Técnica, Espaço, Tempo* (1994) e em *A Natureza do Espaço* (1996).

³⁴ A PLANTER, que vende sistema de irrigação, oferece assistência técnica de um ano; decorrido esse tempo são os técnicos da FAPIJA que ficam responsáveis pela assistência técnica no perímetro.

presença de fixos artificiais,³⁵ como os perímetros irrigados públicos de Morada Nova, Jaguaruana e mais recentemente do Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas.

A presença de *máquinas e instrumentos agrícolas* é um indicador importante do processo de reestruturação produtiva na região do Baixo Jaguaribe. Como um dos signos da realização da produção em bases racionais, dirigida pelas leis de mercado, fez-se necessário analisarmos mais detalhadamente o comportamento desta variável, assim como outras que irão ser tratadas mais adiante.

Máquinas e Instrumentos Agrícolas no Baixo Jaguaribe

Ao analisarmos a distribuição das *máquinas e instrumentos agrícolas* no Baixo Jaguaribe, no período de duas décadas (1975 a 1995), constatamos que predomina nesta região os arados de tração animal, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Máquinas e instrumentos agrícolas no Baixo Jaguaribe (1975-1995)

		TRATORES	%	AR.TR. ANIMAL	%	AR. TR. MECÂNICA	%
BAIXO JAGUAR.	1975	146	2,38	5898	96,12	92	1,50
	1985	378	5,90	5836	91,09	193	3,01
	1995	457	9,32	3969	80,98	445	9,69

Fonte: IBGE: Censo agropecuário, 1975, 1985, 1995. Elaboração: MUNIZ, 2024.

O destaque do arado de tração animal revela um processo de reestruturação com traços de arcaísmos, em que se experimenta o “poder do atraso” (Martins, 1994).

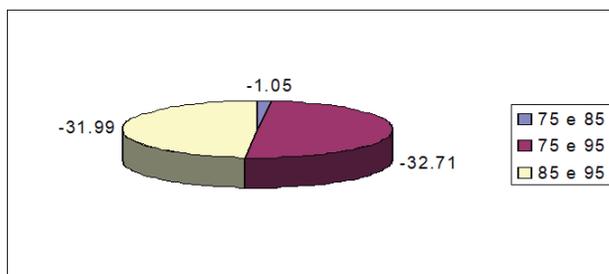
³⁵ “Fixos artificiais são os instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, constituindo verdadeiras próteses da natureza” (Santos, 1988). Os fixos juntamente com os fluxos compõem o espaço, um estudo sobre o espaço enquanto conjunto de fixos e fluxos pode ser visto em *Por uma Geografia Nova* (1978) e em *Metamorfoses do Espaço Habitado* (1988).

Parece contraditório que, em meio ao processo de reestruturação produtiva, ainda predomine esse tipo de prática, mas decerto compreenderemos esse fato se analisarmos que esses dados revelam as contradições trazidas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Como diria Oliveira (1997), trata-se de desenvolvimento movido por contradições, *contraditório e desigual*, que no campo se intensificou tanto pelo desenvolvimento desigual das regiões do país, como pela ação do Estado nesse processo.

Ademais, o atual processo de reestruturação capitalista se dá há apenas quatro décadas e as mudanças não afetam a todos os lugares ao mesmo tempo. O processo ocorre de forma mais concentrada em pontos específicos do espaço agrário Jaguaribano. Por exemplo, nos espaços que contêm os perímetros irrigados privados e notadamente nos dois recentes perímetros irrigados públicos encabeçados pela iniciativa privada. Em especial ocorre também nas empresas agrícolas e agroindústrias que investem na construção de materialidade, trazendo tecnologias mais avançadas.

Além disso, se voltarmos à Tabela 1, veremos que, embora seja predominante o percentual de arados de tração animal na região, este vem apresentando um decréscimo contínuo com uma variação percentual de -32,71%, no período entre 1975 e 1995 (Gráfico 1). É curioso observar que essa queda se dá justamente no momento em que ocorre o processo de reestruturação no país.

Gráfico 1 – variação percentual dos arados de tração animal no Baixo Jaguaribe (1975-1995)



Fonte: IBGE: Censo agropecuário, 1975, 1985, 1995. Elaboração: MUNIZ, 2024.

A análise do número de *arados de tração animal* entre os municípios da região com maior representatividade revelou que os municípios que apresentaram o maior número de arados de tração animal em 1995 foram: Morada Nova (29,86%), Jaguaruana (20,56%), Russas (11,97%) e Ibicuitinga (11,84%).

Ao observarmos estes números, somos levados ao seguinte questionamento: Por que justamente nos municípios onde se localizam os perímetros irrigados (Morada Nova, Jaguaruana e Russas) é onde tem o maior número de arados de tração animal? Não deveria ser o contrário?

Isto seria verdade se não atentássemos para o fato de que, assim como na agropecuária cearense, nesta região a reestruturação ocorre de forma parcial, heterogênea, descontínua no tempo e no espaço, sendo alguns municípios mais intensamente atingidos. Mesmo nestes municípios ocorre em áreas espacialmente restritas, ocorrendo uma segregação dos espaços da produção. É justamente porque este processo é concentrado que ainda predomina a “velha” forma de produzir.

Ademais, devemos considerar que no início da década de 1990, houve estagnação na área irrigada devido à retirada de algumas linhas de crédito específicas para a irrigação, como o Programa de Aproveitamento das Várzeas Irrigadas (PROVÁRZEAS) e o Programa de Financiamento para Equipamentos de Irrigação (PROFIR). Soma-se a isso a inexistência de patamares de juros indutores da adesão da iniciativa privada e das reformas administrativas, resultando em indefinições governamentais para o subsetor de irrigação. O fato de os diferentes tipos de solos muitas vezes facilitar, outras vezes dificultar o uso do arado de tração animal, isto também deve ser considerado.

É possível ver a presença de arados de tração animal de forma mais intensa na agricultura de sequeiro, no entanto, esta prática também é utilizada nos perímetros irrigados. É o *poder do atraso* (Martins, 1994): o capitalismo não difunde somente o “novo”, mas absorve também o “velho”.

Foto 3 – Arado de tração animal – (PIJA)



Fonte: Alexandra Muniz, 2004.

No que se refere ao município de Russas, é importante salientar que o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas ainda não estava em pleno funcionamento. A licitação dos lotes fora iniciada nos anos 2000. Neles seriam plantadas culturas de elevado valor comercial com utilização de modernas tecnologias, o que em parte pode explicar o predomínio dos arados de tração animal neste município.

Além disso, em Russas predomina a agricultura de sequeiro e nesta geralmente se cultivam produtos voltados para a subsistência como o feijão e o milho. O arroz é mais raro de ser cultivado, já que precisa do solo apropriado e da irrigação por inundações.

Essas culturas têm em comum o fato de serem culturas temporárias. Sendo assim, ao observarmos a variável Utilização das Terras (Tabela 2) embora sejam menores as terras cultivadas por lavouras temporárias em relação aos outros municípios em análise, Russas está em

terceiro lugar no que se refere às terras utilizadas para pastagens; e se existe considerável área de pastagens é porque existe evidentemente considerável número de animais para pastar o que, por sua vez facilita a utilização desses animais para arar a terra.

Tabela 2 – Utilização percentual das terras por municípios da região do Baixo Jaguaribe –1995

		Lav. Perm.	Lav. Temp.	Total	Past. Naturais	Past. Plantadas	Total
Ibicuitinga	1995	5.57	16.26	21.83	20.00	0.62	20.62
Jaguaruana		9.94	20.95	30.89	15.51	0.43	15.94
Morada Nova		6.87	14.27	21.14	21.03	1.21	22.24
Russas		8.35	8.67	17.02	16.52	3.80	20.32

Fonte: IBGE: Censo agropecuário 1995. Elaboração: MUNIZ, 2024.

Embora predomine a agricultura de sequeiro, em Russas também encontramos produtores mais aquinhoados que podem ser considerados médios e grandes empresários praticantes da irrigação privada que utilizam maquinários em quase todo o processo produtivo.

Em Morada Nova, embora já exista o PIMN desde 1970, as dificuldades enfrentadas pelos produtores, como a irregularidade das precipitações pluviométricas, impossibilitando a irrigação, devido aos reservatórios, por muitas vezes, se encontrarem abaixo de sua capacidade,³⁶ levam à redução no uso de tecnologia, já que esta demanda recursos. Além do mais há necessidade de contratar mão de obra que saiba manuseá-la. Já o arado de tração animal (boi) não necessita de mão de obra especializada, sem contar o fato de o animal ser mais econômico, pois, além de arar a terra, dispensa mão de obra na capina. Soma-se a isso o fato de a pecuária ser bastante representativa neste município, pois tanto os irrigantes quanto aqueles que praticam a agricultura de sequeiro se dedicam a esta atividade.

³⁶ Segundo os irrigantes desde 1987 o açude não sangra, na base do racionamento da água e da redução da área plantada evita-se que o açude seque, por outro lado isso têm resultado na inadimplência dos irrigantes.

Os dados estatísticos corroboram nossa observação durante a pesquisa de campo, quando analisamos que a área de pastagens em 1995 era de 22,24% (Tabela 2) maior que nos outros três municípios que se sobressaíram na região com maior número de arados de tração animal, o que facilita a utilização de animais para arar a terra.

Se por um lado o sistema de irrigação traz melhorias na estrutura hidráulica, sendo responsável pela elevada produtividade por área cultivada, por outro lado não garante total autonomia em relação às condições naturais, especialmente em relação às chuvas. Assim, ao contrário do que se pensa a produção racional não é totalmente autônoma, pois está sujeita às forças da natureza. Quando chove muito, a entrada da máquina na propriedade fica impossibilitada e a cultura apodrece, além das pragas que se proliferam. Se chover pouco, a ponto de não encher os reservatórios, a capacidade hídrica para ser utilizada na irrigação fica comprometida, uma vez que o nível de água necessário nos açudes depende das precipitações. Assim, se a prática da irrigação permite ampliar o período de colheita e elevar a produtividade, por outro lado é necessário que o sistema seja bem dimensionado e que a frequência e a quantidade de água aplicada sejam determinadas adequadamente.

Em face disto, para que haja resultados positivos nos projetos de irrigação, faz-se necessário que haja, dentre outras coisas, a adoção de medidas que garantam a sustentabilidade da água que, assim como a terra, é matéria-prima essencial.

No perímetro irrigado de Morada Nova,³⁷ a crise com a falta de água na década de 1980, quando os reservatórios se encontravam bem abaixo da sua capacidade de armazenamento, fez com que muitos irrigantes não conseguissem produzir e pagar suas dívidas.

Aqueles que tinham solicitado financiamento para produzir, como os que solicitaram o crédito do Pronaf B,³⁸ por estarem inadimplentes,

³⁷ Esses depoimentos sobre o perímetro irrigado de Morada Nova foram colhidos durante a pesquisa de campo realizada em outubro de 2003.

³⁸ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma iniciativa do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, em parceria com os estados, municípios e produtores rurais. Como o próprio nome revela, destina-se ao fortalecimento da "agricultura familiar", isto é, todos aqueles que exploram parcela de terra

não conseguiam novos empréstimos. Durante a pesquisa de campo muitos irrigantes estavam sem produzir, outros irrigando com poço próprio,³⁹ outros mudaram para fruticultura com o incentivo dado pelo governo via Seagri, que distribuiu pacote tecnológico, incluindo a utilização de defensivos, fertilizantes e a mecanização. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, alguns ainda persistem plantando arroz, feijão ou se dedicando à pecuária. Outros sobrevivem somente da aposentadoria, sobrevivem porque o recurso mal dá para eles, uma vez que, além dos filhos, ainda têm os netos para sustentar.

Todavia há esperança de que a situação melhore,

isso porque, foi facilitado o acesso ao crédito, com a possibilidade de o agricultor ter o financiamento antes mesmo de iniciar o plantio, e foram criadas oportunidades de renegociação de dívidas anteriores, visando novo empréstimo. Junto a isso, há ainda a previsão da liberação de recursos em torno de R\$ 380 milhões para o Pronaf no Ceará para o ano de 2004. Seria cerca de R\$ 350 milhões para o BNB investir nas cinco linhas do Programa (A, B, C, D e E) e em torno de R\$ 30 milhões para o BB usar no custeio da safra para as linhas C e D.⁴⁰

Em face dessa realidade, constatamos que um comerciante de Pacajus, representante do Café Maratá, encontrou espaço propício para aumentar seus lucros, arrendando terras da empresa Agrobasa e da beneficiadora de arroz de Morada Nova (CIVAB), garantindo a compra da produção e os recursos para os irrigantes produzirem, cobrando-lhes taxas de juros, bem superiores às taxas de juros bancários (6% ao mês).

seja na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros. O PRONAF B é a linha de microcrédito destinada a agricultores com renda familiar anual de até R\$ 2 mil para financiar atividades produtivas. Os recursos concedidos têm como agente financeiro o Banco do Brasil e o BN. O valor de financiamento é de R\$ 1.000, com juros de 1% ao ano e bônus de 25% sobre o valor principal. Os agricultores têm um ano para liquidar a operação.

³⁹ Segundo depoimentos: "A água vinha para metade do lote, para irrigar a outra metade tive que furar poço e é grande o roubo de motores no perímetro. Em 2003 foi um ano escasso, o rato comeu arroz, teve até poço que furou".

⁴⁰ Pronaf prevê R\$ 380 mil para o Ceará. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 09 fev 2004. Agronegócios, p. 11.

Os irrigantes, por sua vez, obrigam-se ao pagamento de taxas de juros extorsivas, se submetendo a agiotas, que vêm cada dia mais expandindo seus lucros. Conforme afirmaram, se não recorrerem aos comerciantes, atravessadores e agiotas para suprirem as necessidades de custeio da produção, não têm como produzir, diante das dificuldades para obtenção e utilização dos financiamentos junto às fontes institucionais de crédito rural. Muitos produtores estão impossibilitados de fazer empréstimos por estarem inadimplentes, sendo assim, se submetem à essa condição. Muitos inclusive questionam o porquê de não terem sido incluídos entre os indicados para este empresário pelo presidente da cooperativa, pois assim teriam sua produção e venda garantidas. Podemos perceber também aqui que a cooperativa reproduz a forma autoritária e paternalista do Estado para com seus associados, daí Bursztyn (1984) afirmar que o cooperativismo é o “*filho predileto do Estado*”.

A integração às cooperativas que não faliram seria uma forma de os agricultores continuarem produzindo, tendo a compra da produção garantida pela cooperativa, mas isso seria possível se estas socializassem não somente os prejuízos, mas também os lucros e se existisse verdadeiramente vontade por parte destas para apoiar o pequeno produtor.

A presença dessas cooperativas tornou mais rarefeita a figura do atravessador, mas ao contrário do que se pensa, estas não atuam como instrumento de libertação dos pequenos produtores que, por sua vez, continuam sendo explorados. Agora mais do que nunca, pois estas cooperativas encarnam o próprio papel do atravessador, monopolizando a produção dos associados que ainda têm que comprar os insumos da cooperativa e aceitar os preços ofertados por esta tanto na hora da compra de sua produção como na compra de insumos. Eles, os produtores cooperados, se submetem a esta situação por estarem totalmente “amarrados” à cooperativa, seja no que se refere ao crédito, assistência técnica ou à compra de insumos.

Verificamos a crise vivida por parte das cooperativas e o endividamento dos irrigantes associados, o que tem dificultado novos empréstimos, no caso da CIVAB. A situação se agravou com a crise da água, pois com a queda da produção, não foi possível beneficiar o arroz e muito menos comercializá-lo. Isto sem falar da má administração das

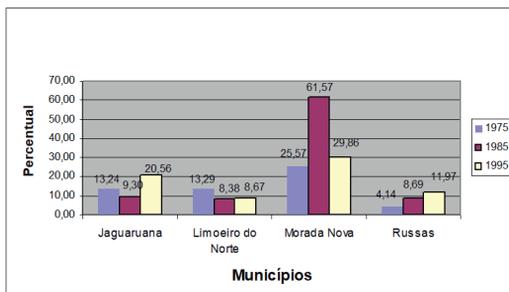
cooperativas e das vantagens adicionais dadas aos grandes produtores associados, que em sua grande maioria não pagam o financiamento do crédito recebido pelo banco através da cooperativa, prejudicando os outros associados que ficam impossibilitados de contrair novos empréstimos.

Durante as entrevistas realizadas com irrigantes muitos que eram sócios de cooperativas reclamaram da má administração – “você só faz alguma coisa hoje na cooperativa se tiver dinheiro”. Isso expressa o que afirmou Raffestin: “[...] a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (Raffestin, 1993, p. 144).

Quanto a Ibicuitinga, embora esteja em última posição em relação aos outros municípios que apresentaram o maior percentual de arados de tração animal da região, supera Morada Nova e Russas nas lavouras temporárias. Apesar de este município até 1988, data de sua criação, pertencer ao município de Morada Nova, não o sobrepõe nas terras voltadas às pastagens, o que em parte, pode explicar o menor uso de animais para arar a terra em relação aos outros municípios.

Analisando o número de arados de tração animal no período de 1975 a 1995 (Gráfico 2), observamos que em Morada Nova o número mais que dobrou na segunda metade da década de 1980, passando para 61,57%. No entanto na década seguinte cai para menos da metade, se comparado ao percentual de 1985, passando a representar 29,86% dos arados de tração animal da região.

Gráfico 2 – Percentual de arados de tração animal segundo os municípios pelo total da região do Baixo Jaguaribe (1975-1995)



Fonte: IBGE: Censo agropecuário, 1975, 1985, 1995. Elaboração: MUNIZ, 2024.

O aumento na segunda metade da década de 1980 do arado de tração animal em Morada Nova pode ser explicado pelo crescimento das áreas com lavouras temporárias (ver Tabela 3), que mais que dobrou neste período e deve estar relacionado ao início do funcionamento do perímetro irrigado na década de 1970.

Observemos também pela Tabela 3 que há um crescimento da área com pastagens na passagem da década de 1970 para a década de 1980. No entanto, na década de 1990 a queda nos arados de tração animal se deve em parte ao desmembramento do município de Ibicuitinga, que pertencia ao município de Morada Nova. Ademais, a crise da falta d'água teve reflexo direto na redução desses animais para arar a terra, já que o recurso hídrico escasso dificulta o cultivo da terra, principalmente no caso do arroz que é cultivado utilizando-se a irrigação por inundação.

Observemos ainda que as áreas dedicadas às lavouras temporárias como o arroz e o feijão, que são cultivados no perímetro, caem consideravelmente neste período. O mesmo ocorre com as terras para pastagens naturais; no entanto, podemos observar um reduzido aumento da pastagem plantada. Conforme entrevistas isso se deve ao fato de ser o gado mais resistente no período de seca e ser mais viável de se investir na criação quando a agricultura passa a dar prejuízos, por isso neste período muitos passaram a solicitar crédito do Pronaf para criação, já que a agricultura estava inviável.

Tabela 3 – Percentuais de utilização das terras em Morada Nova (1975-1995)

		Lavouras	Lavouras	Total	Pastagens	Pastagens	Total
		Perm.	Temp.		Naturais	Plantadas	
Morada Nova	1975	2.32	10.35	12.67	35.19	0.09	35.28
	1985	6.43	20.68	27.11	31.31	0.41	31.72
	1995	6.87	14.27	21.14	21.03	1.21	22.24

Fonte: IBGE: Censo agropecuário 1975, 1985,1995.

Fato oposto é o que ocorre em Limoeiro do Norte e em Jaguaruana, que na segunda metade da década de 1980 apresentaram declínio no uso de arados de tração animal, tendo sido no município de Limoeiro do

Norte uma queda de 4,91% e em Jaguaruana de 3,94%. Esse declínio pode ser explicado devido à queda no número de terras dedicadas às lavouras (Tabela 4). O caso específico do município de Limoeiro do Norte se explica pela desapropriação das terras para a construção do perímetro Jaguaribe-Apodi, quando a área foi decretada de utilidade pública e muitos produtores com culturas de subsistência deixaram de produzir neste período esperando o início das obras⁴¹ e o repasse dos lotes.

Em Jaguaruana, embora o Perímetro Irrigado já estivesse funcionando desde 1977, ocorreram neste período baixas pluviosidades ou má distribuição de chuvas que implicaram no quadro de *déficit* hídrico dos açudes. Associa-se a isso o fato de se tratar de um período de crise no país como um todo, que refletiu em todos os setores. No setor agropecuário em particular, essa crise afetou em cheio o crédito rural. Como bem indica Gonçalves Neto (1997, p. 168), a crise do sistema de crédito rural já se processava desde o início da segunda metade da década de 1970, devido às dificuldades econômicas que o país começava a enfrentar. Podemos ver pela Tabela 4 que até as terras dedicadas às pastagens reduziram, pois essa crise teve reflexo também no preço dos derivados da pecuária: leite, carne.

⁴¹ Como bem afirmou Burzty (1984, p. 81): O DNOCS desapropria as terras irrigáveis das imediações dos açudes; em seguida são executados trabalhos de sistematização do solo, de construção dos canais de irrigação e da rede de drenagem; uma vez feito isso, a terra é subdividida em lotes, segundo a capacidade produtiva média de uma família; finalmente, é implantada a infraestrutura necessária à ocupação dos lotes. O passo seguinte é o da escolha das famílias que deverão ocupar os lotes irrigados.

Tabela 4 – Percentuais de utilização das terras por municípios da região do Baixo Jaguaribe (1975-1995)

		Lavouras	Lavouras	Total	Pastagens	Pastagens	Total
		Perm.	Temp.		Naturais	Plantadas	
JAQUARUANA	1975	9.12	26.94	36.06	15.13	1.31	16.44
	1985	7.78	19.84	27.62	10.99	0.34	11.33
	1995	9.94	20.95	30.89	15.51	0.43	15.94
LIMOEIRO DO NORTE	1975	6.07	21.85	27.92	8.51	0.31	8.82
	1985	10.91	19.56	30.47	16.39	0.29	16.68
	1995	10.61	18.35	28.96	15.11	1.45	16.56

Fonte: IBGE: Censo agropecuário 1975, 1985,1995.

Na segunda metade da década seguinte observamos (Gráfico 2) um aumento do arado de tração animal nestes dois municípios; em Jaguaruana mais que duplica esse percentual, passando para 20,56%. Isto tem relação direta ou indireta com a implantação do plano real, já que os diversos setores econômicos e em especial a agropecuária estadual passaram a enfrentar sérios problemas de estabilização da economia. “Os juros e as sucessivas quedas da cesta básica desestimularam os produtores regionais e locais”,⁴² o que refletiu no tímido aumento tanto das terras cultivadas com lavoura como de pastagens (Tabela 4). Já Limoeiro do Norte apresenta um pequeno crescimento, chegando ao Censo de 1995 com 8,67%, ou seja, com uma diferença de 145 arados de tração animal com relação ao Censo de 1985, o que equivale a uma variação percentual de -29,65%. Este tímido crescimento em Limoeiro do Norte tem relação direta ou indireta com a crise enfrentada pelos irrigantes no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi. Muitos destes irrigantes, endividados, tiveram que abandonar suas terras diante do elevado custo na mudança do sistema de irrigação de pivô para gotejamento ou microaspersão, dado que para implantar um sistema de irrigação como o de

⁴² *Diário do Nordeste*, 29 jun. 1997.

microaspersão⁴³ são necessários R\$ 4.000 por ha. Este tipo de irrigação aumentou com o cultivo de frutas, estando o pivô central sucateado, apresentando muitos defeitos e precisando de manutenção constante devido ao tempo de uso. Ademais o custo de manutenção do perímetro deixa de ser coberto a fundo perdido pelo Dnocs além de as taxas de água serem altíssimas; tudo isso implicou a redução das terras cultivadas. Além do mais, antes da construção do perímetro, utilizava-se mais o arado de tração animal (quando se cultivava cultura de subsistência), que perdeu espaço, com a presença de empresários que utilizam modernas tecnologias.

Alguns depoimentos de campo também podem explicar esse fato, como o do Sr. Raimundo Candu, do Córrego de Areia (Limoeiro do Norte) que em 1981 ganhou prêmio por ter se destacado como um dos maiores produtores de arroz do Brasil com menos ha. Produziu 10.270 kg por ha, mais de 9 toneladas em 100ha arrendados nas terras de Limoeiro do Norte e Morada Nova.

Por cinco anos que tive plantando e pagando em dias os empréstimos que solicitava ao banco, era recebido como cliente especial, mas quando tive prejuízo de 78.000 reais tive até que vender a terra para pagar a dívida que por sinal ainda não terminou. O banco não tem facilitado em nada o pagamento desta dívida e já estou com 3 anos de inadimplência. As coisas ainda pioraram mais com a extinção do pro-água que cobria a perda da agricultura.⁴⁴ Em 2000 quebrei e só vivo da aposentadoria, 90% dos agricultores de Limoeiro do Norte quebrou com arroz e estão inadimplentes. Em 95 o plantio do arroz entrou em decadência nas áreas de várzea.

⁴³ Conversando com técnicos, esses afirmaram que, como o novo sistema é colocado junto às raízes, isso garante 90% de aproveitamento da água utilizada para irrigar. Os microaspersores ainda permitem a fertirrigação, com a colocação de adubos na água distribuída e contribuem para ter melhor qualidade na colheita.

⁴⁴ Hoje existe o Seguro Safra, um programa que garante ao agricultor uma renda de R\$ 550,00 – que pode ser pago em até seis parcelas – caso ele tenha uma perda de 50% ou mais da sua lavoura (milho, feijão, arroz, algodão e mandioca) por conta de estiagem. O agricultor contribui com 1% do valor do seguro, ou seja, R\$ 5,50; municípios com 3%, Estado, 6%, e o Governo Federal com 90%. Este ano estão asseguradas 182.700 vagas para produtores do Ceará.

Foto 4 – Raimundo Candu, Córrego de Areia – Limoeiro do Norte



Fonte: Aleksandra Muniz, 2004.

Diferentemente, em Russas, o número de Arados de Tração Animal vem tendo um crescimento contínuo (Gráfico 2), dobrando em 1985, se comparado ao Censo de 1975, passando para 8,69%. Isso se justifica se observarmos que as terras cultivadas também quase dobraram neste período (Tabela 5). Já em 1995, Russas passa a ser o terceiro município com maior número de arados de tração animal da região, quando alcança o percentual de 11,97%; embora tenha ocorrido uma queda nas lavouras temporárias neste período, o que pode ser explicado pela desapropriação no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas. Aqueles que estão fora da área do perímetro continuaram produzindo e passaram a usar mais arados de tração animal, já que predomina a agricultura familiar neste município e que os desapropriados do perímetro em construção também praticavam a atividade de criação. Tiveram que dar o gado ou ovelha para amigos/parentes cuidarem em suas terras, conforme o depoimento de um ex-proprietário que deu seu gado e ovelhas para amigos do Perímetro Irrigado de Morada Nova cuidar e em troca poder usá-los para arar suas terras e retirar o leite.

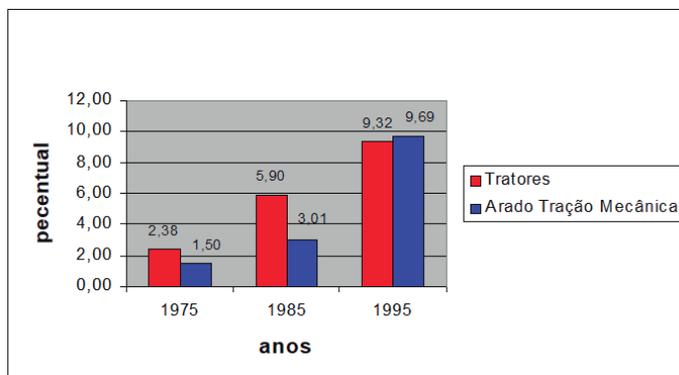
Tabela 5 – Percentual de utilização das terras em Russas (1975-1995)

Russas		Lavouras Perm.	Lavouras Temp.	Total	Pastagens Naturais	Pastagens Plantadas	Total
	1975		5.72	5.42	11.14	28.23	0.53
1985		10.65	10.63	21.28	27.91	2.09	30
1995		8.35	8.67	17.02	16.52	3.80	20.32

Fonte: IBGE: Censo agropecuário 1975, 1985,1995.

Enquanto os arados de tração animal vêm sofrendo um decréscimo contínuo na região do Baixo Jaguaribe, situação oposta pode ser verificada no Gráfico 3 quando analisamos o número de *arados de tração mecânica* e o número de *máquinas (tratores)*, que vêm apresentando um crescimento contínuo desde 1975.

Gráfico 3 – Percentual de tratores e arados de tração mecânica na região do Baixo Jaguaribe (1975-1995)



Fonte: IBGE: Censo agropecuário,1975, 1985, 1995. Elaboração: MUNIZ, 2024.

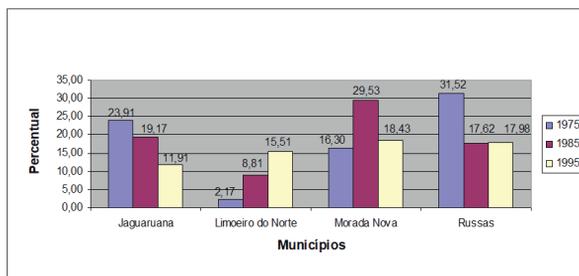
Deve-se levar em consideração a relação da crescente utilização de maquinários com o incentivo à agricultura irrigada pública desde a década de 1970 e a presença da irrigação privada, praticada também por empresas agrícolas que utilizam com frequência tratores e arado mecânico. Por outro lado há aqueles que praticam uma agricultura de sequeiro, que têm a produção voltada parte para sua subsistência, parte

para o mercado interno, ou seja, a produção não é totalmente comercializada, isso só ocorre quando conseguem o mínimo para subsistência.

Não podemos esquecer também que o crescimento do número de tratores e arados de tração mecânica aliado à existência das condições naturais de solo e água para uma irrigação adequada tem consequência direta no aumento da produtividade. Isso pôde ser constatado em campo em depoimentos feitos por produtores de arroz que a partir de 1980 presenciaram um aumento da produção e da produtividade em função do incremento na utilização racional do espaço produtivo.

Analisando primeiramente a evolução da variável *arados de tração mecânica* entre os municípios da região do Baixo Jaguaribe, constatamos que em 1995 os municípios de maior representatividade desta variável foram: Morada Nova (18,43%), Russas (17,98%), Limoeiro do Norte (15,51%) e Jaguaruana conforme Gráfico 4, ressalta-se também Alto Santo (15,28%).

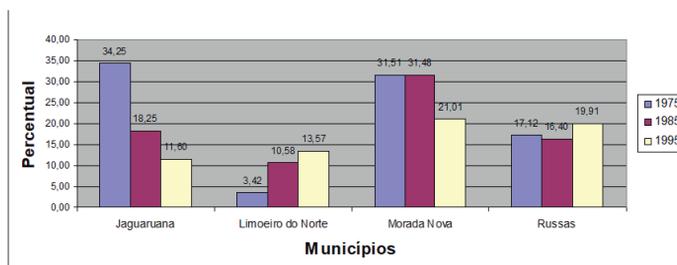
Gráfico 4 – Percentual de arados de tração mecânica por município pelo total da região do Baixo Jaguaribe (1975-1995)



Fonte: IBGE: Censo agropecuário 1975, 1985, 1995.

Situação pouco diferente ao observarmos os municípios da região que apresentam o maior número percentual de *máquinas* (tratores), quando pudemos perceber que no Censo de 1995 se sobressaiu o município de Morada Nova com 21,01% dos tratores. Em segundo lugar o município de Russas com 19,91% dos tratores, logo em seguida com 13,57% temos o município de Limoeiro do Norte e o quarto lugar em número de tratores ficou para Jaguaruana com 11,60% (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Percentual de tratores por município pelo total da região do Baixo Jaguaribe (1975-1995)



Fonte: Censo agropecuário, 1975, 1985, 1995.

Portanto, com exceção de Alto Santo e da diferença na percentagem, os municípios que se sobressaem na região com maior número de tratores e arados de tração mecânica são os mesmos. É justamente nestes municípios em que se apresenta o maior percentual de tratores e arados de tração mecânica onde se destaca a irrigação privada, onde estão instalados os perímetros irrigados públicos e onde se concentra o maior número de agroindústrias e empresas agrícolas (Limoeiro do Norte). Isso vem comprovar ainda mais nossa hipótese de que é nos perímetros irrigados, nas empresas agrícolas baseadas no cultivo de frutas para o agronegócio, realizado na Chapada do Apodi e no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, agroindústrias e irrigação privada, onde o processo de reestruturação se faz mais presente, ou seja, é onde se encontra parte considerável do progresso técnico e das mudanças nas relações de produção e de trabalho que vêm ocorrendo na região nas últimas duas décadas.

O número de arados de tração mecânica no município de Morada Nova, que no Censo de 1975 era de 16,30% quase duplica no Censo de 1985 passando para 29,53%. Todavia, no Censo de 1995 observa-se um brusco declínio, passando para 18,43%, fato que se justifica pela emancipação do município de Ibicuitinga. Apesar disso, Morada Nova é o município que apresenta o maior número de arados de tração mecânica da região (ver Gráfico 4).

Quando comparamos o comportamento dos arados de tração mecânica com os arados de tração animal, neste mesmo município, observamos fato idêntico: aumento em 1985 e redução na segunda metade da década de 1990. Isto se deveu, dentre outras coisas, às condições climáticas, conforme salientamos anteriormente, além da emancipação do município de Ibicuitinga. Ao contrário da segunda metade da década de 1980, a queda em 1995 destas variáveis pode ser explicada por se tratar de um período em que ocorreram poucas chuvas, impedindo que os reservatórios pudessem armazenar água suficiente para irrigar o Perímetro, isso sem falar da agricultura de sequeiro, que depende das condições naturais para o cultivo da terra.

Embora o município de Morada Nova se sobressaia dos demais na presença das variáveis em análise, observamos que o maquinário utilizado no perímetro Irrigado de Morada Nova está ultrapassado e sucateado, devido ao seu tempo de uso, já que a maior parte do maquinário em operação foi cedida pelo DNOCS, na época da implantação do projeto. Além disso, não existe em quantidade suficiente para atender a demanda, o que induz um maior número de aluguéis.

Segundo relato de um irrigante: “Os tratores são a maioria de fora da cooperativa. Os da cooperativa não dá para nada, são 10, mas vive no prego. Colheitadeira tem três da cooperativa e outra do irrigante que aluga esse maquinário”.

Foto 5 – Colheitadeira com defeito – Morada Nova



Fonte: Alexandra Muniz, 2003.

Foto 6 – Colheitadeira com defeito – Morada Nova



Fonte: Alexandra Muniz, 2003.

O aluguel de maquinários realizado consideravelmente por irrigantes, médios e grandes produtores, não é prática comum entre os pequenos proprietários que não estão em áreas de perímetros irrigados, já que muitas vezes, sequer usam maquinário dado o custo elevado e os poucos recursos que dispõem. Portanto, além da força de trabalho manual, quando usam algum instrumento, estes se restringem a: arado puxado a boi, enxada, chibanca, plantadeira manual etc.

O crescimento desse tipo de serviço (aluguel de maquinários) induz a um moderado número de maquinários, já que uma mesma máquina passa a ser utilizada por vários produtores em um processo de rotação constante. Foi possível constatar isso no Perímetro Irrigado de Morada Nova, por parte dos irrigantes que na época da colheita do arroz alugam o maquinário – reboque, trator e colheitadeira – pelo qual é cobrado 10% da colheita. Funcionando ininterruptamente, em menos de um dia a colheitadeira já têm colhido cerca de 4ha.

A falta de manutenção nos maquinários existentes, que leva muitas vezes à sua inutilização, associada à não aquisição de novos maquinários, dado o crescimento de aluguéis, explica o declínio no número de tratores em Morada Nova em 1985, persistindo em 1995, quando esta prática (aluguel de tratores) se tornou mais frequente.

Fato oposto ocorre em Russas, uma vez que o percentual de arados de tração mecânica decresce pouco mais da metade quando comparado ao de 1975 que era de 31,52% passando para 17,62% no Censo de 1985. O mesmo observamos quando analisamos os tratores, que no Censo de 1975 representavam 17,12% e em 1985 passaram a apresentar um percentual de 16,40%. Enquanto isso, como vimos, o arado de tração animal vinha crescendo neste mesmo período, o que não significa que foi um período de seca, já que as terras continuaram sendo cultivadas, resta saber se esse crescimento no arado de tração animal se deu nas mesmas terras onde se utilizava o arado de tração mecânica, o que é pouco provável.

Segundo relatos de campo, tivemos conhecimento que existiam alguns médios ou mesmo pequenos produtores mais aquinhoados que ocupavam as terras que foram desapropriadas para implantação do perímetro irrigado e por conta disso pararam o cultivo de suas terras, refletindo na queda do uso de maquinários.

O percentual de arados de tração mecânica volta a crescer em 1995 quando passa a representar 17,98% dos arados de tração mecânica, porém ainda apresenta um crescimento bastante tímido de apenas 0,36%. Isso se justifica pelo fato de que na segunda metade desta década este município passa a deter 9,3% da Irrigação Privada Estadual ocupando uma área de 3.830ha (Secretaria de Desenvolvimento Rural-1998).

Este tímido crescimento pode ser explicado também pelo crescente aluguel de maquinários realizado tanto por particulares como por cooperativas. Como pudemos constatar em campo, a cooperativa de Russas – COOPAR presta esse tipo de serviço; pois, embora o maquinário seja da associação; quando está parado, passa a ser alugado.

Já analisando os tratores neste mesmo município e período, observamos um crescimento em 1995, quando passa a representar 19,91% dos tratores. Supomos que continue havendo este crescimento, dada a existência do Projeto Pequeno Produz, que é um programa municipal em que as prefeituras prestam serviços aos pequenos produtores através do fornecimento de uma hora de trator por hectare, o pequeno produtor paga a hora do trator com sementes depois da colheita.

O número de arados de tração mecânica vem crescendo continuamente desde 1985 no município de Limoeiro do Norte, por outro lado, neste mesmo período o número de arados de tração animal decrescia, como vimos anteriormente.

O crescimento do arado de tração mecânica é maior no Censo de 1995 quando Limoeiro do Norte passa a representar o terceiro município da região com maior número de arados de tração mecânica, com um percentual de 15,51%, bem maior que o percentual de arado de tração animal neste mesmo período que era de 8,67%. Este crescimento contínuo se justifica pelo crescente número de empresários que se instalam na Chapada do Apodi, notadamente onde se encontra o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, uma vez que o atual modelo de irrigação encabeçado pela iniciativa privada contribui para isso. Em 1989 o projeto de irrigação ameaçava fechar devido às dívidas dos irrigantes com a Coelce, inclusive a empresa Faego, para se instalar, teve que pagar a dívida de R\$ 150.000,00 de um ex-irrigante.

O mesmo pode ser explicado para o crescente número de tratores em Limoeiro do Norte, no entanto os percentuais deveriam ser maiores dada a emancipação do perímetro e a chegada de empresas. Isso seria realidade se não fosse o crescente aluguel de maquinários realizado tanto por particulares quanto por parte das cooperativas como foi possível observar por parte da COIJA,⁴⁵ que se mantém com as horas do trator, pois faz serviços para terceiros. O mesmo se observou com a LICOPAC, que fez convênio com prefeitura e presta serviço (aluguel de máquinas) para a comunidade, sendo a hora do trator de R\$ 45,00 reais que são pagos em grãos. Os sócios da cooperativa têm 25% de desconto no preço da hora trabalhada: assim, se é de R\$ 45,00, fica por R\$ 37,00, que são pagos 50% no término do serviço e 50% na hora da colheita. Além disso, não podemos esquecer que existem as parcerias dos pe-

⁴⁵ Fundada em 25 de novembro de 1996, a Cooija, que tem como presidente Inácio Lima Costa, gerencia a parte de grãos do perímetro. Na entrevista realizada em 10/09/03 com a gerente administrativo-financeira, foi informado que a cooperativa possui: cultivador, adubador, pulverizador, plantador, aradora, niveladora, subsolador e 3 tratores do Dnoacs que foram dados em concessão ao projeto Jaguaribe-Apodi para a cooperativa gerenciar, apenas a colheita é tercerizada.

quenos empresários com as médias e grandes empresas que fornecem todo o maquinário, além de dar assistência técnica, como exemplo disso temos o projeto parceria da empresa Frutacor.

O número de arados de tração mecânica em Jaguaruana vem declinando continuamente desde 1975, enquanto isto, como vimos, o arado de tração animal depois da queda na década de 1980 passou a crescer na última década.

Fato oposto é a queda crescente e contínua do número de tratores neste município, lócus do processo de modernização baseado no modelo de irrigação pública. Quando comparamos com a região, observamos que, enquanto em 1975 Jaguaruana representava 34,25% do número de tratores da região, em 1985 apresentou uma redução de 16% e em 1995 apresentou uma queda de 6,65% passando a representar 11,60% do número de tratores.

Entrevistando alguns irrigantes foi possível um melhor entendimento deste fato:

A partir de 95 começou a faltar água porque além da população ribeirinha ter aumentado, o Orós não sangrava aí as atividades que consomem muita água, como a irrigação, entraram em crise. Durante 60 dias o rio ficou parado, no zero, só tinha água no poço. Em 2000 foi a fase mais difícil, foi quando o governo pagou pra gente não plantar arroz e sim frutas.⁴⁶ E o problema não era só a água, tinha também o problema de assistência técnica, mercado, crédito. Vinha gado da Argentina, do Uruguai para o perímetro, hoje tá tudo perdido.[...] Até 85 aqui no perímetro a gente vendia de 3.000 litros de leite por dia para Betânia, o gado era de raça, a gente não podia misturar nem podia levar nem um quilo de feijão para casa, era tudo bem administrado, hoje a maioria aqui vive da aposentadoria.

No município de Alto Santo, o número de arados de tração mecânica que havia sofrido uma queda em 1985, passa por um significativo

⁴⁶ Para promover a conversão das culturas, o Plano Estatal disponibilizava R\$ 600,00/hectare ao produtor que decidisse interromper, a cada safra de arroz, aproximadamente de seis em seis meses, a faixa correspondente a 0 e 2 hectares; R\$ 500,00/ha para a faixa entre 2 a 100 hectares e R\$ 400,00/ha acima de 100 hectares.

crescimento no Censo de 1995 com 15,28%. Em parte, isto se deve à participação da iniciativa privada que, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural, no Cadastro de Áreas irrigadas privadas do Estado do Ceará, em agosto de 1998, Alto Santo correspondia a 2,1% da irrigação privada.

Apesar de não se destacar entre os municípios da região que apresentam um considerável percentual de tratores e arados de tração mecânica, o município de Quixeré vem desde 1975 apresentando um crescimento contínuo de tratores, o que pode ser explicado pela chegada de empresas agrícolas no município. No que se refere aos arados de tração mecânica, depois do tímido crescimento em 1985, apresentou um declínio em 1995 passando a representar 4,49% dos arados de tração mecânica da região.

Isto pode ser explicado pelas entrevistas com agricultores como a do José Mundola, que em 1985 tirou o primeiro lugar no prêmio de maior agricultor do Ceará. Ele possuía de 600 a 800ha de milho e feijão (possuía porque afirmou que estava negociando parte de suas terras com a Del Monte, já tendo vendido alguns hectares) e chegou a vender semente para o Estado. Possuía também 12 tratores, 7 alugados e 5 deles trabalhando dia e noite. Segundo ele mesmo afirmou:

hoje só num tô no zero porque num era pôco, mas de 85 pra cá viver só da agricultura num dá, em 80 quem vinha se dando bem com gado e algodão, comprô carro, propriedade, levantô casa e hoje perdeu tudo. Até 80 era bom pra agricultura, em 90 começou a quebrar com o Collor que trancô o dinheiro. Com o Cardoso a carne não subiu, o milho acabou, a partir daí ficô ruim pra agricultura.” “De 5 tratô novo foi imbora tudo, carro novo, dinheiro, o pequeno acabou im melão, porque hoje o problema é mercado, por exemplo num se compete com a Del Monte. Antes o forte em Quixeré era agricultura de sequeiro, hoje são as frutas, agricultura de sequeiro num tem mais, de grande produção, não. Baraúna (município vizinho a Mossoró) era mais agrícola, encontrava de 50 tratô, toda hora saia caminhão, hoje num tem agricultura, só tem projeto [...]

Se percebermos a ligação de todas essas mudanças (papel do Estado na territorialização do capital, aproveitamento de novos espaços para produção, ou seja, descentralização da produção e nova divisão

social e territorial do trabalho, especialização da produção com o incentivo ao agronegócio da fruticultura irrigada) com o atual momento do capitalismo, aí sim poderemos entender como vêm se dando a reestruturação produtiva da agropecuária nesta região. Sendo a reestruturação do capital, não dá para entender as transformações em curso sem entendermos sua interdependência com o contexto maior.

Como supracitado a reestruturação produtiva da agricultura é o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo que se caracteriza não somente pela mudança da base técnica de produção, indo além da racionalidade que se instalou nos objetos de trabalho e no próprio espaço rural, uma vez que envolve também, as transformações nas relações de trabalho.

Considerando que as transformações na relação entre capital e trabalho se territorializam mediante a difusão de *fixos e fluxos* (Santos, 1988), *sistemas de objetos e sistemas de ação* (Santos, 1994, 1996) tentaremos vislumbrar no capítulo seguinte as implicações da reestruturação produtiva e espacial no trabalho agroindustrial.

REDEFINIÇÕES NO TRABALHO AGROINDUSTRIAL

Destacamos neste capítulo alguns tópicos necessários para a análise das consequências da reestruturação produtiva na era da mundialização do capital sobre o trabalho agroindustrial. Optamos pelo termo trabalho *agroindustrial* devido à presença de agroindústrias ligadas a produtos originários da agropecuária na região, bem como a heterogeneidade de empresas agrícolas, como supramencionado. Isso porque além daquelas que cultivam e algumas que exportam fruto *in natura*, existem também aquelas que o processam, ou seja, os impactos da reestruturação produtiva e espacial no Baixo Jaguaribe envolve tanto o trabalho agrícola, como o agroindustrial.

Distribuição espacial e economicamente ativa da população

Objetivando fazer um comparativo entre o contingente da população rural existente e a PEA agropecuária, tomamos como ponto de partida a análise dos dados demográficos no período entre 1970 a 2000. Isso permitiu também que observássemos como vem se dando a

distribuição espacial da população na região do Baixo Jaguaribe frente ao processo de reestruturação em curso.

Segundo dados do IPECE, a microrregião do Baixo Jaguaribe⁴⁷ tem uma população de 286.680 habitantes, vivendo 45,4%, ou seja, 130.149 habitantes, em áreas rurais, conforme mostra a Tabela 6. Com essa população absoluta, a densidade demográfica da região é de 29,28 hab/Km².

Tabela 6 – População total, área, densidade demográfica e população rural da microrregião do Baixo Jaguaribe – 2000

Microrregião	População Total	Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	População Rural	%
Alto Santo	15.394	1322,9	11,64	9.947	64.62
Ibicuitinga	9.435	380,6	24,79	5.048	53.50
Jaguaruana	29.735	746	39,84	13.155	44.24
Limoeiro do Norte	49.620	771,00	64,36	21.407	43.14
Morada Nova	64.400	2796,6	23,03	30.531	47.41
Palhano	8.166	438,8	18,61	3.907	47.84
Quixeré	16.862	600,8	28,07	7.005	41.54
Russas	57.320	1614,3	35,51	21.997	38.38
São João do Jaguaribe	8.650	286,8	30,16	5.906	68.28
Tabuleiro do Norte	27.098	832,7	32,54	11.246	41.50
Baixo Jaguaribe	286.680	9790,9	29,28	130.149	45.40

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2001, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

⁴⁷ Embora a microrregião do Baixo Jaguaribe para o IPECE não seja a mesma considerada pelo IBGE, a tabela foi construída selecionando os municípios que fazem parte da microrregião do Baixo Jaguaribe segundo a divisão do IBGE.

Tabela 7 – População urbana, rural e total segundo municípios da região do Baixo Jaguaribe (1970 - 2000)

Municípios	População Urbana				População Rural				População Total			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Alto Santo	1.700	2.970	3.890	5.447	10.204	9.915	9.674	9.947	11.904	12.885	13.564	15.394
Ibicuitinga	-	-	1.521	4.387	-	-	7.077	5.048	-	-	8.598	9.435
Jaguaruana	6.191	8.256	11.736	16.580	6.191	16.649	14.190	13.155	22.437	24.905	25.926	29.735
Lim. do Norte	6.378	13.537	23.330	28.213	19.245	19.220	18.353	21.407	25.623	32.757	41.683	49.620
Morada Nova	9.522	19.094	26.488	33.869	44.030	45.442	32.403	30.531	53.552	64.536	58.891	64.400
Palhano	917	2.008	3.525	4.259	4.189	5.098	4.423	3.907	5.106	7.106	7.948	8.166
Quixeré	1.471	2.914	6.692	9.857	9.750	9.569	7.110	7.005	11.221	12.483	13.802	16.862
Russas	11.342	18.547	27.057	35.323	22.887	19.970	19.525	21.997	34.229	38.517	46.582	57.320
S. J. do Jaguaribe	1.097	1.840	2.512	2.744	1.097	6.495	5.488	5.906	7.723	8.335	8.000	8.650
Tab. do Norte	5.521	8.969	12.694	15.852	5.521	14.273	12.423	11.246	19.421	23.242	25.117	27.098
Baixo Jaguaribe	44.139	78.135	119.445	156.531	123.114	146.631	130.666	130.149	191.216	224.766	250.111	286.680

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1970, 1980) e Anuário Estatístico do Ceará (1993 e 2001).

OBS.: Na fase intercensitária de 1980-1991 ocorreu uma nova compartimentação territorial, com Ibicuitinga tornando-se município.

A população da região vem se expandindo nas últimas décadas (1991-2000), depois da queda no ritmo de crescimento populacional entre 1980 e 1991. Essa queda no ritmo de crescimento fica mais evidente se compararmos com o período de 1970-1980 que apresentou uma variação de 17,55% no número de habitantes. Entretanto, quando analisamos o período entre 1970 e 2000, observamos um crescimento populacional na região que passa a apresentar uma diferença absoluta de 95.464 habitantes, conforme podemos visualizar na Tabela 7 e na Tabela 8.

Analisando a Tabela 8, observamos que, no período entre 1970 e 2000, ocorreu um aumento da população urbana e um decréscimo no ritmo de crescimento da população rural que apresentou neste íterim um crescimento de apenas 5,71%. Este decréscimo é mais evidente ao observarmos que, enquanto nos Censos de 1970, 1980 e 1991, a população rural na região era superior à urbana; no Censo de 2000, a região apresentou declínio da população rural de 517 habitantes, consoante isto, a população urbana na região apresentou um crescimento positivo de 31,05%.

Tabela 8 – População urbana, rural e total em valores absolutos e relativos (1970-2000)

Municípios	População Urbana							
	1970-1980		1980-1991		1991-2000		1970-2000	
	Pop. Abs	Pop. Rel	Pop. Abs	Pop. Rel	Pop. Abs	Pop. Rel	Pop. Abs	Pop. Rel
Alto Santo	1.270	74,71	920	30,98	1.557	40,03	3.747	220,41
Ibicuitinga	-	-	-	-	2.866,00	188,43	-	-
Jaguaruana	2.065	33,35	3.480	42,15	4.844	41,27	10.389	167,81
Lim. do Norte	7.159	112,25	9.793	72,34	4.883	20,93	21.835	342,35
Morada Nova	9.572	100,53	7.394	38,72	7.381	27,87	24.347	255,69
Palhano	1.091	118,97	1.517	75,55	734	20,82	3.342	364,45
Quixeré	1.443	98,10	3.778	129,65	3.165	47,30	8.386	570,09
Russas	7.205	63,52	8.510	45,88	8.266	30,55	23.981	211,44
S. J. do Jaguaribe	743	67,73	672	36,52	232	9,24	1.647	150,14
Tab. do Norte	3.448	62,45	3.725	41,53	3.158	24,88	10.331	187,12
Baixo Jaguaribe	33.996	77,02	41.310	52,87	37.086	31,05	112.392	254,63

Municípios	População Rural							
	1970-1980		1980-1991		1991-2000		1970-2000	
	Pop. Abs	Pop. Rel	Pop. Abs	Pop. Rel	Pop. Abs	Pop. Rel	Pop. Abs	Pop. Rel
Alto Santo	-289	-2,83	-241	-2,43	273	2,82	-257	-2,52
Ibicuitinga	-	-	-	-	-2.029	-28,67	-	-
Jaguaruana	10.458	168,92	-2.459	-14,77	-1.035	-7,29	6.964	112,49
Lim. do Norte	-25	-0,13	-867	-4,51	3.054	16,64	2.162	11,23
Morada Nova	1.412	3,21	-13.039	-28,69	-1.872	-5,78	-13.499	-30,66
Palhano	909	21,70	-675	-13,24	-516	-11,67	-282	-6,73
Quixeré	-181	-1,86	-2.459	-25,70	-105	-1,48	-2.745	-28,15
Russas	-2.917	-12,75	-445	-2,23	2.472	12,66	-890	-3,89
S. J. do Jaguaribe	5.398	492,07	-1.007	-15,50	418	7,62	4.809	438,38
Tab. do Norte	8.752	158,52	-1.850	-12,96	-1.177	-9,47	5.725	103,69
Baixo Jaguaribe	23.517	19,10	-15.965	-10,89	-517	-0,40	7.035	5,71

Municípios	População Total							
	1970-1980		1980-1991		1991-2000		1970-2000	
	Pop. Abs	Pop. Rel	Pop. Abs	Pop. Rel	Pop. Abs	Pop. Rel	Pop. Abs	Pop. Rel
Alto Santo	981	8,24	679	5,27	1.830	13,49	3.490	29,32
Ibicuitinga	-	-	8.598	-	837	9,73	9.435	-
Jaguaruana	2.468	11,00	1.021	4,10	3.809	14,69	7.298	32,53
Lim. do Norte	7.134	27,84	8.926	27,25	7.937	19,04	23.997	93,65
Morada Nova	10.984	20,51	-5.645	-8,75	5.509	9,35	10.848	20,26
Palhano	2.000	39,17	842	11,85	218	2,74	3.060	59,93
Quixeré	1.262	11,25	1.319	10,57	3.060	22,17	5.641	50,27
Russas	4.288	12,53	8.065	20,94	10.738	23,05	23.091	67,46
S. J. do Jaguaribe	612	7,92	-335	-4,02	650	8,13	927	12,00
Tab. do Norte	3.821	19,67	1.875	8,07	1.981	7,89	7.677	39,53
Baixo Jaguaribe	33.550	17,55	25.345	11,28	36.569	14,62	95.464	49,92

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1970, 1980) e Anuário Estatístico do Ceará (1993 e 2001). Elaboração: MUNIZ, 2004.

Esse aumento da população urbana tem reflexo direto no aumento de pessoas ocupadas na indústria, comércio e serviços, como veremos mais adiante na análise da PEA.

No período entre 1991 e 2000, somente Limoeiro do Norte e Russas, onde se localizam os perímetros irrigados Jaguaribe-Apodi, e Tabuleiro de Russas, exibiram taxas positivas de crescimento da população rural. São João do Jaguaribe e Alto Santo também tiveram um crescimento positivo, embora em ritmo menor (Tabela 8). Todos estes municípios acompanharam taxas de crescimento da população urbana bem maiores que as de crescimento rural. Todavia, no Censo de 2000, os municípios de Alto Santo, Ibicuitinga e São João do Jaguaribe apresentaram um contingente populacional rural bem maior que o urbano. Vale ressaltar que, no Censo de 1991, esses municípios já registravam população rural superior à urbana, sendo que Ibicuitinga, município recém-emancipado, apresentava contingente populacional rural maior do que o registrado em 2000 (Tabela 9 e Tabela 10).

Tabela 9 – Percentual da população urbana do município no total da população urbana da região do Baixo Jaguaribe (1970-2000)

Municípios	1970	1980	1991	2000
Alto Santo	14,28	23,05	28,68	35,38
Ibicuitinga	-	-	17,69	46,50
Jaguaruana	27,59	33,15	45,27	55,76
Lim. Do Norte	24,89	41,33	55,97	56,86
Morada Nova	17,78	29,59	44,98	52,59
Palhano	17,96	28,26	44,35	52,16
Quixeré	13,11	23,34	48,49	58,46
Russas	33,14	48,15	58,08	61,62
S. J. do Jaguaribe	14,20	22,08	31,40	31,72
Tab. do Norte	28,43	38,59	50,54	58,50
Baixo Jaguaribe	23,08	34,76	47,76	54,60

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1970, 1980) e Anuário Estatístico do Ceará (1993 e 2001). Elaboração: MUNIZ, 2004.

Tabela 10 – Percentual da população rural do município no total da população rural da região do Baixo Jaguaribe (1970-2000)

Municípios	1970	1980	1991	2000
Alto Santo	85,72	76,95	71,32	64,62
Ibicuitinga	-	-	82,31	53,50
Jaguaruana	27,59	66,85	54,73	44,24
Lim. Do Norte	75,11	58,67	44,03	43,14
Morada Nova	82,22	70,41	55,02	47,41
Palhano	82,04	71,74	55,65	47,84
Quixeré	86,89	76,66	51,51	41,54
Russas	66,86	51,85	41,92	38,38
S. J. do Jaguaribe	14,20	77,92	68,60	68,28
Tab. do Norte	28,43	61,41	49,46	41,50
Baixo Jaguaribe	64,38	65,24	52,24	45,40

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1970, 1980) e Anuário Estatístico do Ceará (1993 e 2001). Elaboração: MUNIZ, 2004.

Muniz (2004) afirma que onde vem ocorrendo a reestruturação produtiva, a população rural é menor do que a urbana, o que significa dizer que continua ocorrendo o êxodo rural. Isso representa o inverso do que diz o discurso oficial, quando afirma que o atual modelo da política de irrigação, reflexo do processo de reestruturação em curso, fixa a população no campo.

Não podemos negar que vem ocorrendo geração de empregos no campo. Por outro lado o que aumenta é a população urbana, o que pode ser explicado pelo fato de muitos destes empregos gerados no espaço rural exigirem maior qualificação. Em geral os profissionais mais qualificados continuam habitando na zona urbana, embora trabalhem no meio rural. Foi verificado, por exemplo, que muitos profissionais formados pelo Centec passam a trabalhar no PIJA (Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi) e ter como local de moradia a cidade de Limoeiro do Norte.

É importante destacar que, apesar de os Censos de 1970, 1980 e 1991 apresentarem um contingente populacional rural superior ao urbano, já observávamos uma redução da população rural nos municípios

da região no Censo de 1991 se comparado ao Censo de 1980, destacando-se pelos patamares alcançados, os municípios de Morada Nova, Quixeré, São João do Jaguaribe e Jaguaruana (Tabela 8). Isso quer dizer que a reestruturação veio acentuar o declínio da população rural nestes municípios com a mudança da política de irrigação, que passou a valorizar novos espaços diante das novas estratégias locais de reprodução do capital. Os perímetros irrigados de Morada Nova e Jaguaruana deixam de ser alvo das políticas públicas que a partir de então se voltam para o Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas. Além da mudança de público-alvo, já que esta política era voltada aos pequenos produtores de base familiar e a atenção passa a voltar-se para atração de empresas.

Conforme Muniz (2004) o declínio da população rural de Quixeré retrata bem estas mudanças, pois neste município predominava a população local que se dedicava à agricultura de sequeiro e esse município passa a ser habitat de um número crescente de empresas agrícolas e profissionais que têm, como local de moradia, as cidades do Estado do Rio Grande do Norte e a cidade de Limoeiro do Norte. Além disso, boa parte dos que são contratados para trabalhos que não exigem maior qualificação passam a morar em Lagoinha, distrito de Quixeré, principalmente aqueles que têm alojamentos construídos pelas empresas agrícolas para facilitar o deslocamento ao local de trabalho, visto que muitos vêm de municípios distantes e muitas vezes acompanhados da família.

Podemos visualizar através da Tabela 11 que, embora o número de estabelecimentos dedicados à atividade agropecuária⁴⁸ se sobressaia no município de Limoeiro do Norte, o município que emprega maior número de trabalhadores formais é o município de Quixeré, que possui o segundo maior número de estabelecimentos (12) seguido dos municípios de Russas e Jaguaruana. Ainda que possua o mesmo número de estabelecimentos, o município de Jaguaruana apresenta maior número de trabalhadores formais que o de Russas, sendo 227 contra 8.

⁴⁸ O número de estabelecimentos dedicados à atividade agropecuária foi obtido pela soma dos estabelecimentos dedicados à produção de lavouras temporárias, lavouras permanentes e pecuária.

Tabela 11 – Número de estabelecimentos agropecuários e empregos formais na agropecuária do Baixo Jaguaribe - 2002

Municípios	Número de Estabelecimentos	Estoque de Empregados
Limoeiro do Norte	17	209
Morada Nova	5	0
Russas	11	8
São J. do Jaguaribe	2	2
Tabuleiro do Norte	6	2
Jaguaruana	6	227
Alto Santo	1	15
Quixeré	12	2.342
Ibicuitinga	0	0
Palhano	0	0
Baixo Jaguaribe	60	2.805

Fonte: MTE/RAIS – 2002.

A despeito da redução da população rural, a taxa de urbanização na região continuou crescendo progressivamente, apresentando entre os Censos de 1980 e 2000 uma variação percentual de 19,84 (ver Tabela 9).

Esta análise sucinta da dinâmica populacional da microrregião do Baixo Jaguaribe torna instigante o porquê do declínio da população rural desde a década de 1990, apesar do dinamismo pelo qual vem passando o espaço rural da região.

Como já ressaltamos, um fato que não pode ser desprezado para explicar a redução da população rural na região é que enquanto na década de 1970, que corresponde ao início da política de modernização agrícola baseada no desenvolvimento da agricultura irrigada no Baixo Jaguaribe, a população rural era superior à urbana em 78.975 habitantes, no período de 1970 a 1980 ocorreu um crescimento da população rural em Tabuleiro, São João do Jaguaribe, Palhano, Jaguaruana e Morada Nova, este último com taxas positivas bem menores, mas apresentando um crescimento absoluto maior que o observado em Palhano.

Já ao nos reportamos a meados da década de 1990, verificamos que a população rural apresentou declínio de 517 habitantes, ou seja, de -0,40%, ficando abaixo da média urbana que apresentou crescimento de 37,086 habitantes (Tabela 8). Foi justamente neste período que se implantaram os perímetros irrigados Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas, baseados na nova lógica da política de modernização.

Estes dados levam-nos a afirmar que se a política de irrigação até a década de 1980 vinha atuando como fator de fixação da população rural, a atual política de irrigação vem tendo efeito contrário, pois não está fixando o homem no campo. Confirma-se de fato o discurso oficial segundo o qual houve aumento no número de empregos diante da expansão dos investimentos no setor agropecuário da região. Isso porque a força de trabalho disponível mostra-se insuficiente para suprir as necessidades de mão de obra e o que está ocorrendo é o aumento do deslocamento da população em idade ativa, para atender a demanda por força de trabalho principalmente por parte das empresas agrícolas, agroindústrias e perímetros irrigados que se instalam na região.

Esse fato foi observado durante a pesquisa de campo, dado o intenso fluxo de mão de obra, tanto dos distritos dos municípios que correspondem aos espaços de expansão dos novos investimentos agrícolas, como das áreas habitacionais dos perímetros irrigados e dos municípios próximos ou mais distantes (como Baraúna - divisa com o Rio Grande do Norte que teve o deslocamento da mão de obra facilitado com a construção da estrada do Melão, que liga o município de Quixeré à divisa com o Estado do Rio Grande do Norte) para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Diante do exposto, podemos citar entre os elementos responsáveis pela redução da população rural a partir da década de 1990, a mudança da política de irrigação que passou a valorizar as Chapadas e Tabuleiros pré-litorâneos, enquanto as atividades agropecuárias nos espaços aluvionais vêm vivenciando um processo de estagnação, abandono e “esquecimento” principalmente nas áreas de sequeiro.

A redução da população rural e o aumento do deslocamento da mão de obra são apenas alguns dos impactos que o surgimento de novos sistemas técnicos e a instalação de empresas ligadas à atividade agropecuária vêm provocando na região, não apenas dos municípios ligados aos novos projetos de irrigação, como dos municípios e distritos próximos a essas localidades.

Tabela 12 – População economicamente ativa por ramo de atividade no Baixo Jaguaribe (1970-2000)

	1970				1980				1991				2000			
	Agrop.	Ind.	Com.	Serv.	Agrop.	Ind.	Com.	Serv.	Agrop.	Ind.	Com.	Serv.	Agrop.	Ind.	Com.	Serv.
Alto Sant	2.491	204	100	186	2.729	312	199	164	2.622	172	184	962	2.504	955	459	522
Ibicuit.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.583	195	125	581	1.478	116	284	85
Jaguar.	4.205	650	141	167	5.308	5.516	319	1.228	3.362	3.662	893	1.588	3.950	4.028	877	1.489
L. Norte	3.996	723	366	1.212	4.411	1.721	680	1.479	5.274	2.998	1.562	2.532	5.724	3.068	2.769	3.619
Mor. Nov	12.533	847	489	753	13.289	1.614	831	1.166	10.372	2.227	1.369	2.149	9.865	2.913	2.708	4.200
Palhan	1.218	49	34	59	1.396	437	54	356	1.044	460	95	320	1.650	339	190	579
Quixeré	2.752	115	73	138	2.763	322	176	273	2.284	907	267	517	5.849	745	560	987
S. J. Jag.	1.521	71	72		1.965	321	127	534	1.526	307	137	845	1.553	367	312	375
Russas	5.533	1.805	678	225	4.624	2.364	957	1.621	4.318	4.110	1.686	2.346	4.957	5.447	2.915	3.817
Tab. Nor	4.283	438	240	519	4.724	1.052	520	1.184	4.053	1.438	861	2.775	4.427	1.447	1.626	1.493
B. Jagu.	38.532	4902	2193	3259	41.209	11.940	3863	8.005	36.438	16476	7179	14.615	41.957	19425	12700	17166

	1970					1980					1991					2000				
	Agrop.	Ind.	Com.	Serv.	Agrop.	Ind.	Com.	Serv.												
Alto Sant	6,46	4,16	4,56	5,71	6,62	2,61	5,15	2,05	7,20	1,04	2,56	6,58	5,97	4,92	3,61	3,04				
Ibicuit.	-	-	-	-	-	-	-	-	4,34	1,18	1,74	3,98	3,52	0,60	2,24	0,50				
Jaguar.	10,91	13,26	6,43	5,12	12,88	46,20	8,26	15,34	9,23	22,23	12,44	10,87	9,41	20,74	6,91	8,67				
L. Norte	10,37	14,75	16,69	37,19	10,70	0,01	17,60	18,48	14,47	18,20	21,76	17,32	13,64	15,79	21,80	21,08				
Mor. Nov	32,53	17,28	22,30	23,11	32,25	13,52	21,51	14,57	28,46	13,52	19,07	14,70	23,51	15,00	21,32	24,47				
Palhan	3,16	1,00	1,55	1,81	3,39	3,66	1,40	4,45	2,87	2,79	1,32	2,19	3,93	1,75	1,50	3,37				
Quixeré	7,14	2,35	3,33	4,23	6,70	2,70	4,56	3,41	6,27	5,50	3,72	3,54	13,94	3,84	4,41	5,75				
S.J.Jag.	3,95	1,45	3,28	0,00	4,77	2,69	3,29	6,67	4,19	1,86	1,91	5,78	3,70	1,89	2,46	2,18				
Russas	14,36	36,82	30,92	6,90	11,22	19,80	24,77	20,25	11,85	24,95	23,49	16,05	11,81	28,04	22,95	22,24				
Tab. Nor	11,12	8,94	10,94	15,93	11,46	8,81	13,46	14,79	11,12	8,73	11,99	18,99	10,55	7,45	12,80	8,70				
B. Jagu.	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100				

FONTE: Censo demográfico do IBGE 1970, 1980, 1991, 2000.

Entre as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva sobre a PEA (População Economicamente Ativa), constatamos que a região do Baixo Jaguaribe acompanha a tendência mundial, qual seja: o crescimento da PEA no setor de serviços (Tabela 12).

Todavia, ao contrário da tendência mundial em que ocorre um aumento da PEA no setor de serviços enquanto decresce a PEA no setor industrial e agropecuário, observamos na região do Baixo Jaguaribe o crescimento da PEA tanto na agropecuária como na indústria, comércio e serviços.

Entretanto, se analisarmos o período entre as décadas de 1980 e 1990, que é quando o atual processo de reestruturação dá seus primeiros passos, concluiremos que esse processo na região não difere do contexto mundial, pois houve uma queda na PEA agropecuária acompanhada de um crescimento da PEA no comércio e serviços.

Essa queda da PEA na agropecuária é acompanhada pela redução da população rural. Além disso, devemos considerar o próprio contexto em que se encontrava o país, pois até 1983, com a política de créditos subsidiados e preços mínimos, o setor agropecuário não sentia tanto o peso dos outros setores econômicos. Diante do crédito rural que ficou escasso e incerto, dos preços mínimos que não acompanhavam a inflação, da ausência de subsídios, dos pagamentos de juros positivos e dos sucessivos pacotes anti-inflacionários, a agropecuária perdeu mais ainda seu poder de barganha. Esse quadro muda a partir da década de 1990 com a abertura comercial, os incentivos voltados à atividade agropecuária, a vinda de empresas agrícolas e agroindústrias para a região.

O crescimento da PEA nos diferentes setores econômicos da região do Baixo Jaguaribe a partir da década de 1990 se deve à estreita vinculação do setor agropecuário com os demais setores da economia. Em outras palavras sendo a agropecuária o motor da economia na região, esta influencia o crescimento da PEA nos outros setores econômicos.

Ademais, a explicação para o crescimento contínuo da PEA nos diferentes setores econômicos da região se deve à valorização das atividades econômicas agrícolas e não agrícolas. Isso revela novas funções que esta região vem assumindo, uma vez que a diversificação da PEA para além das atividades agrícolas revela a heterogeneidade de atividades que vêm sendo incrementadas.

Como podemos perceber pela análise da PEA (Tabela 12), mesmo com menor contingente populacional no meio rural, é a PEA agropecuária que se destaca sobre a PEA total. Portanto, os investimentos voltados à atividade agropecuária exercem importância fundamental na absorção da população economicamente ativa que predomina neste setor.

No entanto, é oportuno destacar que mesmo a PEA agropecuária se sobressaindo sobre a PEA total, pouco cresceu ao longo das décadas. Diferentemente, a PEA no setor de serviços vem apresentando um ritmo de crescimento muito maior, pois tínhamos 3.259 pessoas economicamente ativas na década de 1970 contra 17.166 na década de 2000. Já a PEA agropecuária ao longo desse mesmo tempo não acompanhou a mesma velocidade. Isto fica mais visível se analisarmos a PEA do comércio e dos serviços como parte do setor terciário, quando veremos que se destaca sobre o setor secundário e quase encosta na PEA do setor primário na década atual, pois de 5.452 pessoas economicamente ativas no setor terciário na década de 1970 passou-se para 29.866 (Tabela 12).

A mercantilização da terra, sua fragmentação e tamanho da família somados à velocidade das mudanças exercidas pelo processo de reestruturação produtiva e a consequente expulsão do campo de expressivo contingente de mão de obra que não consegue acompanhar as mudanças, é o que impulsiona o homem do campo a encontrar formas alternativas de sobrevivência. É frequente a procura de um ou mais membros da família, anteriormente dedicados à atividade agrícola, por trabalho na pequena cidade mais próxima, em um supermercado ou, até mesmo, para realizar serviços domésticos, o que contribui ao mesmo tempo para a geração de renda não agrícola. Essas famílias residentes no meio rural, que combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas, apresentam renda superior à daquelas que se dedicam estritamente às atividades agrícolas. Embora as formas de variação da produção e de atividades possam compensar, não solucionam o problema do limite da reprodução da unidade familiar e sua manutenção no meio rural.

Cria-se assim um ambiente favorável para que “esse excedente da oferta transfira-se continuamente para o setor terciário, ou seja, o trabalho em serviços, por conseguinte, cumpre, em primeira linha, a

função de oferecer um campo de ocupação para a força de trabalho excedente” (Offe, 1989, p. 93).

Observamos pela análise da Tabela 12 que, dentre os municípios da região, o que mais se destaca na PEA no setor de serviços ao longo das décadas é Limoeiro do Norte seguido de Russas e na década atual se sobressai Morada Nova.

Isto se explica tanto pelo fato de estes municípios apresentarem o maior contingente populacional conforme vimos na Tabela 6, como também porque nestes municípios são crescentes os serviços diretamente ligados à atividade agrícola e dela derivados, engendrando um quadro favorável ao aparecimento das *ciudades do campo* (Santos, 1988).

Em Limoeiro do Norte isto é mais visível, dados os investimentos públicos (perímetros irrigados Jaguaribe-Apodi e de Morada Nova que também inclui parte do município de Limoeiro do Norte) e privados (presença de empresas agrícolas e agroindústrias) que demandam tanto os serviços voltados ao consumo produtivo como ao consumo consumptivo (Santos, 1988) com a chegada de capital humano que se emprega nos estabelecimentos rurais e nas empresas que aí vêm se instalando.

Já em Russas, com o cultivo das terras do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, a tendência é ocorrer um crescimento dos fixos associados ao consumo produtivo e consumptivo voltados para atender as necessidades da agricultura científica. A estes municípios acrescentaria Quixeré, pois, durante a pesquisa de campo, foi possível perceber como em pouco tempo este município vem crescendo no que se refere à PEA no setor de serviços. Isso é mais nítido no distrito de Lagoinha, que vem respondendo às demandas de serviços relacionados à atividade agrícola o que se deve ao crescente número de empresas agrícolas que se localizam em torno da rodovia do melão. Os dados do Caged coadunam com essa tendência revelada em campo, pois o município que mais se destaca no número de pessoas admitidas formalmente nas atividades de serviços relacionados com a agricultura depois de Limoeiro do Norte (604) é Quixeré (401), como pode ser visto na Tabela 13. É Limoeiro do Norte que se destaca também no saldo (62) de admitidos (132) e desligados (70) quando observamos os trabalhadores no setor de serviços em geral.

Tabela 13 – Trabalhadores assalariados formais por setor econômico (jan-jun/2004)

	ADMITIDOS	DESLIGADOS	Saldo	ADMITIDOS	DESLIGADOS	Saldo
Alto Santo	5	-8	-3	1	0	1
Ibicuitinga				1	0	1
Jaguaruana	91	-91	0	15	-4	11
Limoeiro do Norte	67	-94	-27	132	-70	62
Morada Nova	59	-19	40	25	-24	1
Palhano	0	-10	-10			
Quixeré	29	-28	1	18	-4	14
Russas	790	-525	265	70	-14	56
São J. Jaguaribe	0	-4	-4	1	-6	-5
Tabuleiro do Norte	61	-25	36	6	-5	1
Baixo Jaguaribe	1.102	-804	298	269	-127	142

Fonte: MTE/CAGED.

Agricultura, pecuária e serv. rel. com agric.																		
Ramo de Atividade																		
	Cult. de cereais para grãos			Cult. outros prod. Lav. temp.			Ativ. de serv. rel. agricultura			Criação de bovinos			Criação de aves		Ativ. de serv. rel. pecuária			
	ADM.	DESL.	Saldo	ADM.	DESL.	Saldo	ADM.	DESL.	Saldo	ADM.	DESL.	Saldo	ADM.	DESL.	Saldo	ADM.	DESL.	Saldo
Alto Santo	2	-4	-2															
Ibicutinga	0	-1	-1															
Jaguaruana	34	-108	-74	16	0	16												
Limoeiro do Norte	46	-70	-24				604	-437	167									
Morada Nova							0	-2	-2									
Palhano																		
Quixeré	43	-71	-28	329	-749	-420	401	-1.239	-838									
Russas										9	-1	8	2	0	2	1	-3	-2
São J. Jaguaribe																		
Tabuleiro do Norte							1	-2	-1									
Baixo Jaguaribe	125	-254	-129	345	-749	-404	1.006	-1.680	-674	9	-1	8	2	0	2	1	-3	-2

Fonte: MTE/CAGED.

Emprego agroindustrial

É inegável que o processo de reestruturação em curso permite, entre outras coisas, reduzir ao mínimo o desgaste na realização dos trabalhos agrícolas, que os métodos tradicionais impunham; aproveitar melhor a área ocupada pelas culturas através de uma exploração mais intensiva; aumentar de forma espetacular o rendimento do trabalho e as consequentes produções. No entanto, não podemos desprezar alguns aspectos negativos, também decorrentes desse processo, notadamente os que envolvem a redução do nível de emprego.

A redução no volume de emprego é uma questão tão antiga que já estava presente em Ricardo.⁴⁹ Entretanto, hoje o desemprego alcança índices nunca vistos, na medida em que “a dinâmica da reprodução ampliada do capital faz com que o capital constante, investido em máquinas e equipamentos, cresça em escala proporcionalmente maior do que o capital variável, destinado à compra da força de trabalho” (Ianni, 1997).

Há quem acredite ser o crescimento do desemprego uma consequência inevitável nessa nova etapa da história do capitalismo. Seguindo esta posição, devemos aceitar então o fato de que o capitalismo deve ser visto como um sistema gerador de desemprego e de exclusão?

Marx em seus estudos sobre o desemprego na grande indústria afirmava que “a acumulação capitalista produz constantemente, em proporção a sua intensidade e a sua extensão, uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital, isto é, uma população operária residual ou excedente” (Marx, 1983).

De acordo com Arendt (1981), a era moderna, ao glorificar o trabalho, defronta-se paradoxalmente com a possibilidade de se tornar uma sociedade de trabalhadores sem trabalho. Trata-se das contradições de um sistema que faz a exaltação do trabalho, mas se sustenta deixando à margem um grande número de desempregados que de exército industrial de reserva passa a ser chamado exército de excluídos.

⁴⁹ David, Ricardo. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Nova Cultural, São Paulo, 1985.

Meneleu Neto (1996), ao repensar o conceito de exército industrial de reserva e seu lugar no capitalismo moderno, afirma que “a expansão do EIR (exército industrial de reserva) se tornou atualmente um instrumento deliberado de política econômica em benefício da reestruturação capitalista”.

Segundo esta mesma linha de raciocínio temos Thomaz Júnior, para quem:

a veracidade do desemprego, diga-se, arma secular do capital para o efetivo exercício do controle e da dominação sobre o trabalho, agora se expressa de forma mais agressiva e ampla, sendo um dos principais instrumentos da regulação capital-trabalho em poder do capital [...] (Thomaz Júnior, 2002, p.15).

Sendo ou não um problema estrutural inerente ao próprio capitalismo e estando ou não associado com as transformações que vêm ocorrendo frente à modernização conservadora no mundo do trabalho, fato é que o desemprego tem consequência direta sobre a classe trabalhadora.

Atualmente, esse contingente dispensável de mão de obra passa a consolidar o amplo exército de reserva de força de trabalho ou melhor dizendo, desemprego de exclusão,⁵⁰ produto do capital, criando um ambiente favorável para impedir um aumento dos salários⁵¹ daqueles que não foram eliminados pelas exigências do capital (uma análise mais atenta do exército de reserva em *O capital* e sua influência sobre os salários revela isto).

Segundo Santos (2000, p. 20),⁵² com o aumento do desemprego a “relação entre o mundo do trabalho e o mundo da política, ampliada

⁵⁰ Pode até parecer redundante essa afirmação, já que o desemprego pressupõe uma exclusão, não existindo, portanto, desemprego de inclusão, exceto quando analisamos desemprego de inclusão como sendo a existência da possibilidade de se empregar novamente, de ser incluído no mercado de trabalho, tratando-se, portanto, de uma situação temporária, enquanto o desemprego de exclusão seria permanente, um mal necessário.

⁵¹ “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial”. Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, Nova Cultural, 1985, p. 204.

⁵² Altos e baixos na política. SANTOS, Milton, + BRASIL 501 D.C. MAIS!, 2000,20-21, Nacional.

com a generalização da técnica, fica ainda mais clara”, dada a necessidade de entender o porquê dos acontecimentos, assim “as ‘ideologias’ que se interpõem entre o trabalho e o capital, o trabalho e as coisas, o trabalho e a vida existem para mascarar essa situação. Mas já não conseguem enganar. É desse modo que se alimenta o processo que leva à conscientização”.

Como não poderia deixar de ser na agricultura, o problema do desemprego também se faz presente, pois o crescente emprego de máquinas, tratores, a aplicação de defensivos agrícolas e fertilizantes, ou seja, “os progressos da química e da genética, juntamente com as novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, e reduzem a necessidade de mão de obra no campo” (Santos, 1998, p. 43).

O impacto maior da reestruturação produtiva na agricultura se dá sobre o trabalhador braçal que, acostumado a ser o fator de produção fundamental, vem se tornando cada vez mais dispensável ao processo produtivo agrícola. Em outros termos, é o homem rústico dotado de segredos e saberes adquiridos ao longo do exercício da atividade agrícola que está sendo substituído, ou “melhor” dizendo, que continuamente perde espaço neste novo contexto, já que suas chances de conseguir trabalho são cada vez menores.

Diante disto, o desemprego no setor agrícola não difere do que ocorre nos outros setores da economia, pois nestes, em termos quantitativos, os mais atingidos pelo desemprego também são os trabalhadores facilmente substituíveis, ou seja, aqueles que exercem tarefas repetitivas, rotineiras e sujeitas ao ritmo das máquinas.

Emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades. Ao redor deste núcleo estável gravitará um número variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado, pouco qualificados e, portanto, substituíveis (Gorz, 1986, p. 69).

Em parte, o crescente desemprego na região em estudo se deve ao fato de que nas agroindústrias beneficiadoras do couro, leite, arroz e frutas, e na Chapada do Apodi (notadamente nos municípios

de Limoeiro do Norte e Quixeré), seja na grande irrigação pública (Perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi) ou privada ou ainda por parte das empresas agrícolas do setor privado que compõem a cadeia produtiva do agronegócio, em nome de uma maior eficiência e de um mais acentuado crescimento da produtividade se vêm utilizando cada vez mais insumos de capital em substituição aos de trabalho. Nas palavras de Silva (1978) “a grande empresa amplia seu domínio, mas reduz o número de homens que o cultivam”.

Foto 7 – Plantadeira calibrada pelos técnicos para jogar sementes nos locais indicados – Empresa Faezo



Fonte: Alexandra Muniz, 2004.

Foto 8 – Colheitadeira de arroz em Russas-Irrigação Privada



Fonte: Alexandra Muniz, 2003.

Entre as inovações que ocorrem na agricultura (química, mecânica e biotecnológica) a que tem um impacto mais direto sobre o trabalho são as inovações mecânicas. Estas reduzem o tempo de trabalho e o número de trabalhadores por hectare cultivado, ao mesmo tempo que provocam o aumento da produtividade do trabalho através do aumento da intensidade e do ritmo da jornada de trabalho. Já as inovações físico-químicas elevam a produtividade da terra e as inovações biológicas reduzem substancialmente o ciclo biológico do processo natural de produção.

A introdução de equipamentos como o arado e o trator contribuem para a redução do tempo de trabalho requerido para determinada atividade, porém, sem modificar o período de produção (Garcia Jr, 1989). É desta forma que o capital busca superar os limites impostos à sua valorização, criando novas economias de tempo que irão refletir-se numa diminuição do tempo de trabalho e dos tempos mortos.

Todavia, a menos que a reestruturação produtiva incida sobre o desenvolvimento de determinada cultura, através dos recursos possibilitados pela engenharia genética, a mecanização que é um viés da reestruturação, pouco altera o período de produção quando incide sobre a fase inicial (plantio) e/ou final (colheita) do processo produtivo, uma vez que resulta na redução de dias de trabalho, enquanto o tempo de produção permanece a passos lentos.

Além da contínua inserção no processo produtivo de capital constante (meios de trabalho) sobre o capital variável (força de trabalho humana), outro fator que contribuiu para o atual quadro de redução do emprego no setor agrícola foi a desfavorável conjuntura no país. A retração da economia da década de 1980 e a recessiva política econômica adotada pelo governo através dos diversos planos de estabilização postos em execução culminou com o desemprego em massa nos anos 1990. Ao lançar mão de tais diretrizes, foi inevitável uma redução dos custos em capital variável, o que representou o aumento significativo do exército de desempregados.

Nesse contexto, a antiga segurança no trabalho é substituída por uma insegurança generalizada no emprego instável. O crescente desemprego resultado não apenas do abandono das tentativas de preservar

o pleno emprego mediante políticas keynesianas, num período⁵³ de intenso crescimento, que ficou conhecido como anos dourados (1945-73),⁵⁴ veio a se intensificar com a reestruturação e racionalização da produção. Nesses moldes, a necessidade de reduzir drasticamente os custos com utilização de mão de obra, na medida em que o sistema capitalista procura recuperar a taxa de lucro via aumento da mais-valia relativa que se faz através da incorporação de tecnologias, desencadeou o que se chama desemprego tecnológico.

Se por um lado, as determinações das forças da natureza não representam mais uma barreira à ação do capital, permitindo inserir a lógica industrial na atividade agrícola, por outro lado, as apropriações industriais do processo rural de trabalho tenderam mais a acentuar do que a reduzir a falta de congruência entre o tempo de trabalho e o tempo de produção da atividade agrícola que é, por sua própria natureza, sazonal e descontínuo. Assim, a redução do tempo de trabalho, ocasiona um crescimento do “tempo de não-trabalho” da força de trabalho (Silva, 1981).

Pelo exposto, somos levados a crer que com a revolução das forças produtivas ocorre uma apropriação industrial contínua e unificada do processo rural de trabalho, abrindo a perspectiva de um desenvolvimento ilimitado e livre dos entraves naturais e dos limites da produção agrícola, que se transforma em insumo para a produção industrial. Na verdade temos que admitir que esta apropriação atuou através de uma série de transformações descontínuas e discretas atingindo apenas algumas fases do ciclo produtivo.

Como afirma Muller: “A industrialização da agricultura não se identifica com agricultura como produção industrial, com produção que independe inteiramente das condições naturais e da destreza do trabalhador” (Muller, 1989, p. 65).

⁵³ “Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas” (Santos, 1994).

⁵⁴ Esta é a fase do capitalismo regulado pelo Estado em que à produção em massa da base técnica fordista somou-se um Estado provedor que garantiu a formação de um mercado de consumo de massa através da possibilidade de pensar o emprego e a cidadania como direitos assegurados, esta forma de proteção social adquiriu, durante o fordismo, as vestes do “Estado de Bem-Estar”.

Ademais, os equipamentos extremamente complexos necessários para substituir até o mais simples trabalho, a descontinuidade de seu uso devido ao caráter sazonal da produção, os riscos dos fatores climáticos adversos e a impossibilidade de reprodução da terra, que continua sendo um meio de produção fundamental na agricultura, são todos testemunhas de que a agricultura não se identifica com a produção industrial em sentido estrito. O que se processa é uma adaptação do capital à Natureza, ao contrário de uma “subordinação da Natureza ao capital”, como afirma Silva (1996, p. 3).

Mesmo considerando que “o progresso da ciência no capitalismo deve ser analisado como o desenvolvimento das técnicas que permitem fortalecer a dominação do capital sobre o processo de trabalho” (Silva, 1994, p. 5), fato é, que o capital não conseguiu submeter a produção ao seu controle total, pois a produção continua dependendo do trabalho manual.

Diferentemente dos demais setores da economia, como o da indústria, na agricultura o desenvolvimento do capitalismo tem suas particularidades, tanto é que a simplificação das tarefas não permite que qualquer braço mecânico substitua o trabalho humano. Pode substituir em parte, mas não totalmente.

Essa utopia da autossuficiência das máquinas está longe de ocorrer, pois na agricultura a automação total do processo produtivo continua inviável ou mesmo impossível. Não só pelo alto custo e pelo fato de máquinas, como tratores, arados e colheitadeiras só serem usados em determinadas fases do processo produtivo, como também pela competitividade cada vez maior do período atual, que depende da habilidade dos trabalhadores.

Diante disso, temos alguns trabalhadores braçais inseridos no mercado de trabalho, enquanto a grande maioria continua na disputa por uma vaga, ou seja, enquanto o emprego de uma minoria cresce em progressão aritmética o desemprego da maioria cresce em progressão geométrica. Portanto, por mais que o nível de emprego decline no setor agropecuário, nem todos estarão desempregados. Isto significa que a reestruturação produtiva não leva, necessariamente, ao desemprego, o que vai de encontro às visões deterministas acerca do progresso tecnológico.

Todavia, a menos que a reestruturação produtiva incida sobre o desenvolvimento de determinada cultura, através dos recursos possibilitados pela engenharia genética, a mecanização, que é um viés da reestruturação, pouco altera o período de produção quando incide sobre a fase inicial (plantio) e/ou final (colheita) do processo produtivo, uma vez que resulta na redução de dias de trabalho, enquanto o tempo de produção permanece a passos lentos.

Entretanto, vêm sendo reforçadas as oscilações sazonais próprias do calendário agrícola, dada a eventualidade das tarefas laborais que necessitam do trabalhador agrícola devido à reestruturação produtiva não ter atingido todas as fases do processo produtivo. “A essas variações se somam os períodos de não-trabalho, uma vez que a ocupação da força de trabalho na agricultura não é contínua, estando sujeita, por exemplo, a fatores climáticos ou a condições específicas desta ou daquela cultura” (Silva, 1981, p. 3). Como exemplo, temos a cultura do melão que mesmo dispondo de todo aparato tecnológico necessita de um maior número de trabalhadores na fase da colheita, sendo a maioria dispensados nas outras etapas do processo produtivo que necessita de um menor número de trabalhadores. Soma-se a isso, o fato de que por ser uma cultura de verão não suporta elevados índices pluviométricos.

Em síntese, a redução do tempo em que o trabalhador fica empregado ocorre simultaneamente ao aumento de tempo de não trabalho e isto tem profundas implicações nas relações de emprego, aparecendo inicialmente o assalariado temporário.

É importante destacar que embora a sazonalidade do trabalho agrícola se intensifique, não é um fato novo, aliás, a sazonalidade é própria da atividade agrícola, por ocasião das entressafas, tendo sido tratado seu impacto na força de trabalho, dentre outros autores, por Manuel Correia de Andrade, quando analisou a utilização pelas usinas de pernambuco dos “corumbas”, camponeses do agreste e do sertão.

Chegado, porém o estio, nos meses de setembro e outubro, quando as usinas começam a moer e a seca não permite a existência de trabalhos agrícolas no Agreste, eles descem em grupos em direção à área canavieira, às vezes a pé, às vezes em caminhões e vêm oferecer seus trabalhos nas usinas e engenhos. Aí permanecem,

até as primeiras chuvas que são no Agreste em março ou abril, quando regressam aos seus lares a fim de instalarem novos roçados (Andrade, 1986, p. 119).

O exposto até aqui nos permite afirmar que a reestruturação produtiva no Baixo Jaguaribe vem influenciando não só um aprimoramento técnico, mas também o aumento do desemprego e da sazonalidade do trabalho agrícola. Além disso, já que reflete o caráter contraditório e dialético do sistema capitalista, temos, paralelamente a esse processo, a expansão do mercado de trabalho agroindustrial.

Contudo, a reestruturação produtiva não pode ser entendida como a responsável pela ampliação da mercantilização da força de trabalho, aumento da sazonalidade do trabalho agrícola ou mesmo do crescente desemprego, uma vez que a reestruturação produtiva ocorre de forma irregular, fragmentada e contraditória, inclusive são muitos os lugares em que não chegou ou chegou apenas em parte.

Desta forma, embora a reestruturação produtiva venha atuando como fator acelerador desses processos, não é possível isolar os efeitos causados por uma série de outros fatores, uma vez que esses acontecimentos são resultantes da interação de diversos agentes catalisadores, que juntos contribuíram decisivamente para acelerá-los. Como exemplo, citamos a legislação trabalhista estendida ao meio rural através do Estatuto do Trabalhador Rural⁵⁵ e a substituição de culturas intensivas em mão de obra pela pecuária ou lavouras menos exigentes em mão de obra ou com elevada sazonalidade de trabalho.

Partindo do pressuposto de que a formação do mercado de trabalho capitalista tem suas raízes históricas,⁵⁶ tendo sido um passo essencial e decisivo nessa direção, a libertação dos escravos e a consolidação da estrutura agrária, a partir da lei de Terras de 1850, que impedia o livre acesso à terra, tornando possível, portanto, a existência

⁵⁵ A lei de 1963 regulamenta as condições de contrato de trabalho e sindicalização do setor agrário, uma vez que estende ao trabalhador rural os direitos concedidos ao trabalhador urbano pela Consolidação das Leis do Trabalho.

⁵⁶ “Desde a Lei do Ventre Livre de 1871 até o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, assinalam-se as condições em que se desenvolve o longo processo de transformação do escravo em trabalhador livre” (Ianni, 1979, p. 148).

de trabalhadores livres e destituídos de meios de produção, no Baixo Jaguaribe, esse processo não foi diferente.

No entanto, a constituição de um mercado de trabalho capitalista no qual a forma de pagamento baseia-se no salário em dinheiro concretizou-se com a atividade extrativa da carnaúba no Baixo Jaguaribe. Porém, o seu uso mais intenso e sistemático vem se dando com a expansão do cultivo de frutas em moldes empresariais. A rizicultura, responsável por significativa fonte de renda nas áreas de várzea, embora também tenha propiciado um avanço técnico, não permitiu o crescimento do trabalho assalariado, que se concentrou em algumas propriedades e em agroindústrias beneficiadoras do arroz.

Fato observado na região do Baixo Jaguaribe é que, o trabalho assalariado que vem ganhando espaço, por parte das agroindústrias beneficiadoras de doces, couro, leite, arroz e das empresas agrícolas voltadas ao cultivo de frutas em moldes modernos, é o trabalho assalariado formal.

Entre as agroindústrias de doces encontra-se a agroindústria Pureza, situada no sítio milagres, em Limoeiro do Norte, especializada na produção de doces e geleias. A agroindústria Flor do Lar, situada em Tabuleiro do Norte, também se dedica ao mesmo ramo de atividades. Em Russas, temos a Dakota que utiliza o couro animal para fabricação de sapatos. Quanto às agroindústrias especializadas na parbolização do arroz, além da que se encontra sob o comando da Civab, em Morada Nova, encontramos na região inúmeras outras, notadamente no município de Russas. Em Morada Nova, além da agroindústria Betânia, encontramos no setor 9 do PIMN (Perímetro Irrigado de Morada Nova) estabelecimentos produtores de derivados de leite (laticínios), onde o queijo de coalho se sobressai. Em fazendas e sítios também é possível encontrar o processamento e transformação do leite em queijo de coalho e iogurtes voltados para o mercado interno.

É paradoxal o crescimento do trabalho formal, no momento atual em que vivemos numa busca constante da flexibilidade sempre impulsionada pela competitividade. A flexibilização do mercado de trabalho, apresentada como “solução” pelos ideólogos neoliberais para eliminar o desemprego, têm como consequência o avanço do trabalho informal, a “livre contratação” entre capital e trabalho com a flexibilização do que

foi consolidado com o advento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que vem se traduzindo na perda dos direitos trabalhistas e na imposição de limites à liberdade sindical e à negociação coletiva, já que sequer os trabalhadores conseguem se organizar efetivamente para defender seus direitos.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (Antunes, 1997, p. 15).

Dessa forma, entre as consequências das transformações em curso na esfera do trabalho, temos ainda a representatividade dos trabalhadores comprometida, pois diversos sindicatos acabam por perder associados, o que é, em parte, responsável pela crise do movimento sindical atual “à medida que sua pretensão de falar pelo mundo do trabalho ou ao menos de sua parcela majoritária torna-se crescentemente insustentável” (Singer, 1998, p. 49).

Neste sentido, Alves (2000, p. 9), faz a seguinte asserção:

[...] o novo complexo de reestruturação produtiva não possui caráter ‘neutro’ na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas, no sentido subjetivo, a sua consciência de classe. É nesse contexto sócio-histórico particular que tendem a se desenvolver, com vigor, estratégias sindicais neocorporativas, que são expressões da debilitação da solidariedade de classe, intrínsecas à fragmentação das negociações coletivas, provocadas pela nova ofensiva do capital na produção.

A reestruturação produtiva, na medida em que altera a organização da produção e do trabalho, provoca também a crise do sindicalismo, cuja

principal característica é não somente a perda da representatividade sindical, mas, também, e principalmente, a debilitação político-ideológica da perspectiva de classe.

Durante trabalho de campo em Limoeiro do Norte, coletou-se informação que estavam sendo firmados acordos coletivos entre sindicatos, empresas e trabalhadores assalariados. É utilizando-se de artifícios como estes que o processo em curso transpõe as ameaças à valorização do capital.

O crescimento do trabalho formal no Baixo Jaguaribe nos mostra uma realidade diferente, mas que não foge à regra do momento atual da economia brasileira, pois as vagas no mercado de trabalho agrícola que estão surgindo é reflexo da atual política de irrigação que vem fortalecendo uma burguesia rural composta por uma minoria de pequenos e médios proprietários presentes nos perímetros irrigados e uma maioria de empresas capitalistas que utilizam predominantemente mão de obra assalariada.

Criados a partir da década de 70 para gerar emprego e renda, [...] os perímetros irrigados movimentaram em 2003 R\$ 50,7 milhões em negócios, gerando 16.103 empregos diretos e 32.206 indiretos, beneficiando uma população de 96.618 pessoas.⁵⁷

Portanto, a explicação para essa contradição do aumento do emprego formal no setor agropecuário está no incremento do agronegócio. É daí que está vindo o alívio para o desemprego no campo, notadamente para os profissionais especializados neste setor acompanhado de um impulso maior no mercado de trabalho agrícola na época da colheita para os que detêm um baixo nível educacional.

De 18.044 hectares irrigados em 1999 no estado, tivemos um crescimento de 36,2% quando comparamos com os 24.586 hectares, em 2002, este crescimento persiste em 2003, atingindo 26.493 hectares, o que representa um aumento de 7,7% em relação à 2003 (SEAGRI, 2004).

⁵⁷ Revitalização terá aporte de R\$ 74,9 milhões. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 4 de jul 2004. Regional, p. 2.

A meta do governo é fechar 2004 com incremento de 18% e crescer mais 37% até o fim do mandato, chegando a 2006 com 43.059 de hectares irrigados em todo o Estado.

Na área irrigada, são gerados cerca de 18 mil empregos. Cada hectare irrigado emprega diretamente 0,8 a 1,2 pessoas, segundo estatísticas do Banco do Nordeste. Indiretamente dá ocupação para mais uma pessoa, dependendo do tipo de cultura desenvolvida no local, afirmou Carlos Matos.⁵⁸

Segundo Alexandre Baima, que nos anos 2000 foi coordenador do Sistema Gerencial de Informações (Siga), da Secretaria de Agricultura e Pecuária (Seagri) para cada emprego direto gerado no agronegócio, são oportunizados no mínimo mais dois empregos indiretos. Acrescentou ainda:

Com 65 mil hectares plantados, a agricultura irrigada gerou, em 2003, 45 mil empregos no Estado. Trinta e dois por cento a mais do que os 34,4 mil gerados em 1999, afirmou também haver expectativa de multiplicar em até 10 vezes o número de empregos em seis anos, já que a meta é ter 100 mil hectares plantados até 2010 e quanto maior a área plantada, mais empregos serão gerados (Baima, 2000).

A fruticultura vem cada vez mais ocupando lugar de destaque propiciando o despontamento do estado e conseqüentemente da região do Baixo Jaguaribe entre os grandes produtores e exportadores⁵⁹ mundiais de produtos agropecuários. De acordo com Alexandre Baima,

⁵⁸ Ceará colhe maior safra do século. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 09 fev 2004. Agronegócios, p. 2.

⁵⁹ Essa realidade no estado e na região do Baixo Jaguaribe acompanha a realidade vivida no país, já que "O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas frescas do mundo, com 43 milhões de toneladas em 2002, atrás apenas da China (133) e da Índia (58). No entanto, ainda não é grande exportador, embora o volume embarcado de 1998 a 2002 tenha crescido 127%, saltando de 294,6 mil toneladas para 668,9, gerando movimento de 241 milhões de dólares – 102% maior, comparativamente a 1998. A meta para 2006, de acordo com o Ibraf - Instituto Brasileiro de Frutas, entidade que representa o *agribusiness* do setor, em parceria com a Apex - Agência de Promoção de Exportações, é atingir 1 bilhão de dólares. Das frutas mais exportadas, o melão foi uma das que mais cresceram, em termos de faturamento (em volume foi a banana)" Bezerra, José Augusto. 1 milhão Revista Globo Rural. 2004.

no ano de 2003 foram 26,5 mil hectares plantados com fruticultura, e 17,2 mil empregos diretos gerados, 11% a mais do que no ano passado, quando surgiram 15,6 mil empregos diretos. Como resultado, o setor fechou 2003 com R\$ 188 milhões de produção, sendo US\$ 21 milhões na exportação. Apresentou um aumento significativo em relação à produção e à exportação em 2002, quando foi registrado R\$ 159,5 milhões e US\$ 15,6 milhões, respectivamente.

Saímos do nada para tornar a fruticultura o quinto item da pauta de exportações cearenses, disse o secretário da agricultura Carlos Matos, e acrescentou ainda: A projeção da Seagri é fechar 2004 com exportação de US\$ 31 milhões em frutas [...].⁶⁰

Estes dados refletem mais uma das facetas da reestruturação produtiva da agropecuária por que passa o Baixo Jaguaribe – a especialização na produção de frutas – que se insere no processo em curso, conquistando mercados internacionais. Contudo, os fluxos comerciais passam a ser dominados pelas grandes empresas que atuam em escala mundial como é o caso da Del Monte e da Nolem instaladas na região.

Um fato que contribuiu para impulsionar a competitividade da exportação de frutas na região foi a ampliação do reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da área livre de mosca das frutas aos municípios de Jaguaruana, Russas, Quixeré e Limoeiro do Norte, aumentando para duas as áreas livres do Brasil que se resumia à área livre de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

Outra ação que veio aumentar a participação da fruticultura no comércio global é o Sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF). Ele prevê cultivo de frutas de alta qualidade e sanidade, seguindo normas de sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e viabilidade econômica, mediante o uso de tecnologias não agressivas ao meio ambiente e ao homem.

No Baixo Jaguaribe, o crescimento da fruticultura é notório, especialmente nos perímetros irrigados públicos, dentre os quais, o Jaguaribe-Apodí ocupa posição de destaque, tendo movimentado em

⁶⁰ Emprego cresce 32% no agronegócio. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 09 fev. 2004. Agronegócios, p. 2.

torno de R\$ 16 milhões em 2003. Neste perímetro a banana pacovan (Tabela 14) é o carro-chefe, sendo a empresa Frutacor uma das maiores produtoras em 2004.

Tabela 14 – Fruticultura no perímetro irrigado Jaguaribe/Apodi - 2004

Culturas	Área Plantada(Ha)	Área Colhida(Ha)	Produção obtida (Ton)	Preços Médios	Valor Produção (R\$/Ton)
Banana pacovan	665	665	8.340	0,38	3.167.360,00
Banana maçã	27	27	138	1,20	165.000,00
Banana prata anã	93	93	2.400	0,38	912.000,00
Banana terrinha	17	17	174	0,39	69.000,00
Mamão formosa	70	70	1.224	0,23	281.520,00
Goiaba Paluma	62	62	71	0,60	42.760,00
Manga T. Atkins	17,5	17,5	88	0,94	83.125,00
Uva itálica/ Benitaks	14	14	40	1,80	72.500,00
Ata	26	26	156	1,50	234.000,00
Graviola	22	-	-	-	-
Capim pisoteio	100	100	495	0,31	156.830,00
Total	1.113,5	1.091,5	13.126,0	7,73	5.184.095,00

Fonte direta: Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi

Fonte indireta: Revitalização terá aporte de R\$ 74,9 milhões. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 4 de jul. 2004. Regional, p. 3.

O cultivo de frutas também se destaca nas empresas agrícolas ao longo da rodovia do melão em Quixeré, onde se pratica uma agricultura utilizando tecnologia de ponta. Segundo dados da RAIS 2002, do total de 386 trabalhadores formais nas lavouras temporárias, no município de Quixeré, 209 se dedicam à fruticultura, e do total de 1.956

trabalhadores formais nas lavouras permanentes 1.566 se encontram trabalhando na fruticultura. Isso se explica, pelo fato de o município de Quixeré abrigar as duas maiores empresas produtoras de melão do estado, Del Monte e Nolem.

No Baixo Jaguaribe, em especial na Chapada do Apodi ao longo da rodovia do melão, plantam-se inúmeras frutas, mas o destaque da fruticultura é o melão em virtude do estabelecimento de grandes fazendas modernas ligadas à produção desta fruta para a exportação. Tais fazendas, além de possuírem produção própria, adquirem de outros produtores. O destaque do melão indica ganhos de eficiência no cultivo desta fruta, em decorrência da incorporação de novas tecnologias como é o caso da tecnologia israelense utilizada na produção do melão da empresa Del Monte. Isso tem reflexo na receita estadual de melão que foi de US\$ 19 milhões em 2003 com previsão de US\$25 milhões para 2004, conforme afirmou Carlos Matos.⁶¹

Diante do aumento do consumo interno de frutas e da crescente exportação do melão e do abacaxi para Europa e Estados Unidos ocorre uma maior procura por produtos agrícolas e contrariamente ao fordismo, temos o quantitativo da produção proporcional ao atendimento do consumo. Assim, quanto maior é a procura maior é também a oferta, com o aumento da produção, o que tem como consequência a necessidade de maiores contratações que se traduzem no crescimento do emprego agrícola. Isso significa renda no campo que por sua vez resulta no maior poder de compra por parte do trabalhador agrícola que passa a planejar as despesas da família e melhorar suas condições de vida.

Considerando que a maioria dos empregados formais se concentra nas empresas agrícolas, ao longo da rodovia do melão em Quixeré e no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, e, como nestas empresas agrícolas o destaque é a cultura do melão, enquanto no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi é o cultivo de banana, em que a empresa Frutacor domina a produção juntamente com sua cadeia de parceiros, analisaremos a divisão do trabalho nestas duas culturas.

⁶¹ Emprego cresce 32% no agronegócio. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 09 fev 2004. Agronegócios, p. 2.

Vejamos primeiramente a divisão do trabalho durante as diferentes fases da produção do melão para que possamos entender como o progressivo aumento do cultivo dessa fruta na região vem permitindo incrementos expressivos no nível de emprego ao gerar emprego em todos os elos da cadeia produtiva.

Entre os melões pele de sapo, orange, amarelo, cantaloupe ou japonês, gália, charentais, a variedade predominante na região é o amarelo, cultivado basicamente para exportação. A sua difusão está associada ao seu potencial produtivo, resistência ao manuseio e conservação pós-colheita, suportando o transporte a longas distâncias.

Antes do plantio, as áreas de cultivo são cobertas com material repelente (palha de arroz ou plástico dupla face), protegidas por mantas e irrigadas de forma subterrânea. Os trabalhadores são divididos por camas/fleiras/tiras de melão, sendo os técnicos agrícolas que orientam os capatazes e estes repassam o serviço para os trabalhadores.

Foto 9 – Produção de Melão Irrigado – Empresa Nolem



Fonte: Alexsandra Muniz, 2003.

Na Del Monte Melão cada capataz toma conta de uma média de quinze trabalhadores, sendo que existem mais capatazes do que técnicos agrícolas. Como, durante o trabalho de campo realizado em janeiro de

2004, os trabalhadores agrícolas eram em número de duzentos e cinquenta (250), existiam cerca de dezessete capatazes (17). Mas considerando que os trabalhadores trabalham por turno, neste período existia um total de 500 trabalhadores agrícolas desta empresa.

Embora possua os conhecimentos adquiridos no exercício de sua profissão, o técnico agrícola recebe instrução de um agrônomo, sendo responsável dentre outras coisas, por verificar a compatibilidade entre produtos na realização da fertirrigação com mistura de fertilizantes, basear as adubações de acordo com as análises do solo, proceder a calagem para corrigir o ph ou o índice de saturação de bases etc. Vale ressaltar que nas empresas de maior porte existe um técnico para cada tipo de trabalho, a saber: para o plantio, para enrolar plástico, para pulverizar, para adubar, para colher, para serviços gerais (técnico coringa que faz todo tipo de serviço).

Além da presença destes profissionais existem os fiscais de campo. É o fiscal que confere as medições pré-definidas, durante seu trabalho de monitoramento e inspeção periódica do pomar principalmente na floração e frutificação.

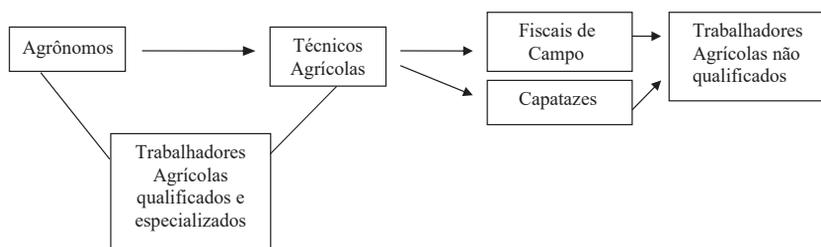
O controle da irrigação – em que é frequente a prática da fertirrigação – feita geralmente por gotejamento para reduzir a umidade das plantas, é realizado por um operário com conhecimento no manejo de irrigação que geralmente trabalha no período noturno devido à energia ser mais barata a partir das 22:00 horas.

É o trabalhador agrícola que realiza o desbaste dos meloeiros em excesso quando apresentam 4 a 5 folhas definitivas ou a partir de 12 a 15 dias; controla as plantas daninhas por capinas manuais principalmente nos 30 dias iniciais ou até que as ramas cubram totalmente o solo; procede a poda da rama (capação) e desbrota, conduzindo a rama com duas hastes em posições opostas. Quando a empresa não tem parceria com apicultores os próprios trabalhadores são treinados para colocar de 2 a 6 colmeias/ha, durante a floração, para favorecer a polinização e obter frutos bem formados.

O trabalhador agrícola também é responsável por calçar os frutos para que não haja contato direto com o solo, evitando apodrecimento e ataque de pragas. Periodicamente o trabalhador agrícola muda a posição

(viragem) dos frutos para evitar o aparecimento da “barriga branca”, mancha que ocorre na porção do melão que fica voltada para o chão. A eliminação das plantas infectadas (principalmente na fase inicial do cultivo), das plantas daninhas hospedeiras dos frutos mal formados, restos culturais, hastes, folhas e frutos infectados também é realizada pelo trabalhador agrícola treinado pela empresa.

Como podemos verificar, durante o ciclo médio de produção do melão (do plantio à colheita) que é de 60 a 65 dias, são realizados diversos trabalhos e gerados inúmeros empregos:



Normalmente são obtidas duas safras (período de maior empregabilidade) por ano podendo ser obtida até três colheitas, sendo a produtividade das principais espécies, em toneladas por ha/safra, as seguintes: honey dew (30 t/ha); cantaloupe (35 t/ha), orange flesh (25 t/ha) e melão amarelo (30 t/ha). Em geral, a produção concentra-se nas duas primeiras colheitas, podendo chegar até a 5 “cortes”. No primeiro corte, deve-se ter cuidado com a planta, para não afetar a qualidade dos frutos que serão colhidos nos cortes seguintes.

O ponto de colheita é medido por meio da quantidade de açúcares da polpa (° Brix), com o uso de um aparelho chamado refratômetro. Melões com Brix menor que 9 não são comercializáveis e acima de 12 indicam frutas de alta qualidade.

Como afirmou o técnico agrícola L.A.M. (Foto 10): “O mercado europeu exige grau de doçura no melão de 10 a 12 graus brix, se der menos os europeus não compram”. Percebemos através desta informação que o mercado mundial é quem determina as condições de compra que são impostas aos produtores locais.

Foto 10 – Técnico Agrícola medindo ° Brix através do Refratômetro - Quixeré



Fonte: Alexsandra Muniz, 2004.

As precipitações interferem na qualidade do fruto, pois diminuem o grau de doçura do melão e ainda queima a folha da planta, ou seja, mesmo diante de todo avanço tecnológico a agricultura ainda está à mercê dos fatores naturais.

Na fase da colheita, na medida em que os melões vão sendo manualmente colhidos com o uso de ferramentas (tesouras ou facas) que devem ser regularmente desinfetadas, os melões são protegidos do sol, sendo colocados entre as folhas das plantas para em seguida serem recolhidos e colocados em cima de carroções pelos goleiros, nome dado aos trabalhadores que arremessam o melão para os que irão colocá-lo na carreta.

Foto 11 – Colheita do melão - Quixeré



Fonte: Alexandra Muniz, 2003.

Foto 12 – Goleiros - Quixeré



Fonte: Alexandra Muniz, 2003.

Os carroções são forrados com papelões ou lonas e levam de 2 a 3 toneladas de melão por viagem. O tempo que decorre entre as atividades de colheita e embarque das frutas nos carroções depende da quantidade de trabalhadores que compõem a equipe e da habilidade/experiência

deles. Em média, equipes de 8 pessoas levam 2,5 horas para encherem dois carroções com 2,5 ton. de melões cada.

Depois de colocados nos carroções, os melões são levados pelo tratorista até a *packing house*, percurso que deve ser feito com pouca velocidade para não afetar a qualidade do fruto, daí a importância de as estradas serem mantidas em boas condições de tráfego.

Chegando à *packing house*, os frutos passam por lavagem, momento em que são retiradas as impurezas e o calor do campo. Após a imersão dos melões na água (aqui temos a atuação do profissional responsável por trocar e analisar periodicamente a qualidade química e microbiológica da água; verificar se a água provém de fontes superficiais e se não ocorrerão contaminações por agrotóxicos e/ou animais) clorada, onde podem ser adicionados detergentes neutros e/ou hipoclorito de sódio, são escovados, enxaguados e secos. Sofrem ainda o pincelamento, que é um tratamento do cabo do melão com produtos químicos de proteção contra fungos e bactérias. Posteriormente, os melões passam por um cuidadoso processo de seleção (quando se decide se será exportado ou ficará no mercado interno), momento em que aqueles melões que não apresentam os atributos mínimos exigidos pelo mercado (amassados, manchados, apodrecidos, queimados, deformados, brocados ou descoloridos) são descartados ou encaminhados para uso alternativo (agroindustrial ou mercados menos exigentes ou mesmo doados à comunidade).

Foto 13 – Escovação dos melões – Melão Doçura/Quixeré



Fonte: Alexandra Muniz, 2003.

Foto 14 – Doação de melões - J.S.Sallout /Quixeré



Fonte: Aleksandra Muniz, 2004.

Os colhedores e operadores são treinados adequadamente para evitar danos aos frutos durante o manuseio, evitando o uso de unhas longas ou adereços como anéis e pulseiras que possam ferir ou contaminar os frutos.

A separação e classificação dos melões, por tamanho ou peso, são realizadas mecanicamente através de mesas calibradoras e balanças, com o auxílio do operador. Normalmente os melões são classificados em tipos, depois são colocados em caixas de papelão conforme o número de frutos que as caixas comportam. A montagem da caixa é feita mecanicamente (Foto 15), porém são necessários um operador e três trabalhadores para auxiliarem na colagem. As caixas das empresas J.Sallout e Melão Doçura são compradas pela empresa Rigesa, em Pacajus, onde temos a geração de mais emprego, dada a demanda por serviços relacionados com a atividade agrícola.

Foto 15 – Máquina de montagem de caixas para empacotamento dos melões - J. S. Sallout /Quixeré



Fonte: Alexsandra Muniz, 2004.

São os trabalhadores agrícolas da *packing house* responsáveis por embalar os melões de acordo com o tamanho, tipo e peso. Uma caixa comporta de 5 a 6 quilos. Na caixa tipo 5 são colocados melões em número de 5, na caixa tipo 6, obviamente são colocados os melões em número de 6.

Tem ainda o trabalhador responsável por colocar na caixa o selo e carimbo, onde temos a identificação dos lotes quanto à procedência dos melões, informações sobre o setor que foi colhido, a válvula, (por exemplo, no setor de 12 válvulas, cada válvula tendo 2 ha, este setor seria de 24 ha.) data de colheita, o corte, já que na primeira vez que é cortado o fluxo de melão é maior que da segunda vez, no terceiro corte a quantidade de melões colhidos é ainda menor, ou seja, temos informações sobre o manejo pré e pós-colheita. Essas informações são garantias para a rastreabilidade do produto, desde a escolha da semente até o consumidor final. Como afirmou o técnico agrícola F. J. P. S:

Informações como o nome da empresa produtora, variedade/cultivar, data de colheita, área colhida, encarregado de campo, defensivos aplicados, embalador, são muito importantes para que

na ocorrência de eventuais problemas se possam identificar o real ponto crítico.

Os trabalhadores manuais são responsáveis também por empilhar e amarrar as caixas sobre paletes. A paletização das embalagens é feita de forma a possibilitar a movimentação mais eficiente do conjunto durante o transporte, facilitando ao máximo o resfriamento dos melões, bem como permitindo a troca de ar, uma vez que a produção de etileno durante a respiração do melão é elevada. Para o mercado norte-americano na amarração das caixas é utilizada uma tela para impedir a penetração de insetos. Após a paletização é realizado o pré-resfriamento para, em seguida, os melões serem armazenados em câmara fria, sendo necessário um trabalhador para monitorar rigorosamente a temperatura, evitando danos pelo frio. Os paletes, por sua vez, são acondicionados dentro de contêineres refrigerados para serem exportados.

A empresa J.S.Sallout exporta para Inglaterra e Holanda de 6 a 7 contêineres por semana, cada um com 3.150 caixas, ou seja, são exportadas cerca de 18.900 caixas por semana (Muniz, 2004).

Na exportação, existem casos em que os paletes não são acondicionados em contêineres, sendo transportados dentro de caminhões refrigerados até o porto (geralmente, o porto do Pecém), onde ficam armazenados em câmaras refrigeradas, seguindo viagem em porões de navios *reefer*, garantindo que a cadeia de frio não seja interrompida no caminho até o consumidor final.

Para a comercialização no mercado interno, os melões geralmente saem da *packing house* apenas “encaixados” (caixas de 13 kg) dentro de caminhões do tipo baú. As caixas são destinadas, basicamente, ao sistema atacadista da CEASA e ao varejo em geral – supermercados, sacolões, feiras livres, quitandas etc. Os melões podem, ainda, ser levados a granel, em cima de caminhões abertos para serem vendidos nas cidades próximas, o que raramente ocorre.

O escoamento da produção ocorre, fundamentalmente, em dois períodos, entre março/julho, sendo a maior intensidade do volume produzido voltada para o mercado interno, já que no melhor período, de setembro a fevereiro, a produção é voltada para o mercado externo.

Os Estados Unidos, além de grande produtor, posicionam-se também como importador significativo, especialmente entre novembro e maio, quando não há produção interna.

Diante do exposto, podemos afirmar que o processo de produção do melão é composto por diversos trabalhos manuais: adubação, plantio e replantio de sementes, capina, adubação de cobertura, manejo de irrigação, pulverização costal, viragem dos frutos, monitoramento, desativação das áreas, arrumação das ramas dos melões, colheita, colocação e retirada de bandeja, da mangueira e da maucha (plástico utilizado contra ervas daninhas, além de diminuir evaporação e evitar o contato do fruto com o solo etc.), seleção, embalagem e paletização das embalagens do melão, como também por trabalhos mecanizados – aração, gradagem, sulcamento/encanteiramento, pulverização e fertirrigação, separação, classificação, escovação, enxágue, pincelamento, secagem do melão). As diversas atividades expressam as diferentes etapas do trabalho durante o processo produtivo que pode ser assim sintetizado: tratos culturais, fitossanidade, colheita, pós-colheita.

Não podemos esquecer os empregos indiretos gerados na fase do transporte e comercialização, pois sabemos que, ao chegar aos portos europeus ou mesmo norte-americanos (exportação) ou às CEASAs de alguma capital brasileira (consumo interno), os melões ainda sofrerão uma série de deslocamentos (como distribuição para supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas etc.).

Vale ressaltar que são gerados mais empregos no cultivo do melão, por ser esta a cultura que predomina, mas sendo o melão uma cultura temporária, gera menos empregos estáveis quando comparado com o cultivo da uva e da banana, que por serem culturas permanentes geram empregos o ano inteiro. A análise dos dados da RAIS revelou 1.956 trabalhadores formais nas lavouras permanentes somente no município de Quixeré em 2002 e em Limoeiro do Norte 173 trabalhadores.

Um dos trabalhos mais importantes do processo produtivo da uva é o raleamento (arrumação dos ramos na forma de escama de peixe para facilitar o crescimento da planta e a retirada dos ramos – chamados

pelos trabalhadores de chupões – que sugam os nutrientes da planta e não têm serventia para ela). É essa atividade que a trabalhadora agrícola J. F. S. está fazendo.

Foto 16 – Cultivo de uva irrigada – Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi



Fonte: Alexandra Muniz, 2004.

Mas antes de chegar ao raleamento, os parreirais já criaram muitos empregos. Já houve a poda, o desfolhamento, o herbicida foi pulverizado, os cachos mais jovens foram pinicados etc.

Vejamos na cultura da banana alguns dos trabalhos manualmente realizados pelo trabalhador agrícola que detém o conhecimento empírico.

Além da ciscagem (limpeza do terreno com ciscador), o desbaste (eliminação de excesso de “filhos”) da bananeira também é realizado pelo trabalhador manual, que corta, com penado ou facão, a parte aérea do filho ou neto rente ao solo.

Foto 17 – Ciscagem – Empresa Frutacor



Fonte: Alexandra Muniz, 2004.

Foto 18 – Desbaste – Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi



Fonte: Alexandra Muniz, 2004

O ensacamento do cacho e a marcação de cachos são outras atividades realizadas pelo trabalhador agrícola. A marcação de cachos, feita com fitas de 10 cores, é para saber quando e quantos cachos serão colhidos. Os irrigantes parceiros da empresa Frutacor, que em 2004 era a maior produtora de bananas na Chapada, repassam esse controle para a empresa, em uma caderneta, sendo todas as informações, logo depois, registradas no computador.

Foto 19 – Ensacamento - Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA)



Fonte: Alexandra Muniz, 2004.

A prática de ensacamento dos cachos tem as seguintes vantagens: 1) aumenta a velocidade de crescimento dos frutos, ao manter em sua volta uma temperatura mais alta e constante; 2) evita o ataque de pragas; 3) melhora a aparência e qualidade da fruta, ao reduzir os danos provocados por arranhões e pelas queimaduras em consequência da fricção de folhas dobradas. Nos cultivos em que os cachos são ensacados, deve-se realizar esta prática juntamente com a da eliminação da ráquis masculina, a fim de auferir as vantagens do ensacamento por

tempo mais longo. A eliminação da ráquis masculina (“coração”) é feita duas semanas após a emissão da última penca, mediante a sua quebra ou corte efetuado 10 a 15 cm abaixo desta penca.

Outra atividade realizada pelo trabalhador braçal é o corte do pseudocaule após a colheita e a desfolha que consiste em eliminar as folhas secas que não mais exercem função para a bananeira, bem como todas aquelas que, embora ainda verdes, possam interferir no desenvolvimento normal do fruto. O número de operações dependerá da necessidade.

O despencamento e classificação da banana são também atividades realizadas pelo trabalhador braçal. Depois do cacho ser transportado para galpão aberto pelo empregado do proprietário da fazenda, procede-se ao despencamento que geralmente é feito pelo trabalhador do comprador. Posteriormente as pencas são imersas em água com detergente (1.000l/ 2l) para eliminar a cica (evitar mancha no fruto), posteriormente procede-se a classificação das pencas com auxílio de uma trena, nessa operação já se classificam as pencas. A classificação por tamanho é importante, pois facilita a operação e valoriza o produto.

Foto 20 – Chegada dos cachos de bananas - PIJA



Fonte: Alexandra Muniz, 2004.

Foto 21 – Despencamento - PIJA



Fonte: Alexsandra Muniz, 2004.

O transporte pode ser feito em “caçoás” carregados no lombo de animais, carroças ou empilhadas em caminhão (sobre espuma de 2 cm de espessura), onde as bananas são transportadas em caixas apropriadas, sendo as pencas colocadas verticalmente, com ferida do corte para baixo. O transporte dos frutos com destino ao mercado interno geralmente é realizado pela empresa compradora. A qualidade é fundamental, assim deve-se atentar para o fato de que o transporte, feito sob condições precárias, deprecia o produto.

Apesar do incremento registrado na geração de emprego do agrogêncio de fruticultura irrigada, grande parte dos postos formais de trabalho agrícola abertos são ocupados por trabalhadores contratados no período da colheita. Esses trabalhadores são depois dispensados, uma vez que a maioria das empresas agrícolas cultivam um só tipo de cultura como é o caso da Del Monte,⁶² da Nolem, da Melão Doçura, da

⁶² No caso específico da Del Monte, a empresa já passou a diversificar sua produção com o cultivo do abacaxi, as duas produções funcionam como duas empresas individualizadas – Del Monte melão em Quixeré e Del Monte abacaxi em Limoeiro do Norte-Chapada do Apodi, onde o trabalho é permanente, já que a cultura do abacaxi é anual.

J.S.Sallout que se especializaram no cultivo do melão (cultura temporária). Essas empresas utilizam modernas formas de produzir, acentuando a variação sazonal própria da atividade agrícola e fazendo crescer uma relação de emprego intermitente, em que o trabalhador passa geralmente seis meses empregado (já que a cultura do melão é cultivada durante o verão, de julho até dezembro, quando precisa-se de maior número de trabalhadores) e seis meses sobrevivendo do seguro desemprego que recebe durante três meses. Vale ressaltar que só tem direito ao seguro desemprego, o trabalhador que trabalhou durante seis meses, mesmo que este tempo tenha sido interrompido.

Este é outro reflexo da reestruturação produtiva sobre o trabalho agrícola, já que diante da crescente especialização em culturas temporárias de elevado valor comercial, temos o aumento da empregabilidade, mas somente em determinados meses do ano.

É pertinente ressaltar que os primeiros a serem dispensados quando se retrai a demanda de mão de obra na agricultura são os trabalhadores braçais que executam atividades repetitivas, de fácil aprendizado ou, melhor dizendo, os trabalhadores sem maior qualificação profissional. Este trabalhador não especializado amplia a figura do trabalhador agrícola temporário.

Mesmo empregando-se temporariamente, o trabalhador agrícola revelou em seus depoimentos durante a pesquisa de campo, que está satisfeito, considerando que era difícil na região conseguir emprego mesmo que temporário, com salário garantido ao final do mês e que contratasse ambos os sexos com mais de quarenta anos. Essas dificuldades, somadas às de ordem macroeconômica, fazem com que o trabalhador perca seu poder de barganha e acabe aceitando condições que possibilitam a sua permanência no emprego, como por exemplo, não reivindicam melhores salários, por temerem ser demitidos. Muitos acreditam que o salário que ganham é justo, não tendo, portanto, consciência de que a riqueza acumulada pelo capital é deles retirada.

O salário pago nas empresas agrícolas para o trabalhador braçal no mês de fevereiro de 2004 variava de R\$ 240,00 à R\$ 246,40, ou seja, pouco mais que o salário mínimo valia neste ano. Como já afirmava Marx: “O custo de produção de um trabalhador é restrito, quase

completamente, aos meios de subsistência que ele requer para a sua manutenção e para a propagação de sua raça” (Marx, 1983, p. 19).

Na esperança de serem chamados novamente para trabalhar, procuram ser trabalhadores exemplares. Nem todos são demitidos no período em que se necessita de um menor número de mão de obra, visto que é necessária a permanência de uma parte desses trabalhadores que realizam o preparo do solo e os tratos culturais que compreendem: roçagem, destoca, aração, gradagem, limpeza da planta, podas periódicas, eliminação de folhas atacadas, secas ou quebradas para aumentar a luminosidade, incorporação de matéria orgânica ao solo e prevenção de ferimentos nos frutos, eliminação de ramos defeituosos, secos ou baixos, assim como das ervas daninhas com capinas ou roçagens ou com aplicação de herbicidas que pode ser feito de forma manual ou mecânica (nas empresas de grande porte o controle de herbicidas é feito com o uso de avião). A capina (Foto 22) é realizada com auxílio de enxada, feita cuidadosamente para evitar que as raízes sofram lesões, mantendo nas entrelinhas uma cobertura vegetal rasteira, sempre roçada. Mesmo diante da mecanização da agricultura é possível observar, então, que as técnicas mais rudimentares continuam presentes no campo.

Foto 22 – Capinagem no cultivo da goiaba irrigada - PIJA



Fonte: Alexandra Muniz, 2004.

Enquanto nas empresas agrícolas especializadas em um só tipo de cultura temporária, predomina o trabalho assalariado temporário, na Israteg e Frutacor, dentre outras empresas e estabelecimentos rurais, a diversidade de culturas passa a exigir mão de obra o ano todo, mantendo um maior contingente de trabalhadores contratados, uma vez que passam a combinar culturas permanentes com culturas temporárias e mesmo sendo estas últimas as que predominam, a alternância entre o período de colheita e plantio das diferentes culturas temporárias em uma mesma empresa, acaba transformando o trabalhador assalariado temporário em assalariado permanente, já que passa a ser remanejado de acordo com a necessidade da etapa do cultivo de cada cultura.

Neste sentido, se uma mesma propriedade tem uma combinação de culturas cujos “picos” de demanda de mão de obra se sucedem, é possível encontrar trabalho durante a maior parte do ano. Mas, se o número de alternativas é reduzido, tendendo a predominar um só tipo de cultura, o perfil de exigência desta cultura refletirá a própria demanda de mão de obra. Assim, ela será reduzida em algumas fases do calendário agrícola e elevada em outras, tornando inevitável o desemprego em certas épocas do ano e as migrações em outras.

Nas empresas agrícolas, alguns trabalhadores braçais ao invés de serem dispensados na época da entressafra são aproveitados para trabalhar na empacotadeira ou na manutenção dos tratores. Existem também aqueles que conseguem mudar de função acompanhada de aumento do salário, mas isso se observa de forma mais frequente entre os trabalhadores “qualificados”, como os que têm a formação de técnico agrícola e na medida que acumulam tempo de trabalho na empresa vão aumentando de nível.

É importante destacar que, esse fato não caracteriza uma mobilidade vertical, mas permite a esses trabalhadores um aumento salarial, muito embora aumente também a intensidade e a responsabilidade no trabalho. O Técnico nível 1 que é o recém-chegado na empresa, ganha em média R\$ 460,00, dentre as inúmeras atividades que realiza, tem a verificação da coloração dos frutos. Já o Técnico nível 2 recebe em torno de R\$ 510,00, pois além das atividades que já realizava orienta os trabalhadores durante o processo produtivo. O Técnico nível 3, devido

ao tempo na empresa e ao acúmulo de atividades sob sua responsabilidade, ganha R\$ 630,00. Na entressafra esses técnicos, além das atividades realizadas durante o plantio e desenvolvimento da cultura ficam responsáveis pela manutenção das máquinas (Muniz, 2004).

Foto 23 – Técnico Agrícola – Empresa Del Monte Abacaxi



Fonte: Alexsandra Muniz, 2004.

O aumento do emprego formal na região do Baixo Jaguaribe também pode ser explicado pela prioridade da política federal para gerar empregos, objetivando sustentar o crescimento da economia e o financiamento da Previdência Social. O programa Primeiro Emprego é um dos destaques na gestão do atual governo, o que nos leva a crer que o crescimento do emprego agrícola em 2005 será ainda maior, dada a busca crescente por jovens no trabalho agrícola.

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, disse no 6º Congresso da Conferência Nacional dos Metalúrgicos da CUT, em Ribeirão Pires (SP), que o número de novos postos formais de trabalho abertos no País poderia superar 1,5 milhões. “Já foram criados 820 mil novos empregos formais em 2004. Agora precisamos dar sustentabilidade a esse quadro de recuperação do emprego”, afirmou Ricardo Berzoini.⁶³

⁶³ Ministro promete 1,5 milhão de empregos formais em 2004. *O POVO*. Fortaleza, 03 de julho de 2004. Política.

A presença cada vez maior do até então Ministério do Trabalho fazendo a fiscalização das condições de trabalho e da legalização dos trabalhadores assalariados na região também é outro fator que deve ser considerado para explicar a existência de um maior número de trabalhadores com carteira assinada nas empresas agrícolas, uma vez que, como todo empregador, os empregadores rurais estão sujeitos à fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (art. 626 da CLT e art.50 do Regulamento da Inspeção do Trabalho – RIT, aprovado pelo Decreto nº 55.841, de 15 de março de 1965). Desse modo, o Auditor-Fiscal constatando a falta de registro de qualquer trabalhador ou a violação de algum preceito legal (tais como, excesso de jornada de trabalho, falta de recolhimento do FGTS, atraso ou não pagamento de salário e 13º salário, não concessão de férias ou do repouso semanal remunerado, descumprimento das normas de regulamentação específicas para o trabalho rural, assim como irregularidade na atividade do trabalhador – máquinas em uso, equipamentos de proteção individual, condições ambientais ou do posto de trabalho etc.) enseja a respectiva autuação. Diante disto, mesmo que o trabalhador seja necessário por período de curta duração, é estabelecido seu vínculo empregatício com o empregador através de contrato de trabalho em carteira assinada por tempo indeterminado, o que permite ao trabalhador agrícola a garantia dos direitos trabalhistas. Uma forma encontrada para pressionar as empresas é que só poderão exportar seus produtos, caso tenham sido legalizadas junto à Delegacia Regional do Trabalho.

Com a formalização do contrato de trabalho rural e a garantia dos direitos trabalhistas, o trabalhador vê que seu trabalho está sendo respeitado e que seu tempo de serviço é contado não somente para o seguro desemprego, mas também para futuras garantias previdenciárias, como a aposentadoria.

O direito ao pagamento do seguro desemprego, descanso semanal remunerado, aviso prévio, fundo de garantia por tempo de serviço, décimo terceiro salário, salário-família, licenças maternidade e paternidade, adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade, faltas justificadas e exames admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional são alguns dos direitos garantidos aos trabalhadores que prestam serviço sob o regime da CLT.

A garantia desses direitos vem trazendo aos trabalhadores o sensível aumento de bem-estar, que por sua vez, vêm tendo implicação direta na obtenção de maior produtividade e qualidade no trabalho prestado. Além disso, tem ocorrido redução das reclamações trabalhistas, uma vez que é comum ouvir histórias de denúncia por parte de trabalhadores cujos empregadores fugiam dos custos advindos com a burocracia necessária à formalização do contrato de trabalho, bem como dos custos relativos ao pagamento de salários, recolhimentos legais, dispensas, cumprimento de normas de segurança etc.

Fato corriqueiro quando o trabalhador não está satisfeito com o trabalho e não quer pedir demissão para não perder seus direitos é a procura constante por atestado médico, principalmente por parte dos que trabalham nas empresas, prática que só se via, até então, nas cidades.

Constatamos durante o trabalho de campo, o crescimento do emprego formal no ano de 2004, empregos gerados notadamente pelas empresas que atuam no setor agrícola da região, fato que também pode ser constatado pelos dados oficiais abaixo (Tabela 15).

Tabela 15 – Trabalhadores agrícolas assalariados formais - 2004

Município	Empresa	Empregos Diretos	Empregos Indiretos
Russas	Plantio de Arroz	500	1.000
Quixeré	Faz. Água	2.400	4.800
Quixeré	Faz. Terra Nova	220	440
Quixeré	Faz. Boa Esperança	220	440
Quixeré	Faz. Frutane	240	480
Quixeré	Faz. Olinda	300	600
Quixeré	Frutacor	180	360
Quixeré	Faz. Faezo	50	100
Lim. do Norte	Faz. Ouro Verde	750	1.500
Lim. do Norte	Proj. Jaguaribe/Apodí	5.000	10.000
Lim. do Norte	Plantio de Arroz	350	700
Lim. do Norte	Del Monte Abacaxi	6.000	3.000
Morada Nova	Proj. Limoeiro/Morada Nova	3.000	6.000
Tab. do Norte	Faz. Chico Marques	70	140
Total		19.280	29.560

Fonte: Instituto Agropolos do Ceará.

Não poderíamos deixar de ressaltar a participação do SINE nas oportunidades de trabalho agrícola formal que estão surgindo; pois, de posse do cadastro do trabalhador à procura de emprego, o Sine realiza sua intermediação para empresas agrícolas como Del Monte, Frutacor, J.S.Sallout encaminhando o trabalhador ao mercado de acordo com o perfil da vaga disponível.

Além de captar as vagas existentes nas empresas agrícolas e estabelecimentos rurais, o SINE presta orientação ao trabalhador do primeiro emprego quanto às suas possibilidades no mercado de trabalho. Orienta também o trabalhador desempregado, dentre outras coisas, no que se refere ao seguro-desemprego. Além disso, o SINE viabiliza cursos de reciclagem e formação profissional aos trabalhadores e de capacitação gerencial a microempresários.

Embora a intermediação da mão de obra para empresas agrícolas como a Del Monte Melão seja realizada pelo SINE, o recrutamento dos trabalhadores é realizado pela própria empresa, da seguinte forma: a empresa envia o capataz para as comunidades do seu entorno, este manda aqueles que não estão trabalhando formarem uma fila, que em média chega a ter mais de 50 pessoas. Os capatazes já vão fazendo a seleção dos que irão ser contratados, chamando pelo nome de cada um que consta na ficha que foi dada com antecedência para um trabalhador da empresa entregar aos parentes e amigos da comunidade. Posteriormente essa mão de obra se dirige à empresa onde é realizado o cadastro pelos funcionários do SINE, que para lá se encaminham. Antes que o trabalhador assuma suas atividades, é realizado o exame médico admissional e o treinamento que é dado por funcionários da própria empresa.

Entrevistando a coordenadora do SINE/IDT de Limoeiro do Norte, obtivemos a informação de que a parceria com a Del Monte Melão só foi possível depois de várias tentativas. Assim, a parceria só foi possível com a oferta por parte do Sine de oficinas de formação profissional, o que tem melhorado dentre outras coisas as relações humanas entre os trabalhadores, reduzindo os casos de agressão entre o trabalhador agrícola e o Capataz, a quem estão diretamente subordinados, pois muitos trabalhadores não entendendo que o Capataz é um empregado que cumpre ordens, transferiam para este sua insatisfação.

Conforme relatou um trabalhador agrícola da Del Monte Melão, a empresa não recruta ex-funcionário que “dava trabalho”. Segundo afirmou são aqueles que não aceitam o trabalho do jeito que é para ser feito, não reconhecem sua posição de empregado, se negam a baixar-se para fazer toda a colheita, uma vez que tem que colher o que é para ser colhido no tempo certo, pois se ficar algum melão que era para ser colhido pela manhã e caso chova, à tarde já pode estar estragado. Por isso na época da colheita se trabalha por turno, sendo um turno de 6 da manhã às 18 horas (12 horas de trabalho), com uma hora para almoço e por ser um trabalho árduo, trabalha-se dias alternados.

Tal fato evidencia a intensa exploração a qual se submete o trabalhador, uma vez que a extração da mais-valia absoluta é intensificada na medida que aumenta a jornada de trabalho e a classe trabalhadora passa a receber menos pela tarefa realizada.

[...] com as transformações capitalistas eleva-se a produtividade do trabalho, aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas e intensificando a produção agropecuária. Para conseguir isso o sistema capitalista lança mão dos produtos da sua indústria: adubos, máquinas, defensivos, etc. (Silva, 1994).

Para fazer frente ao objetivo maior do capitalista que é antes de tudo o alcance da maior eficiência do trabalhador acompanhada da economia do tempo de produção, da redução de custos e do aumento da produtividade, o trabalhador realiza uma jornada intensa em que a máquina do tempo e o mercado consumidor passam a impor o ritmo de trabalho. Dessa forma, assim como nos outros setores da economia, na agricultura, também presenciamos a sujeição do agricultor ao enquadramento técnico e econômico, sendo que “o objetivo do progresso técnico no capitalismo é a submissão do trabalho ao capital” (Silva, 1981, p. 5).

A mecanização da agricultura age tanto no sentido de reduzir o tempo de trabalho necessário a uma determinada atividade, como no de aumentar a intensidade e o ritmo do trabalho, de maneira muito semelhante ao que ocorreu na indústria durante o período manufatureiro (Silva, 1981, p. 3).

Disciplina, pontualidade, assiduidade são valores condizentes com a nova maneira de trabalhar de muitos trabalhadores agrícolas que têm agora sua identidade e a noção de espaço mediada pelo local de trabalho, local de formação (capacitação) e local de moradia, o que caracteriza cada vez mais a separação entre trabalho, família e lazer. O trabalhador agrícola passa a acompanhar um ritmo de vida típico de vida urbana, diferente do ritmo de vida que leva a grande maioria dos trabalhadores dessa região interiorana.

Desse modo, a reestruturação produtiva transfere para o campo o modo de vida urbano provocando uma revolução no modo de vida dos trabalhadores agrícolas absorvidos pelo mercado de trabalho, roubando o tempo livre de que dispunham para se dedicar à família, à vida social na comunidade. Para aqueles que ainda têm o seu roçado, este passa a ser cultivado pelos filhos e pela mulher, quando esta não se ocupa dos afazeres domésticos ou mesmo quando também não se emprega.

Podemos afirmar, então, que o trabalhador é inserido em uma lógica competitiva que exige economia de tempo e uma maior sincronização do trabalho, impondo ao trabalhador um tempo regular, linear, disciplinado, racional ao mesmo tempo em que destrói os hábitos e costumes com os quais distribuía seu tempo entre trabalho e ócio.

Se até então o ritmo das atividades e a sua interrupção eram ditados pelas forças da natureza, essa nova lógica passa a reger o trabalho agrícola. Isso porque a crescente utilização da ciência e da técnica inclui “o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais” (Santos, 1996).

É desse modo que o capital tecnológico invasor consegue contagiar as diversas tarefas rurais. “É assim que se expande no campo o domínio desse capital hegemônico com as suas exigências de racionalidade, impondo novos usos e novas definições do tempo social” (Santos, 1996).

Na vivência do dia a dia cronométrico do trabalho dado pelo tempo do relógio – primeira máquina do mundo moderno – acelera-se a entrada da racionalidade, impõe-se um tempo abstrato, mensurável, previsível, “produtivo”, enfim, racional em que características tradicionalmente atribuídas ao trabalho agrícola vão se perdendo no

tempo. Dentre estas, podemos destacar a execução do trabalho agrícola através de laços de afetividade em que a proximidade física entre o objeto de trabalho – a terra – e o trabalhador vem perdendo espaço para uma relação cada vez mais racional com a terra através da técnica, em que o distanciamento entre o trabalhador e o objeto de seu trabalho se dá com a mediação exercida pela máquina.

Ademais, a terra adquire outras funções, pois “a terra, além de meio de produção e de reserva de valor, desempenha também o papel de meio de acesso a outras formas de riqueza, [...] privilégios fiscais e creditícios mediante ação do Estado” (Silva, 1981, p. 86). Desta forma, o objetivo maior não é mais a realização do trabalhador através da satisfação na execução do trabalho em si, mas a acumulação do capital. Isso vem confirmar a afirmação de Marx, dita em outro contexto mas cada vez mais atual: “[...] a relação entre o proprietário e o trabalhador se reduz à relação econômica de explorador e explorado [...] a terra, juntamente com o homem, se deprecia a objeto de especulação” (Marx, 2001, p. 107).

Foto 24 – Marcação de ponto - Empresa Melão Doçura



Fonte: Alexsandra Muniz, 2003.

O distanciamento entre o trabalhador e a terra imposto pelo uso crescente de tecnologias nos leva a pensar que com o desenvolvimento

do capitalismo na agricultura ocorre uma redução da importância da terra como meio de produção. Esta passa a ser apenas um suporte enquanto a tecnologia passa a ser a principal força produtiva do presente na atividade agrícola, quando na verdade tanto a tecnologia como a terra e o homem continuam sendo fatores de produção fundamentais e a estes se somam a ciência e a informação. Ademais, não podemos esquecer que nas áreas não inseridas no atual processo de reestruturação conserva-se o caráter fundamental do trabalho tradicional, qual seja, o da relação direta entre trabalhador e o objeto de trabalho.

Perfil da mão de obra agroindustrial

Embora não seja possível traçar um perfil da mão de obra agrícola nos espaços inseridos no processo de reestruturação produtiva, já que estamos fazendo um estudo da região como um todo e que na atividade agrícola a necessidade de mão de obra é bastante variável, segundo o tipo de cultura, a fase do processo produtivo e a atividade a ser executada, podemos afirmar que o mercado de trabalho formal no setor agropecuário é constituído por ambos os sexos. No entanto, o número de homens excede o de mulheres nas atividades agrícolas e na pecuária, que por sua vez emprega pouca mão de obra. O trabalho feminino não se faz presente no ano em análise, conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Empregos existentes na agropecuária do Baixo Jaguaribe em 31/12 por sexo, segundo o ramo de atividade – 2002

	Lavouras Temporárias		Lavouras Permanentes		Pecuária	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
Alto Santo	13	2	0	0	0	0
Jaguaruana	220	7	0	0	0	0
Limoeiro do Norte	32	4	167	6	0	0
Quixere	316	70	1.686	270	0	0
Russas	1	0	0	1	6	0
Sao João do Jaguaribe	2	0	0	0	0	0
Tabuleiro do Norte	0	0	2	0	0	0
Total	584	83	1.855	277	6	0

Fonte: MTE/RAIS - 2002.

* Os municípios da região que não aparecem apresentaram valores iguais a zero.

Apesar do contingente de trabalhadores ser, quantitativamente, mais masculino, devido às exigências de determinadas atividades, é notória a crescente presença da mão de obra feminina, que passa a ser incorporada nas agroindústrias, empresas agrícolas e pequenos e médios estabelecimentos rurais (Foto 25 e Foto 26). No campo, as mulheres realizam o trabalho de introdução de bandejas nos frutos, desbaste, polinização, colheita, enxertia dentre outros trabalhos que exigem maior atenção e mais cuidado. Já nas agroindústrias e nas *packing houses* (casas de empacotamento) das empresas agrícolas, se sobressaem no trabalho de seleção e embalagem.

Foto 25 – Trabalhadoras agrícolas na colheita do Melão- Quixeré



Fonte: Alexsandra Muniz, 2003.

Foto 26 – Trabalhadora agrícola na polinização da graviola - Empresa Israteg



Fonte: Alexandra Muniz, 2003.

Segundo o Técnico agrícola L.A.M., não há restrição para a contratação do trabalho feminino, já que as atividades exercidas pela força de trabalho feminina não são pesadas. Acrescentou ainda que a restrição existe, mas por parte dos maridos destas mulheres, pois muitos não as deixam trabalhar fora de casa.

As características próprias do sexo feminino (detalhista, sensibilidade, atenção e zelo pelo trabalho) facilitam a crescente contratação de mulheres que passam a realizar uma dupla jornada de trabalho ao se dedicarem às atividades domésticas e ao trabalho agrícola.

Outro fator observado na região foi a crescente participação no mercado de trabalho agrícola de trabalhadores e trabalhadoras das faixas etárias mais elevadas, dado o número de empregados com mais de 40 anos, como também de jovens a partir de 15 anos de idade, o que pode ser constatado também pela Tabela 17 abaixo.

Tabela 17 – Empregos existentes na agropecuária do Baixo Jaguaribe em 31/12 por faixa etária – 2002

	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Total
Alto Santo	0	0	2	4	8	1	0	0	15
Jaguaruana	0	0	64	45	71	41	5	1	227
Limoeiro do Norte	0	0	72	45	56	28	8	0	209
Quixeré	0	19	826	506	589	294	108	0	2.342
Russas	0	0	2	2	2	2	0	0	8
São João do Jaguaribe	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Tabuleiro do Norte	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Total	0	19	966	602	727	368	122	1	2.805

Fonte: MTE/RAIS - 2002.

Grande parte do(a)s trabalhador(a)s agrícolas é constituída por analfabetos e semianalfabetos, poucos são os casos que encontramos de trabalhador(a)s com o primeiro grau completo, sendo mais frequente entre os mais jovens (Tabela 18).

Tabela 18 – Empregos existentes na agropecuária do Baixo Jaguaribe em 31/12 por escolaridade – 2002

	ANALF.	4.SER INCOMP	4.SER COMP	8.SER INCOMP	8.SER COMP	2.GR INCOMP	2.GR COMP	SUP. INCOMP	SUP. COMP	Total
Alto Santo	1	0	0	0	13	1	0	0	0	15
Jaguaruana	35	79	9	60	16	10	16	0	2	227
Limoeiro do Norte	5	149	6	14	11	2	16	0	6	209
Quixeré	155	1.707	80	202	57	27	84	4	26	2.342
Russas	2	3	0	1	0	0	2	0	0	8
São João do Jaguaribe	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	396	1.939	95	286	97	40	118	4	32	3.007

Fonte: MTE/RAIS - 2002.

Observamos ainda que entre os critérios para recrutar esta mão de obra com menor nível de escolaridade influencia bastante o fato de o trabalhador morar próximo ao local de trabalho e já possuir experiência com o trabalho a ser realizado. Além disso, há preferência por pessoas evangélicas.

Enquanto o catolicismo predomina nas várzeas, é notória a presença de trabalhadores evangélicos na Chapada do Apodi, onde realizam trabalhos agrícolas nas empresas e estabelecimentos voltados ao cultivo de frutas. Na empresa agrícola Isratec, por exemplo, 80% da mão de obra é protestante e, como afirmou o Técnico agrícola J.C., estes são mais resignados, obedientes, não contestam a hierarquia e não apresentam qualquer motivo para se ausentarem do trabalho, pois não se baseiam apenas na CLT, mas nos princípios cristãos.

Se antes a religião era uma forma de protestar contra o mal-estar geral da classe trabalhadora, prova disso foi a primeira manifestação coletiva dos trabalhadores rurais através do movimento messiânico que resultou da crise nas relações sociais de produção expressa na revolta dos camponeses face ao descontentamento das condições vigentes entre as classes que se agravou com a dominação, opressão, injustiça e desigualdade, além do acesso privado à terra; hoje, a religião é usada por parte dos empregadores como instrumento para justificar as relações de dominação impregnadas de valores religiosos.

O trabalhador agrícola sob o signo da conexão

Apesar das distintas demandas por força de trabalho durante a atividade agropecuária, é crescente a necessidade de profissionais especializados. Como afirmou Singer (1979), a variação da demanda por mão de obra nas diferentes etapas do processo de produção subdivide-se em dois momentos “um momento de alta intensidade de demanda de mão de obra, especialmente em determinadas colheitas e, outro menos intenso, onde se mantêm constantes alguns trabalhadores especializados como tratoristas, maquinistas etc.”.

Foto 27 – Tratorista – Quixeré



Fonte: Aleksandra Muniz, 2003.

Sendo assim, encontramos no Baixo Jaguaribe, notadamente nos municípios que vêm sendo inseridos de forma mais intensa no processo de reestruturação produtiva e espacial (Limoeiro do Norte e Quixeré), o crescimento do trabalho assalariado em torno dos novos processos de trabalho. Isso porque os proprietários rurais e empresários agrícolas procuram reter no estabelecimento aqueles trabalhadores dotados de alguma especialização, dentre estes citamos o profissional especializado em: análise do solo, assistência técnica, manejo de irrigação, tratamento fitossanitário, medidas de proteção ambiental, uso adequado de defensivos, enxertia, saneamento, eletromecânica, elaboração de proposta para obtenção de crédito bancário, produção, coleta e seleção de sementes e mudas com melhor potencial de mercado, consultoria de alimentos. Há ainda engenheiro de segurança do trabalho, engenheiro agrônomo, veterinário, zootecnista, administrador agrícola, tratorista, engenheiro hidráulico, extensionista, tecnólogo, técnico agrícola, operador em geral, inspetor de qualidade, médico do trabalho, entre outros (Rais, 2002).

A história se repete, mas com outros personagens. Dizemos isto porque na época do Brasil colônia, paralelamente à classe dos senhores e escravos

[...] havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros libertos que não eram escravos, de índios e de mestiços, que desempenhavam uma série de atividades. Vários eram “técnicos” empregados nos próprios latifúndios, como escreventes, contadores, capatazes, etc. (Silva, 1994, p. 23).

Os especialistas realizam diversas tarefas, como: operar e fazer a manutenção das máquinas, difundir informações aos demais trabalhadores, realizar o controle de qualidade (inspecionando continuamente e testando a qualidade dos produtos agrícolas no ponto de embalagem para assegurar que tenham credibilidade no mercado) identificar o melhor aproveitamento da produção agrícola, com estudos do solo, do clima e do cultivo etc.

Segundo dados do Rais, em 2002, do total de 2.383 trabalhadores agrícolas especializados da região, 1.956 se concentravam em Quixeré. Podemos concluir, então, que os trabalhadores assalariados formais especializados na atividade agropecuária têm no município de Quixeré seu principal *locus*.

Há uma dualidade no mercado de trabalho, com uma pequena camada “superior” (trabalhadores especializados com maior nível de escolaridade) e uma grande camada “inferior” (trabalhadores não especializados com baixo nível de escolaridade), crescendo em ambas as extremidades da estrutura ocupacional, em ritmo e proporção que depende do tamanho das empresas ou estabelecimentos rurais e atividade a ser exercida.

Se com Taylor assistimos à crescente desqualificação do trabalhador, razão pela qual a mão de obra se tornava cada vez mais homogênea e substituível; no modelo de produção pós-fordista, os complexos processos de produção e comercialização requerem um maior nível de escolaridade e um nível de especialização mais elevado por parte do trabalhador.

A readequação do trabalho às novas técnicas de produção, organização e gestão do processo produtivo passa a exigir trabalhadores especializados e dispostos a assimilar as inovações. Neste sentido, as vantagens comparativas que, até então, se associavam dentre outros fatores aos baixos custos de mão de obra, somam-se às vantagens competitivas dada a necessidade de mão de obra qualificada para gerir os novos pacotes tecnológicos.

Com a presença destes profissionais temos no meio rural o surgimento de um novo proletariado rural. Neste sentido, podemos afirmar que a reestruturação não só destrói empregos, mas também cria novas profissões.

Esta força de trabalho com maior iniciativa e maior capacitação que o trabalhador fordista “torna, inclusive, dispensável algumas das funções de gerência e controle exercidas pelos níveis hierárquicos intermediários, anteriormente existentes” (Antunes 1997; Druck, 1995).

Há uma diferenciação salarial a favor desta força de trabalho mais qualificada profissionalmente e, considerando que esses custos são compensados com os ganhos advindos da melhoria da qualidade na produção, a contratação de profissionais especializados não representa custos elevados.

Assim como outrora era comum a presença do capataz, hoje, nas fazendas agrícolas que passam a funcionar como empresas, o capataz é responsável por fiscalizar os trabalhadores agrícolas nas empresas agrícolas como Israteg, Del Monte, Nolem, J. S. Sallout, Melão Doçura etc. Já nas empresas agrícolas de menor porte, o administrador agrícola e o “capataz”⁶⁴ estão personificados em uma única pessoa. Trata-se de um profissional de confiança do empregador, sendo responsável pela demissão e admissão dos empregados para auxiliar na parte operacional e de controle de produção, pela organização e distribuição dos

⁶⁴ No início da era capitalista, em meados do século XVII, até o século XIX, era comum o uso da subcontratação em firmas que produziam manufaturados. Chegavam-se a subcontratar grandes contingentes de trabalhadores, sem vínculos com a empresa, para a produção. Esse sistema de subcontratação mostrou-se em várias ocasiões antiprodutiva e o capitalista percebendo que poderia ter maiores ganhos se controlasse a produção mais diretamente, nomeou capatazes para monitorar os trabalhadores.

trabalhadores nas diversas tarefas, controle de presença e registro de outras informações referentes aos trabalhadores que julguem necessárias. Além disso, supervisiona o trabalho realizado por estes, centraliza documentos à disposição da fiscalização, repassa todas as informações sobre a produção: culturas, marcação de cachos, meses de início e término do plantio e colheita, custos.

Estes profissionais que administram as propriedades são, em sua grande maioria, habitantes da zona urbana e possuem nível técnico. Poucos foram os casos encontrados de trabalhadores somente com segundo grau de escolaridade, mas estes demonstraram bastante conhecimento da atividade que exercem, tendo este conhecimento sido adquirido no dia a dia.

Aqueles mais aptos são também responsáveis pela elaboração da folha de pagamento dos trabalhadores, como foi possível ser verificado, dentre muitas outras propriedades, na do irrigante do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, integrante do projeto parceria da Frutacor. A técnica agrícola F.S⁶⁵ formada na Escola Agrícola Piamarta, localizada na Chapada do Apodi, além de colocar em prática o que aprendeu no curso, é responsável pela administração da propriedade e pela racionalização do trabalho na fazenda, registrando em planilha eletrônica a contabilidade elaborada minuciosamente, de modo que proporcione ao seu empregador o controle de todas as receitas e despesas discriminadas.

Alguns irrigantes do PIJA (Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi) possuem em suas propriedades microcomputadores que ficam próximos à área de plantação. Isso facilita o trabalho do administrador agrícola, pois tudo passa a ser controlado pela planilha eletrônica: os gastos, as vendas e até o uso das máquinas agrícolas. Através dessa planilha é possível também fazer uma projeção de quando será feita a colheita, qual a quantidade e variedade a ser colhida, quanto poderá ser estocado e por quanto tempo para não prejudicar a qualidade do fruto. “Agora a

⁶⁵ Aqui temos a presença do trabalho feminino, mas, diferente do grupo que anteriormente mencionamos, estas detêm um maior grau de especialização e ocupam postos de trabalho mais elevados, não trabalhando, portanto, lado a lado da força de trabalho masculina com menor grau de instrução, pelo contrário estes ficam sob seu comando.

gente pode avaliar os custos e os ganhos em cada área, em cada cultivo da propriedade”, afirmou um irrigante.

O administrador agrícola funciona como um chefe de Departamento Pessoal, inclusive o escritório da fazenda não difere muito daqueles que encontramos nas cidades. Como esse profissional presta serviços similares aos de um escritório de contabilidade, pode também ser contratado como prestador de serviços, como é o caso do administrador agrícola da empresa Agrobasa, pertencente à família Baquit que também atua no setor têxtil.

O trabalho parcelar e a fragmentação das funções, com a separação entre profissionais “qualificados” que administram o processo produtivo e trabalhadores “sem qualificação”, só vêm revelar que a aplicação das ideias de Taylor que acentuou de vez a separação entre o trabalho intelectual (planejamento, concepção e direção) e o trabalho manual (execução) está mais presente do que nunca no trabalho agrícola. Isso significa que a propalada redução da distância entre elaboração e execução, entre concepção e produção, atribuídas ao novo paradigma produtivo, não vem se confirmando neste setor produtivo.

Como vimos anteriormente, nas diferentes etapas da produção do melão, a divisão do trabalho e as relações hierárquicas estabelecidas entre trabalhadores “qualificados” e não “qualificados” persistem e são acompanhadas pelo maior controle do capital sobre o trabalho e consequentemente sobre o próprio trabalhador.

Portanto, enganam-se aqueles que afirmam estarem os princípios de Taylor defasados, o que se abandonaram foram os métodos e técnicas por ele utilizadas, não os seus princípios, pois eles traduzem a ótica capitalista na conformação e adaptação do trabalho às necessidades de acumulação de capital.

Todavia, o “velho” no setor industrial se faz “novo” na agricultura quando observamos a decomposição do processo de trabalho em uma série de tarefas repetitivas. Intensifica-se o ritmo de trabalho por meio da maior economia de tempos mortos através das esteiras transportadoras das colheitadeiras, nas quais são conduzidos os frutos, e das esteiras presentes nas *packing houses*, nas quais são transportadas caixas e frutas (Foto 52). As paradas periódicas dessas esteiras nos

fazem lembrar a linha de montagem, idealizada por Ford na fabricação em massa de automóveis que aprofundou os princípios tayloristas de organização da produção ao elevar o grau de mecanização do trabalho e a especialização do trabalhador, reduzindo a iniciativa e autonomia dos operários, mas que por outro lado eliminou o operário vagaroso e preguiçoso que retardava a marcha da produção.⁶⁶

Foto 28 – Esteira – *Packing House* da empresa Melão Doçura



Fonte: Alexandra Muniz, 2003.

O trabalho deixa de ser individual e passa a ser realizado por uma equipe de trabalhadores fixos em seus postos de trabalho, realizando diversas tarefas em cooperação. Isso exige sincronia entre as equipes de trabalho, ou seja, não pode haver descompasso que impossibilite que

⁶⁶ O controle sobre o trabalho se deu de forma ainda mais intensa no fordismo que teve os elementos básicos fornecidos: “pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões” (Antunes, 1997, p. 17).

as peças e frutos cheguem até os trabalhadores, exigindo destes a realização de um esforço maior. Evita-se, portanto, o desperdício de tempos mortos (deslocamentos e transporte de materiais), fazendo com que o ritmo de trabalho obedeça a uma cadência imposta mecanicamente pela velocidade da linha de montagem.

O período atual se caracteriza pela gestão científica da organização do trabalho agropecuário, dada pela aplicação de métodos científicos e ao crescente controle sobre o trabalho agrícola que se torna cada vez mais racional. Na verdade, melhor dizendo, torna-se “irracional”, notadamente nas empresas agrícolas e agroindústrias em expansão na região onde ganham destaque os princípios tayloristas que se baseiam numa intensa jornada de trabalho em que os trabalhadores são forçados a produzir mais do que o de costume e onde é intensificada a divisão do trabalho, objetivando, pela especialização e a redução de gasto de tempo, obter mais produção.

Aquilo que está relacionado à organização da produção (ritmo e intensidade do trabalho, divisão social do trabalho, formas de organização e automação do trabalho) é acionado pelo capital para gerar economias de tempo. Com o aumento da velocidade de rotação do capital, a reestruturação possibilita uma maior capacidade de acumulação por parte de uma minoria.

No que se refere aos trabalhadores, a maioria nunca teve um documento de identidade que diria uma carteira assinada ou um cartão magnético, já que, em geral, as empresas agrícolas situadas em Quixeré, faziam o pagamento do salário dos trabalhadores pela Caixa Econômica de Limoeiro do Norte. Esses corriqueiros benefícios comuns aos trabalhadores da cidade deslumbram os trabalhadores agrícolas. No entanto, após o deslumbramento no primeiro momento, aqueles que trabalham debaixo do sol e precisam ficar horas e horas numa posição forçada, sejam agachados (Foto 29) ou com os braços levantados (Foto 16), repetindo a mesma atividade, passam a reclamar do cansaço (dores na coluna, nas pernas, na cabeça, dormência nos braços e pernas) e do aumento da responsabilidade, com um ritmo mais intenso de trabalho e uma monotonia que não deixa nada a dever aos tempos áureos do taylorismo/fordismo.

Foto 29 – Trabalho que exige posição forçada – Quixeré



Fonte: Alexsandra Muniz, 2003.

Diante disso, é correto afirmar que a produção capitalista no campo não se caracteriza somente pelo paradigma vigente, dada a heterogeneidade que se apresenta, visto que existe uma combinação de formas ultramodernas com formas ultrapassadas. Como afirmou Masi (2000, p. 167): “A passagem de uma fase à outra, de fato, não significa a substituição radical da precedente pela seguinte: significa que um elemento passa a ser central em vez de outro, que perde a hegemonia, mas não a presença e influência”.

Voltando à discussão sobre as novas categorias de trabalhadores assalariados que estão surgindo, estes profissionais podem ser encontrados também nas instituições governamentais como Ematerce, Seagri, Instituto Agropolos, Centec, Dnocs, onde temos profissionais com nível médio (técnicos), superior e com pós-graduação de diferentes localidades: Juazeiro, Jaguaruana, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Quixeré, Morada Nova, Bahia, Pernambuco.

Nos perímetros irrigados também é comum encontrarmos técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, inclusive parte dos lotes são destinados a estes profissionais. Já nas empresas agrícolas, grande parte dos empresários são engenheiros agrônomos.

Nas empresas agrícolas ao longo da rodovia do melão e no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, encontramos vários profissionais capacitados pelas instituições acima referidas. Somente na empresa agrícola Frutacor de um total de 16 técnicos e tecnólogos, havia um estagiário e nove funcionários com carteira assinada que se formaram na primeira turma do curso de irrigação do Centec, além de um agrônomo e um consultor de alimentos. No trabalho de administração existiam nove mulheres responsáveis pelo gerenciamento da parte de colheita, pós-colheita e comercialização.

Como a necessidade de profissionais qualificados é acompanhada pela necessidade de preparação do trabalhador para o domínio de aptidões exigidas pela agricultura irrigada, como condição de efetivação da produção e reprodução do capital, o Estado vem exercendo, neste sentido, papel essencial, objetivando garantir o bom funcionamento dos perímetros irrigados. A justificativa para o novo modelo de irrigação com o repasse da condução e gestão dos perímetros públicos de irrigação à iniciativa privada foi a forte dependência das estruturas organizacionais ao Governo Federal que comprometia seu fortalecimento em condições de promover o desenvolvimento econômico, apontando a incompetência técnica dos trabalhadores rurais e dos irrigantes para gerirem seus negócios. Na realidade, os problemas técnicos e econômicos se avolumaram, tanto em função da desconsideração das diferenças econômicas e culturais dos beneficiados, quanto da introdução das estruturas de engenharia hidráulica e de irrigação e novas formas de gestão sem a devida preparação dos irrigantes.

Somente com a emancipação dos perímetros irrigados, quando então o poder público deixa de assumir a gestão dos negócios, é que as políticas públicas de capacitação passam a ser vistas como um pressuposto às mudanças. Deste modo, o Governo Federal e Estadual pressionados pelos empresários rurais, subsidiam treinamentos e diversos cursos para capacitação técnica e gerencial voltados aos trabalhadores e produtores rurais. O convênio firmado entre Dnocs e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec), só vem reforçar esta afirmação, pois estão sendo investidos R\$ 345,8mil na capacitação de irrigantes e na introdução de inovações tecnológicas.

Diante da expansão do trabalho intelectual no campo, associado, em grande medida, às novas necessidades apresentadas pela produção moderna, temos como consequência a construção de todo um aparato institucional voltado ao ensino técnico e profissionalizante. Como exemplo, destacamos a presença das Escolas Agrícolas, da Unidade Avançada de Russas, dos centros de ensino e pesquisa como CENTECs e CVTs, que juntos vêm facilitando a difusão do conhecimento, além do aumento da produção e produtividade, a redução de custos e a inserção competitiva no mercado global, uma vez que a capacitação não se restringe aos aspectos de produção, mas se estende aos aspectos de gestão e pós-colheita.

A Escola Agrícola Monsenhor Piamarta, que forma o Centro Educacional da Juventude Pe. João Piamarta e tem uma de suas sedes na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos que realiza um amplo trabalho na educação e profissionalização das crianças e adolescentes, formando técnicos em nível de 1º grau.

Outra evidência na busca de atender às novas necessidades da produção moderna na região é a presença no município de Russas do Campus Avançado Vale do Jaguaribe, ligado à unidade de ensino superior – Universidade Estadual do Ceará (Uece) – que oferta o curso sequencial em Tecnologia de Frutos Tropicais, com duração de dois anos. Este curso forma profissionais qualificados para a elaboração de estudos e projetos relativos à linha de processamento tecnológico para industrialização de frutos tropicais.

O Governo do Estado do Ceará, como um dos principais agentes indutores das transformações em curso, em parceria com a Secretaria da Ciência e Tecnologia (Secitece), vem implantando um importante e extenso programa de educação tecnológica, utilizando os recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que culminou com a criação do Centro de Ensino Tecnológico – Centec.

O referido Instituto é composto por 3 (três) Unidades Descentralizadas – UD's e 40 (quarenta) Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs. Embora distintas estas instituições atuam de forma integrada em cada região do Estado, desenvolvendo atividades nos diferentes níveis da educação profissional.

Os Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT, instalados no interior do Ceará oferecem treinamentos e cursos de “qualificação/requalificação” ou cursos profissionalizantes de curta duração, em nível médio, nas áreas de Agropecuária e Aquicultura, Alimentos, Eletromecânica, Engenharia Civil, Turismo e Gestão Empresarial, além dos cursos básicos de Física, Química, Biologia, Matemática e Informática.

Dos três Centecs, um localiza-se em Limoeiro do Norte e os outros dois nas cidades de Sobral e Juazeiro do Norte. É um centro de formação tecnológica que atua prestando serviços de apoio técnico aos produtores e formando profissionais. Têm como objetivo preparar mão de obra especializada, de níveis médio (técnicos em dois anos) e superior (tecnólogos em três anos e meio), a fim de permitir uma melhoria dos processos realizados no setor produtivo, através de cursos de formação de média e curta duração. Dentre os cursos regulares que são oferecidos, destacamos os voltados às necessidades da agropecuária, tais como: Irrigação, Saneamento Ambiental, Tecnologia de Alimentos e Eletromecânica. Até agosto de 2004, foram formados 855 tecnólogos de nível superior nas três unidades do Instituto Centec: 145 de irrigação; 154 de saneamento ambiental; 303 de tecnologia de alimentos e 181 de eletromecânica. Hoje, as três unidades contam com 1.856 alunos matriculados nos quatro cursos de nível superior.

Utilizando-se de laboratórios com avançadas tecnologias interligadas por uma rede de videoconferência – a Infovia – e professores altamente qualificados, estas instituições, assim como os profissionais que elas formam são parte do sucesso que vem sendo alcançado ao longo de toda a cadeia produtiva do agronegócio.

Além destas instituições de formação profissional, temos também a atuação da Seagri, do Instituto Agropolos, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, do Sistema Nacional de Emprego – Sine, do Sebrae, do Dnocs, do Banco do Nordeste etc.

A Seagri tem seu trabalho centralizado nos chamados agropolos e entre suas ações temos a capacitação que, segundo dados da própria secretaria, de 1999 até 2003, alcançou cerca de 20 mil técnicos e produtores rurais.

O Instituto Agropolos como um dos parceiros da Seagri criado com o intuito de atrair investidores para atuar no setor da fruticultura também exerce importante papel na capacitação de produtores. Oferece cursos solicitados pelos produtores e leva as tendências produtivas através de palestras, seminários e dias de campo; para isso conta com um corpo de profissionais especializados.

A Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com suas ações voltadas à pesquisa, geração e difusão de tecnologias, através de profissionais especializados e de seus Centros de Pesquisas – um localizado no município de Sobral, especializado em caprinos e ovinos, e outro na capital (CNPAT) – constitui um dos alicerces do processo de reestruturação da agropecuária no país, viabilizando o desenvolvimento do agronegócio.

O Sine, além de cadastrar e encaminhar trabalhadores às empresas, orienta e encaminha o trabalhador para qualificação profissional. Realiza também oficinas e dinâmicas nas empresas agrícolas como a Del Monte, onde os processos educativos participativos e sistematizados, que objetivam a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitude por parte dos trabalhadores tornam-se mais fáceis de serem assimilados dada a adequação ao público-alvo, na sua maioria constituída por trabalhadores agrícolas que detêm um baixo nível de educação básica e especializada.

O Sebrae, além dos cursos oferecidos para os diferentes setores econômicos durante a programação do mês da tecnologia, vem também desenvolvendo o curso voltado para produtores de frutas (Qualidade Total Rural – Fruticultura Irrigada) em parceria com o Ministério da Integração Nacional. Oferece assim a capacitação necessária para melhoria da gestão das propriedades rurais e aumento da qualidade e produtividade de forma a permitir o atendimento das necessidades de um mercado cada vez mais exigente.

O Dnocs, objetivando inserir de forma competitiva os produtores familiares tanto das áreas irrigadas como das áreas de sequeiro dos perímetros irrigados públicos, iniciou em 2005 um projeto de capacitação nas áreas de tecnologia da produção, beneficiamento e comercialização agrícola através do Programa de Agricultura Familiar (PRONAF). Segundo o

diretor-geral do departamento, Eudoro Santana, a meta era capacitar 3.000 produtores familiares e para isso contava com a parceria do SEBRAE.

O Banco do Nordeste criado em 1952 com a missão de modernizar a agricultura e a indústria e assim alcançar o desenvolvimento regional tinha sua atuação restrita à produção (crédito, assistência técnica, fornecimento de insumos, comercialização etc.), não tendo sido complementada com ações de capacitação. Entretanto desde o início da década de 1990, esta instituição passou a utilizar a estratégia de Polos de Desenvolvimento Integrado,⁶⁷ funcionando como um dos principais instrumentos impulsionadores da economia regional e contribuindo de forma decisiva para a elevação dos índices de crescimento econômico. Hoje, suas funções são mais bem explicitadas, através da responsabilidade de “impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região” (Banco do Nordeste, 2002). Desta forma, esta Instituição volta sua preocupação para a qualificação dos recursos humanos, “sendo as políticas de capacitação voltadas para produção, processamento e pós-colheita nas regiões produtoras de frutas uma das prioridades [...]” (Elias, 2002, p. 328).

Vale ressaltar que aqueles que ocupam os novos “postos de trabalho”⁶⁸ que estão surgindo, dos quais uma parte requer qualificação elevada, não são os mesmos que foram expulsos pelas novas exigências do capital. Isso significa dizer que os cursos de capacitação ofertados por estas instituições não têm como público-alvo o trabalhador agrícola que possui um baixo nível educacional. Este tem na família, o lugar privilegiado de transmissão dos conhecimentos necessários ao trabalho agrícola, onde os saberes são repassados de pai para filho, o que nos lembra a “conservação e transmissão de um patrimônio sócio-cultural”,

⁶⁷ O Polo Baixo Jaguaribe abrange uma pequena área do semiárido do Ceará, compreendendo os municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas, Jaguaruana, Itaiçaba, Aracati, São João do Jaguaribe e Quixeré.

⁶⁸ O termo “posto de trabalho” criado por Ford juntamente com a implantação da esteira móvel (a linha de montagem) quando introduz os princípios da produção em massa praticamente desaparece com a chegada do novo modelo de acumulação flexível.

de que nos fala Hugues Lamarche, constituindo um “modelo original”, que exerce “um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar” (Lamarche, 1993, p.13).

Enquanto temos todo um aparato de instituições voltadas ao agronegócio, aqueles que não vêm sendo agraciados pelas políticas de capacitação em curso procuram acompanhar as mudanças através da atuação na região do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. O Senar tem como objetivo organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a formação profissional rural e a promoção social de jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural. É procurando alcançar esse objetivo que essa instituição desenvolve suas atividades através de cursos e treinamentos solicitados pelas comunidades rurais.

Diferente dos objetivos e da metodologia aplicada nos cursos de capacitação voltados para o agronegócio, calcados na competitividade, racionalidade e eficiência, no fascínio pelo produtivismo e pelas estatísticas para corresponder às demandas do mercado, as ações do SENAR, assim como da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e das ongs têm, como princípio definidor de trabalho, a cooperação ao invés da competição, o desenvolvimento do espírito de coletividade e solidariedade no lugar do trabalho subordinado ao capital, o bem-estar da coletividade acima da lucratividade.

Vinculada à Seagri, a Ematerce, por intermédio de seus 71 Centros de Atendimento aos Clientes (CEACs), 02 Centros de Treinamento em Extensão (CTs) e 01 Centro Gerencial (CG), contempla o programa de profissionalização rural. Utiliza processos educativos que assegurem a apropriação de conhecimentos pelos produtores rurais e suas associações, por meio do trabalho realizado por extensionistas. Esses realizam visitas às propriedades, disponibilizando o acesso à informação técnica e gerencial com a instalação de unidades demonstrativas, dias de campo, cursos, extensões, reuniões, entre outras metodologias participativas.

Os serviços de capacitação, extensão e assistência técnica desenvolvidos por essa instituição se mostram insuficientes em virtude

da crescente demanda e da pequena oferta de profissionais. Um dos caminhos encontrados pelo atual governo para minimizar a carência de profissionais que dão assistência agropecuária e gerencial aos produtores rurais de base familiar é o programa agente rural, que segue o mesmo formato do projeto dos Agentes de Saúde, investindo no acompanhamento personalizado dos agricultores.

O programa é constituído por profissionais (técnicos agrícolas ou técnicos em irrigação de nível médio) que realizaram o Curso de Capacitação de Agentes Rurais, ministrado pela Ematerce, com apoio de órgãos parceiros, a exemplo da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), Federação da Agricultura do Ceará (FAEC/SENAR), Centecs, Sebrae-Ceará, Organização das Cooperativas do Ceará (OCEC/MAPA), Escolas Agrotécnicas do Crato, Iguatu, UFC/Cetrede, Embrapa, Instituto Agropólos e algumas prefeituras municipais e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Compete aos Agentes Rurais capacitados e especializados em cada cultura percorrer os municípios verificando as necessidades das famílias produtoras e repassar tecnologias simples, porém transformadoras.

A meta do programa é chegar a 1.800 agentes até 2007, o que significará o atendimento de 182 mil famílias de um total de pouco mais de 300 mil famílias no Estado. Dos 534 agentes que estão sendo capacitados para atuar em 100 municípios, 314 serão remunerados pelo Estado; 90 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Agricultura Familiar; 40 através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Nesse convênio existem ainda mais de 10 técnicos especialistas e 90 das prefeituras. É uma parceria entre o estado, ao nível das prefeituras e o Governo Federal, que na busca de atender um maior número de pequenos produtores irá capacitar agentes multiplicadores e facilitar o financiamento de transporte motorizado para que o agente rural possa percorrer um maior número de propriedades, o que por outro lado vai aquecer o setor terciário.

Vale destacar que estas instituições não atendem às novas necessidades apresentadas pela produção moderna. O público-alvo, em geral, é constituído por pequenos produtores de base familiar não inseridos no processo de reestruturação produtiva. Embora lutem por um espaço

neste novo contexto, vêm sendo continuamente excluídos do processo de reestruturação em curso. Isso porque este exprime em última análise o próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo, que gera, simultaneamente, cooperação e conflito, integração e fragmentação, exclusão e inclusão, convergência e divergência, ordem e desordem.

A exigência por maior qualificação, não têm reflexo apenas na formação do trabalhador, mas está também intrinsecamente ligada à formação de professores de modo que venham a reunir competências que habilitem o futuro trabalhador. Futuro trabalhador porque a educação emerge, no discurso hegemônico, como passaporte irrefutável e necessário para se conseguir emprego dentro dos padrões exigidos pela acumulação flexível.

Tal funcionalidade aplicada à educação não é nenhum exagero se levarmos em conta que somos parte de uma sociedade capitalista, cuja base socioeconômica fundada no assalariamento sucumbe o trabalhador, ao ser este e suas qualidades apropriadas postas a serviço do capital, cuja mediação se dá no mercado, como mercadoria.

É pertinente observarmos o papel que desempenham os cursos voltados para atender as novas necessidades da produção moderna na inculcação da ideologia capitalista, mascarando o autoritarismo. A manipulação ocorre de forma disfarçada, subentendida, conseguindo conquistar coração e mente do trabalhador, capturando-o de corpo e alma e padronizando-o aos parâmetros pré-estabelecidos que estão contidos nos mecanismos de sedução do capitalista (empresário ou proprietário de terras).

É desta forma que os Programas de Qualidade Total e os treinamentos realizados no interior das empresas, através de novas técnicas de dominação e controle, incutem ideologias que têm como objetivo maior a incorporação por parte da grande massa de trabalhadores dos “valores” propostos pelo capitalista. Ao envolver todos no mesmo objetivo, produz-se com qualidade para vencer a competitividade, além de se criar um clima de trabalho cooperativo e harmonioso, sem conflitos entre os cargos hierárquicos.

Nesse sentido, no atual modelo de produção pós-fordista, espera-se do novo trabalhador não apenas competências específicas nas

atividades a serem desenvolvidas, mas também polivalência, envolvimento, entusiasmo, espírito de liderança, desenvoltura, facilidade de comunicação, cooperação, capacidade de trabalhar em equipe, de detectar erros e de propor melhorias. Desta forma, as mudanças se fazem presentes não somente na gestão da força de trabalho e nas relações entre capital e trabalho, mas também nas expectativas em relação às mudanças de atitude e desempenho do “novo trabalhador”.

Convém lembrar que o fato de os trabalhadores executarem diversas tarefas numa jornada de trabalho, tornando-se um trabalhador multifuncional não significa menor exploração, como também não pode ser encarado como uma “conquista para o trabalhador”, como parece crer B. Coriat,⁶⁹ antes, representa uma superexploração do trabalhador. Ser um trabalhador multifuncional constitui na prática ser um trabalhador mais alienado e explorado, pois lhe é atribuída uma enorme quantidade de tarefas. Mesmo que cada processo de trabalho exija um profissional específico, o trabalhador agrícola acaba dominando as atividades exercidas em outras fases da produção e em diferentes culturas.

Ao passo que se multifuncionalizam, tornam-se uma massa de profissionais especializados desqualificados, uma vez que o trabalhador se qualifica para o exercício de uma determinada ocupação, e o trabalhador qualificado para um determinado trabalho é trabalhador desqualificado em um outro trabalho. Portanto, a qualificação para uma determinada função não deve ser confundida com a qualificação do trabalhador. Ademais, não há indícios que levem a crer que essa multifuncionalidade crie vínculos de identidade nem de crescimento intelectual ou mesmo de fazer mais realizado enquanto trabalhador. A atenção do trabalhador deve ser redobrada objetivando contribuir para acumulação do capital. É assim que a alienação e a exploração do trabalhador chega a um estágio antes desconhecido, mascarada pelo discurso da flexibilização.

Nas palavras do gerente da Frutacor-Estação 1: “o objetivo é mudar a maneira de pensar e agir do funcionário, promovendo não

⁶⁹ B. Coriat, sociólogo francês ligado à denominada “Escola Regulacionista”, autor do livro “Pensar pelo Averso” em que traz um detalhado estudo acerca do “modelo japonês”.

somente o desenvolvimento da empresa, como também do funcionário”. Em outros termos, o propósito não é promover o desenvolvimento do trabalhador no sentido de formar cidadãos ou dotá-los de um pensamento crítico, mas de formar pessoas aptas para o trabalho e, se possível, treiná-las para a formação de uma mão de obra que corresponda às necessidades do investimento em capital humano. É que chamamos de qualificação desqualificante, pois diante das constantes transformações tecnológicas é questionável a qualificação pelo fato de que se qualificará para necessidades emergentes, surgindo automaticamente outros trabalhadores desqualificados. Tudo isso configura “um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros” (Antunes, 1997, p. 54).

Desterritorialização da força de trabalho

Concomitantemente à mudança no perfil da mão de obra, observamos um aumento do seu deslocamento, um constante movimento pendular de profissionais, tanto das cidades locais próximas ou mais distantes para as áreas onde vem ocorrendo o processo de reestruturação produtiva como dessas áreas para as cidades. Esse aumento ocorre, também, entre as áreas rurais tradicionais e modernas, isto é, observamos a ocorrência da migração nos dois sentidos. Ao mesmo tempo em que migra para o campo uma mão de obra especializada, esse processo leva à expulsão daqueles que não conseguiram responder às exigências da nova maneira de produzir. “É assim que se criam, aliás, correntes migratórias nos dois sentidos: levando à expulsão dos que não se adaptam aos níveis técnicos e de capital que se instalam e trazendo para a área aqueles dotados das novas capacidades exigidas para movimentar o novo instrumento científico e técnico” (Santos, 1988).

Esta é outra consequência trazida pela reestruturação sobre o trabalho agrícola – a intensa mobilidade da força de trabalho no espaço-tempo. Em outras palavras, a desterritorialização⁷⁰ do homem do

⁷⁰ “pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material-político e /ou econômico, pela destruição de antigos

campo respondendo às necessidades de acumulação do capital, quando se combinam trabalhadores de distintas categorias e especialidades, de modo a formar o trabalhador agrícola coletivo desterritorializado. Tal fenômeno é perceptível na região em estudo através do fluxo de mão de obra que se dirige para grandes, médias, pequenas propriedades, empresas agrícolas e agroindústrias e a rede de relações que se estabelecem, num “vai-e-vem” de múltiplas determinações, reforçando a importância da Geografia na apreensão do trabalho agrícola através do espaço geográfico.

Grande parte dos trabalhadores do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi e das empresas agrícolas situadas na Chapada do Apodi eram do Rio Grande do Norte (Baraúna, Mossoró, Caraúbas, Umarizal), Paraíba (Cajazeiras, Catolé da Rocha, Santa Cruz, Brejo do Cruz), sendo em maior número aqueles que vêm dos municípios de Limoeiro do Norte (Canafistula de Baixo, Córrego das Pedras, Ubaia, Jatobá, Quixeré, Córrego do Feijão, Lajes, Pedras, Córrego de Areia, Pitombeira, Rancho da Casca, Sítio Km 60, Espinheiro, Cabeça Preta, Tomé, Espingarda, Pedra Branca, Arraial, São Raimundo, Várzea, Pedrinhas, Santa fé, Limoeiro, Tanquinho etc.) e Quixeré (Cabeça de Santa Cruz, Boqueirão, Botica, Tomé, Barreiras, Água Fria, Cercado do Meio, Lagoa da Casca, Santa Teresinha, Jenipapeiro, Saquinho, Baixa do Félix, Várzea do Cobra, Boa Fé, Macacos, Poço da Onça, M^a Preta, Bom Sucesso e Lagoinha).

O destaque do número de trabalhadores no município de Quixeré coaduna com os dados da RAIS, pois de um total de 2.805 trabalhadores na atividade agropecuária 2.342 se concentram neste município (ver Tabela 1). Observamos durante o trabalho de campo que na empresa agrícola Del Monte Melão, situada em Quixeré, no período do inverno – que requer menor quantidade de mão de obra, já que o melão é uma cultura de verão –, muitos trabalhadores são dispensados e grande parte

laços/fronteiras” (Diniz, 2002).

“tanto o deslocamento do posseiro, quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra” (Martins, 1995).

se emprega na Del Monte abacaxi,⁷¹ situada em Limoeiro do Norte – por ser o abacaxi uma cultura permanente que necessita de mão de obra o ano todo. Isso, em parte explica o fato de o número de trabalhadores admitidos na atividade agropecuária no município de Limoeiro do Norte ser bem maior que no município de Quixeré no período de janeiro a junho. Como no município de Quixeré existe considerável número de produtores que se dedicam ao cultivo do melão e no período de janeiro a junho esta cultura requer menor quantidade de mão de obra, esses trabalhadores se deslocam para o município mais próximo para trabalhar em outras culturas ou mesmo na atividade de serviços relacionados com a agricultura. Pudemos constatar isso em campo e os dados oficiais não nos deixam negar, tendo sido admitidos no período de janeiro a junho do presente ano 604 trabalhadores formais na atividade de serviços relacionados com a agricultura no município de Limoeiro (ver Tabela 13).

Neste contexto, a mobilidade de capitais para os lugares de maior retorno de investimento no agronegócio amplia os movimentos de desconcentração e concentração populacional como resultante da intensa migração interna, dado o aumento do fluxo migratório rural-urbano, em que famílias se deslocam de um município para outro em busca de trabalho, capacitação e residência, ou seja, em busca da reprodução de sua força de trabalho.

A capacidade de geração de emprego não tem contribuído para fixar a população no meio rural, ao contrário do que prega o discurso oficial. O que ocorre é a retenção de uma mão de obra cativa tanto no espaço rural como nas cidades “lócus” dos grandes empreendimentos públicos voltados à agricultura irrigada. Isso porque os profissionais capacitados ou que aí se capacitam têm seu conhecimento direcionado para as modernas atividades desenvolvidas. Assim, o que vem sendo reduzido é o deslocamento desta minoria, não da grande massa de trabalhadores não especializados, que foram conduzidos à sazonalidade do trabalho; enfrentando menos possibilidades de conseguir uma vaga no mercado de trabalho, acabam migrando para as cidades locais próximas ou mais

⁷¹ Embora sejam uma parte da mesma empresa, funcionam de forma individualizada.

distantes. É aqui onde encontramos um dos impactos negativos da reestruturação, pois diante da incapacidade do agronegócio de atender aos anseios da força de trabalho local, esta é lançada à própria sorte, o que significa dizer que os empreendimentos agrícolas são propulsores dessa dialética de fixação e de desterritorialização da mão de obra agrícola.

A desterritorialização também é visível por parte dos próprios produtores da Chapada do Apodi que passam a ter como lugar de moradia os municípios próximos ou mais distantes da área de produção, muitos são até mesmo de outros estados (Paraíba, Piauí, São Paulo, Rio Grande do Norte) ou Países (Costa Rica, Colômbia etc.).

Com a implantação de modernos sistemas técnicos e a vinda de empresas agrícolas para a região que fazem uso de inovações químicas, mecânicas e biotecnológicas é comum encontrar profissionais dos mais diferentes lugares, e é importante observarmos que são estes que ocupam os cargos mais elevados, como os de gerência. Como exemplo, podemos citar a empresa Del Monte Abacaxi, onde existem dois engenheiros agrônomos da Costa Rica com pós-graduação na gerência da empresa. Esta mobilidade também é observada por parte de profissionais das universidades cearenses e do nordeste, pois encontramos trabalhando nesta empresa mais três outros agrônomos, um da UFC (Universidade Federal do Ceará) e outros dois da ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró), todos com pós-graduação: “o desenraizamento que acompanha a formação e o funcionamento da sociedade global [...]” (Ianni, 1998) leva até à aldeia profissionais altamente “qualificados”.

Como afirmou Santos:

os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que criam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (Santos, 1996, p. 50).

Esse é um fenômeno novo observado na região, onde pesquisadores e profissionais que ocupam postos de trabalho mais elevados nas empresas nacionais ou transnacionais geram renda permanente no município de Limoeiro do Norte. Grande parte das empresas agrícolas se localiza na Chapada do Apodi ao longo da rodovia do melão, e Limoeiro do Norte é o município que oferece uma melhor infraestrutura, além de estar localizado próximo ao local de trabalho. Isso reduz o tempo de deslocamento destes profissionais que se hospedam em hotéis e pousadas de segunda a sexta quando vão ver seus familiares que se fixaram na capital cearense ou mesmo continuam morando em sua cidade natal. Ao contrário do que se pensa, junto com as empresas chegam os profissionais responsáveis pelo seu gerenciamento vindos de outros Estados e até de outros países para o meio rural, mas a transferência compulsória destes profissionais, muitas vezes não é acompanhada da transferência de suas famílias.

É, aí, que um emprego estável, bem remunerado e com todos os direitos trabalhistas, pode representar a diferença entre viver com a família com os confortos da vida nas grandes cidades ou sobreviver com as privações da vida moderna que este meio rural oferece. Assim, a reestruturação acaba privilegiando o trabalhador mais capacitado, que têm o perfil de aceitar desafios, conquistar seu espaço e ajustar-se rapidamente às situações novas.

Para esta pequena fração da força de trabalho composta por profissionais com a mais alta especialização, há, de fato, um mercado de trabalho global, que permite o constante movimento entre os nós das redes globais que controlam o planeta. No entanto, paralelamente à integração dos “melhores talentos” nas redes globais, a esmagadora maioria da força de trabalho permanece “presa” ao espaço nacional, regional ou local. Assim sendo, podemos afirmar que o atual modelo de produção global permite a integração simultânea das diferentes etapas de trabalho e a desintegração da força de trabalho.

Esta desintegração da força de trabalho ocorre não apenas espacialmente, mas também, através do desemprego crescente da mão de obra menos qualificada levando ao surgimento de uma *não classe de não trabalhadores* (Gorz, 1986) que está longe de constituir uma força

coletiva de luta. Ademais, a diversificação crescente da classe trabalhadora tornou improvável possíveis mobilizações coletivas com base no trabalho assalariado (Offe, 1989) impedindo, portanto, de pensar o trabalho como espaço de lutas políticas.

Unificação do mercado de trabalho urbano-rural

Enquanto assistimos de um lado a “qualificação”, maior estabilidade e melhores chances no mercado de parcela diminuta da força de trabalho, de outro, temos a “desqualificação” de sua parcela majoritária, a instabilidade e as menores chances no mercado de trabalho. Esta é outra consequência da reestruturação sobre o trabalho agrícola que resulta no aparecimento do trabalhador que Santos (1988) chama de *agrícola não rural*, que é o trabalhador agrícola que não responde às novas exigências da produção científica, passando a fazer parte do excedente de mão de obra expulso do campo. Este, portanto, não mora mais na zona rural, indo morar nos distritos próximos à zona rural ou nas cidades, onde passam a atender as necessidades colocadas pelo mercado que não exige qualificação combinando as atividades não agrícolas (construção civil, vigilância, serviços domésticos, comércio ambulante etc.) com o trabalho temporário no campo no período que exige um maior número de trabalhadores, como na fase da colheita. É, portanto, o trabalhador agrícola não rural a materialização da dissolução das fronteiras entre o campo e a cidade. “Hoje, o agricultor pode também ser o homem urbano – o melhor exemplo disso é a existência do trabalhador volante⁷² – o boia-fria – que é um trabalhador agrícola, mas já não é um habitante da zona rural” (Santos, 1988).

A presença do *agrícola não rural* nas cidades expressa a unificação do mercado de mão de obra não qualificada, pois além daqueles citadinos que vivem do trabalho que não exige qualificação, juntam-se os que vêm do campo que dominam o conhecimento empírico, mas que são em sua grande maioria analfabetos. O mesmo ocorre no campo com

⁷² “O volante faz parte de um contingente da força de trabalho liberado apenas uma parte do ano, já que sazonalmente ele é reabsorvido pela agricultura” (Silva, 1981, p. 119).

a vinda do homem urbano, para trabalhar junto com os agricultores rurais, expressando a *migração descendente* (Santos, 1993) e a alternância dos empregos temporários urbanos e rurais, quer seja do trabalhador individual quer seja dos membros da família. Daí Santos (1988) afirmar que estes dois mercados de trabalho tendem a se confundir.

A formação desse mercado de trabalho urbano-rural revela novos conteúdos da relação entre o campo e a cidade. É a formação da *unidade contraditória* entre a cidade e o campo de que nos fala Oliveira (1999, p. 103-104) que se solidifica tanto pela presença do agricultor em busca de crédito, assistência técnica ou melhores preços para seus produtos na cidade como dos trabalhadores assalariados da cidade no campo e dos trabalhadores assalariados do campo na cidade.

Observamos durante a pesquisa de campo que o trabalho agrícola, nos períodos que não correspondem aos de maior demanda por mão de obra, torna-se escasso, obrigando o contingente de mão de obra a recorrer a serviços de outra natureza, alguns não precisam nem se dirigir até as cidades, pois passam a executar trabalhos não agrícolas no próprio meio rural, como aqueles que conseguem emprego indireto na atividade agrícola trabalhando na construção dos empreendimentos modernos que se instalam no espaço rural. Como exemplo desses empreendimentos temos a construção do Eixão (açude Castanhão).⁷³

⁷³ O Eixo de Integração Castanhão – RMF, fiscalizado e supervisionado pela Sohdra, constitui-se uma obra de grande porte, formada por estação de bombeamento, canais, adutoras e túneis, garantindo a transposição de água do açude Castanhão até a Região Metropolitana de Fortaleza, e a irrigação de projetos implantados no percurso, totalizando 255,9 Km de extensão assim distribuídos: Trecho 1 (54,7 Km) – Açude Castanhão ao Curral Velho, Trecho 2 (45,9 Km) – Açude Curral Velho à Serra do Félix, Trecho 3 (66,3 Km) – Serra do Félix ao Açude Pacajus, Trecho 4 (33,9 Km) – Açude Pacajus ao Gavião, Trecho 5 (55,1 Km) – Açude Gavião ao Porto do Pecém. A integração de bacias parece ser o golpe de misericórdia na seca, pois diferente de como se fazia na política de emergência não são mais construídos açudes em demasia, mas conduzida a água através de canais, os chamados rios artificiais e adutoras até os centros de produção. Como vemos, hoje aos velhos eixos (estradas de ferro) somam-se novos (eixos de água).

Foto 30 – Trabalhadores agrícolas na construção do Eixão



Fonte: Aleksandra Muniz, 2003.

Como vemos, fora da época da colheita, as atividades exercidas pelo trabalhador agrícola assalariado temporário são bastante variadas. Diante da expulsão da grande maioria dessa força de trabalho que o processo de reestruturação produtiva tem provocado, se esta categoria de trabalhadores já não se ocupava de atividades puramente agrícolas, agora, com a crescente articulação entre os diferentes setores e espaços produtivos, este fato torna-se mais evidente.

Quanto às atividades não agrícolas no meio rural, autores como Silva (1999) nos apresentam uma leitura nessa perspectiva. Todavia, o deslocamento da força de trabalho para atividades não agrícolas já encontrava suas primeiras referências na obra de Kautsky *A Questão Agrária*. No capítulo VIII da referida obra, intitulado “A Proletarização dos Camponeses”, o autor estabelece o que denomina de trabalho acessório ou ocupação acessória, referindo-se às situações em que o camponês busca suplementar ou complementar o atendimento de suas necessidades crescentes.

Condições de trabalho agroindustrial

O trabalhador agrícola não rural que retorna ao campo como boia-fria ou outras formas de trabalho temporário, expressa a insustentável condição de trabalho não somente através da informalidade, mas também por incluir, muitas vezes, a mulher e os filhos nesta modalidade de trabalho para completar a renda necessária à reprodução familiar.

Na parceria entre a pequena empresa, muitas vezes familiar, e a grande empresa receptora da produção desta, em que não há troca de tecnologia ou de informações gerenciais, podemos também encontrar péssimas condições de trabalho com aumento da exploração da força de trabalho e uso, inclusive, de trabalho infantil. Essa exploração da força de trabalho pode ser comprovada diante da necessidade de o produtor vender sua força de trabalho e a de sua família, caso contrário seus rendimentos estarão comprometidos com o pagamento de mão de obra extra. Podemos levar em consideração ainda que nenhum dos encargos sociais trabalhistas são pagos ao produtor ou a sua família pelas empresas que ainda se esquivam dos riscos dos fenômenos naturais aos quais a agricultura está sujeita.

Outra expressão desse processo está no fato de muitos proprietários rurais e empresários agrícolas não cumprirem a legislação trabalhista na busca de diminuir os custos. Para não responderem a processos trabalhistas, evitam que algum de seus trabalhadores resida no local de trabalho ou permaneça por muito tempo trabalhando no mesmo estabelecimento, preferindo recrutá-los na cidade ou nas zonas rurais dos distritos próximos à área de produção.

Entrevistando alguns irrigantes na Chapada do Apodi, ouvimos que diante da dificuldade que enfrentam para continuar produzindo e dos custos adicionais nas constantes contratações e dispensas dos empregados rurais, preferem fazer uso do trabalho alugado, diaristas, empreiteiros, trabalhador e/ou assalariados temporários.

A própria condição para contratar trabalhador com carteira assinada induz à informalidade, uma vez que além de pagar ao trabalhador, o empregador ainda tem que arcar com todos os custos embutidos, os encargos sociais e todos os direitos trabalhistas, tais como INSS, FGTS,

despesas com cumprimento de normas de saúde e segurança, todos proporcionais ao tempo de utilização da mão de obra. Se houvesse uma redução nessa série de encargos que incidem sobre a folha de pagamento e uma política agrícola eficaz voltada ao pequeno produtor o número de trabalhadores com carteira aumentaria, afirmou um irrigante.

Vale ressaltar que, embora a figura do diarista venha se acentuando com o processo de reestruturação produtiva, este não é um fato novo, já sendo notório desde

[...] a introdução da legislação social no campo em 1963 que levou os proprietários rurais a expulsarem os moradores, frente aos quais tinham obrigações trabalhistas, para se utilizar de trabalho contratado através de um intermediário, liberando-se assim das cargas sociais. Por sua vez, a massa de trabalhadores expulsos gerou um mercado de trabalho que possibilitou novas expulsões de trabalhadores permanentes, já que estava assegurada a oferta de força de trabalho temporário (Sorj, 1980).

A crescente demanda pelo diarista, empreiteiro e/ou trabalhador temporário tem como consequência a concentração destes trabalhadores rurais nas áreas periféricas dos municípios da região, onde se oferecem todas as manhãs a prepostos dos empregadores, sendo arregimentados pela conhecida figura do “gato”.

A existência desse exército de reserva de mão de obra agrícola que se oferece todos os dias alivia a ameaça posta pelo trabalhador agrícola não rural à reprodução do capital no meio rural, especialmente nos momentos de pico em que se necessita de um maior contingente de mão de obra. No entanto, se para empresários e grandes produtores esse problema da escassez de mão de obra é contornado, ele se agrava para os pequenos produtores que dispunham desse exército de reserva, vejamos os depoimentos a seguir:

Hoje, não acho trabalhador pra apanhar o feijão, os pouco trabalhador que tem, trabalha nas firmas de carteira assinada. Se a firma marcar pra 5 horas da manhã, eles vão esperar o ônibus e têm que entrar e sair na empresa no horário certo. Quando chegou a Delmont com dinheiro circulando os trabalhador sumiu pros particular que têm dinheiro cansado. A Del Monte paga em dia, até

adiantado, metade na quinzena. Um dia quando vi aquele bucado de gente pensei que era um assalto, se fosse pra trabalhar pra um particular não tinha nenhum na fila, afirmou o agricultor Gerardo Pacheco.

com o governo dando dinheiro e os grandes que tomaram de conta da produção, ninguém quer trabalhar mais não, antes 5 horas da manhã já tinha gente para fazer apanha por quilo, hoje a gente paga do jeito que eles querem, por diária, empreita mesmo assim não é fácil de arranjar trabalhador. A diária mais baixa é de R\$10,00 para frente tem gente que paga R\$12,00 porque é difícil achar trabalhador, aí o preço aumenta, ainda mais se for dar merenda, almoço e janta. O trabalhador só quer chegar 9 horas e ainda quer voltar logo. Agora quando é pra receber o fome zero a fila dobra, afirmou o agricultor Chico Cajarana.

E acrescentou ainda:

O governo devia dá dinheiro para quem quer trabalhar e pagar as conta, gerar emprego e comida. Se o governo liberasse dinheiro pra montar estufa, você podia comer uma fruta sadia, sem os agrotóxicos, ia ter um preço garantido, ia sobrar comida na mesa e gerar muito emprego, você plantava tinha certeza que ia produzir, não existe uma linha de crédito para isso, uma coisa tão fácil, se chegasse a linha de crédito para estufa não queria receber nem um real desses programa do governo, não queria outra coisa para viver com a família se fosse trabalhar com tomate na estufa. Quando pego no dinheiro não dá nem pra comer, é muita gente para comer, fico no roçado só com a conta para pagar, sem capital de giro. Quase não dá pra gerar trabalho, nem comida, nem nada. A agricultura tá abandonada só o que tem é esses programa que tá aí, é Fome Zero, é programa para estudar, só falta aparecer programa pra pari, a Reforma Agrária é outro dinheiro perdido. Os Coronéis soltam muito dinheiro e muitos não paga, era para botar na cadeia para dar de exemplo, mas não se vê isso. O governo tá ensinando o pessoal a não trabalhar, a gente precisa de incentivo que funcione para gerar emprego.

Em geral, aqueles que utilizam o trabalho informal para ajudar nos momentos de pico, além de não cumprirem as exigências da legislação trabalhista, também, pagam baixos salários. O salário pago ao trabalhador sem qualificação geralmente não ultrapassa um salário

mínimo, aqui incluindo aqueles que trabalham por diária (considerando que uma diária é em média R\$10,00 e que nem todo dia há trabalho) ou por produção. A desespecialização acompanhada das péssimas condições de trabalho, das relações de dominação e exploração impostas ao trabalhador braçal são lamentáveis.

As condições de trabalho são desumanas, envolvendo muitas vezes toda a família, em jornadas de trabalho que chegam até a 12 horas diárias. Os direitos trabalhistas e os direitos sociais estabelecidos na constituição além de não serem cumpridos são em sua maioria desconhecidos pelos próprios trabalhadores. Embora, como afirmou o gerente da empresa Melão Doçura, esteja crescendo o número de trabalhadores que “já sabem o que é seguro desemprego, aviso-prévio, só querem trabalhar se for com carteira assinada, já sabem o que é décimo terceiro e quando querem sair pedem para fazer acordo, porque sabem que se pedir demissão perdem seus direitos”.

Os trabalhadores na Chapada do Apodi que não dispõem de transporte que são disponibilizados pela grande maioria dos empregadores (empresários e produtores) para que possam se deslocar ao local de trabalho,⁷⁴ geralmente utilizam a bicicleta para se deslocar de casa ao trabalho. Em garrafas levam a água (vale ressaltar que nem todos têm garrafa térmica tendo que beber água quente) e em marmitas a alimentação, que na maioria das vezes já é consumida fria, por isso são chamados de boias-frias. Fazem a refeição no campo, muitas vezes na própria área de trabalho ou no caso das empresas agrícolas, no refeitório, quando este existe. Na empresa agrícola Frutacor pudemos observar que, embora não exista um refeitório, é fornecida marmita na propriedade do colono do PIJA a R\$2,80 sendo descontada a metade dessa quantia na folha de pagamento e passando do expediente a empresa oferece também lanche.

As péssimas condições de trabalho se estendem às empresas agrícolas, pois são raras as que têm local apropriado para os trabalhadores fazerem suas necessidades vitais.

⁷⁴ Esses trabalhadores são transportados de ônibus/caminhão para o local de trabalho e levados ao pôr do sol para a cidade, vila ou povoação das zonas rurais em que vivem.

Foto 31 – Banheiro improvisado próximo à cultura do melão - Quixeré



Fonte: Alexsandra Muniz, 2003.

Essa realidade se expressa também na maior extensão e intensificação da jornada de trabalho, traduzida no aumento das horas-extras, uma vez que grande parte das empresas agrícolas prefere solicitar ao trabalhador horas extras a fazer novas contratações. Na Del Monte Melão, a hora extra é 50% a mais da hora normal com 100% no Domingo. “[...] até no domingo se trabalha, pois o melão japonês não espera”, afirmou um trabalhador.

É realmente um paradoxo o fato de que, diante do avanço técnico e da perspectiva do fim do trabalho se conviva com o aumento extensivo de jornadas de trabalho.

Embora não seja uma realidade, na grande maioria das empresas agrícolas, é crescente o número das que, na busca de conseguir o selo Eurep Gup,⁷⁵ e diante da Fiscalização do Trabalho e Emprego, vêm despertando preocupação em reduzir os riscos inerentes ao trabalho e cumprir as normas de saúde, higiene e segurança.

⁷⁵ O Eurep Gap é um sistema próprio de certificação criado pela Europa, principal consumidora de frutos tropicais. Trata-se de um protocolo firmado entre distribuidores e redes de supermercados europeus que estabelece não só regras de produção, mas também leva em consideração ausência de resíduos químicos nas frutas, responsabilidade social do produtor, respeito ao meio ambiente e condições dignas de higiene e trabalho.

Em virtude da heterogeneidade de situações encontradas nas condições de trabalho agrícola, não podemos falar em um modelo único de como as empresas agrícolas vêm se adequando ao processo em curso, sendo assim destacamos alguns aspectos observados em campo.

São efetivados os exames devidos: admissional, periódico, complementares, demissional, entre outros para todos os trabalhadores contratados. Com um ou dois meses o trabalhador faz exame de audição devido ao barulho dos tratores, para isso as empresas maiores oferecem atendimento médico.

“Se algum trabalhador estiver com problema de ouvido não se compra os produtos da empresa, a auditoria é feita pelos próprios compradores que muitas vezes trazem até tradutor”, afirmou o técnico agrícola.

É visível o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), principalmente por parte daqueles que trabalham com produtos químicos e outras atividades que exigem o seu uso.

Foto 32 – Trabalhador agrícola na cultura da acerola usando o EPI (Equipamento de Proteção Individual) – Empresa Frutacor



Foto: Alessandra Muniz, 2004.

Os próprios trabalhadores que recebem treinamento nas empresas agrícolas sobre saúde, higiene e segurança no trabalho têm consciência da importância do trabalho seguro e fiscalizam as condições de trabalho nos locais em que exercem suas atividades, procurando evitar problemas de saúde decorrentes do uso de agrotóxicos ou substâncias químicas. Em face do risco inerente a tais produtos, tomam as medidas necessárias para que as roupas e equipamentos de proteção utilizados nas tarefas em que empregam substâncias tóxicas ou perigosas sejam rigorosamente higienizadas e mantidas em locais apropriados, onde não possam contaminar a roupa de uso comum dos trabalhadores ou de seus familiares.

Também merece destaque o fornecimento e uso obrigatório de chapéu de palha com abas largas para os trabalhadores expostos ao sol, medida imprescindível para prevenir a incidência dos casos de cânceres de pele. A responsabilidade pelo fornecimento do equipamento, que deve ser gratuita para o empregado, pertence ao empregador, já que é o responsável pela observância desta norma. Muitas empresas possuem material necessário à prestação de primeiros socorros que são prescritos pelo médico, sendo os trabalhadores treinados para seu uso

No caso de acidentes de trabalho, embora não venham a público, depoimentos de trabalhadores confirmaram que isso não é raro, como foi o caso do acidente de trabalho em uma empresa agrícola voltada ao cultivo de frutas que levou à morte de um trabalhador agrícola depois de um trator ter passado por cima dele. Conforme informou uma agricultora que trabalhou nesta empresa agrícola, antes de a família do trabalhador ir atrás dos seus direitos, a empresa resolver negociar, dando uma indenização, “um cala boca”.

Mesmo diante das mais diversas situações encontradas, as irregularidades mais visíveis são as que se referem às condições de higiene e às voltadas às necessidades básicas que, em geral, não são oferecidas aos empregados, tais como: sanitários, refeitórios, água potável, alojamentos.

Outra evidência das péssimas condições de trabalho é a presença do estagiário nas empresas agrícolas que na busca de colocar

em prática os conhecimentos adquiridos, muitas vezes, aceita a condição de não ser remunerado. Mesmo quando o é, o procedimento não deixa de denotar uma forma de eliminação de custos e precária condição de trabalho, por intermédio da troca de mão de obra regular pelo trabalho informal.

Entre outras evidências das condições de trabalho, observamos ainda a subcontratação com a presença de trabalhadores terceirizados (notadamente na transferência para outras empresas das atividades de transporte, alimentação, manutenção de máquinas, construção de infraestrutura, serviços especializados em prevenção de acidentes do trabalho rural etc.). Essas atividades, em geral, tem custo inferior ao de um trabalhador regular e, embora trabalhem nos estabelecimentos agrícolas, estabelecem vínculos empregatícios com outras empresas, ou seja, as empresas maiores transferem responsabilidades e riscos para as menores (Druck, 1995).

Em nome da competitividade e majoração da taxa de lucros, o que presenciemos é a flexibilização das leis trabalhistas, tornando-se a terceirização uma prática comum, um dos pilares do atual modelo produtivo. Em outros termos, significa excluir uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais, resultado de conquistas históricas contidas na legislação trabalhista, cuja existência passa a ser denunciada como obstáculo à expansão do emprego formal (Antunes, 1997). Conforme relata Edwards apud Singer (1998, p. 113) “aquilo que por um lado foram conquistas da organização dos trabalhadores acabaram, por outro, tornando-se restrições crescentes ao ajuste do mercado de trabalho”.

Esta prática pode ser observada no transporte de frutos até os portos ou cidades dos estados brasileiros, já que é realizado de forma terceirizada. Nos casos de exportação, o contêiner pertence à companhia marítima e a carreta que leva o contêiner ao porto é de propriedade do operador logístico credenciado junto à autoridade portuária. Assim, o produtor paga um frete ao operador logístico que faz toda a logística de busca e transporte do contêiner vazio até a fazenda (onde será preenchido) e entrega final do contêiner (cheio) no porto.

No caso dos médios e grandes produtores de melão do Baixo Jaguaribe, os principais destinos dos melões são:

- a) São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- b) Roterdã (Holanda) via Fortaleza, Pecém ou Natal.
- c) Dover (Inglaterra) via Natal.
- d) Europa, Estados Unidos e Alemanha, via Pecém.

Para Druck (1995) a intensificação do ritmo das terceirizações no Brasil, a partir dos anos 1990, está intimamente ligada à inserção do modelo japonês nas empresas brasileiras.

Durante a entrevista com o gerente da Del Monte Abacaxi, ouvimos que, além do setor de transporte, a tendência é terceirizar também a força de trabalho manual, já que isso facilitaria a gestão da empresa, diminuindo a diversidade dos processos de trabalho que ficam sob sua responsabilidade, sem falar na redução dos custos e do efetivo de mão de obra ao mínimo possível. Além disso, possibilitaria um controle maior sobre o desempenho dos trabalhadores, custos e qualidade dos trabalhos, o gestor acrescentou ainda que, para isso se concretizar, será necessário tempo para que a mão de obra seja capacitada.

Como podemos constatar, a terceirização é uma das esferas da “flexibilidade” e representa uma alternativa de mão de obra flexível em que os empresários podem se precaver ante as incertezas do mercado.

É visível a constituição de dois grupos distintos de trabalhadores nos estabelecimentos e empresas rurais: um grupo composto por trabalhadores especializados, cujos salários são, em geral, elevados e as condições de trabalho e moradia são melhores; outro grupo composto pelos trabalhadores “periféricos”, sem vínculo empregatício, cujos salários são, geralmente, baixos e as condições de trabalho e moradia precárias. Estes últimos constituem o grupo composto por terceirizados, temporários e estagiários, no interior do qual se opera o processo mais intenso de exploração e precarização da força de trabalho.

Podemos afirmar que a adoção de uma política de abertura do capital à competição global e a busca de uma integração mais estreita à economia mundial, somada à intensificação das práticas neoliberais

em um ambiente de reestruturação produtiva, trouxeram consigo um conjunto de transformações que imprimiram marcas profundas em todas as esferas da sociedade. No Baixo Jaguaribe, os fatos até aqui expostos corroboram a afirmação de que os impactos da reestruturação produtiva para o trabalho agrícola se traduzem no dualismo do mercado de trabalho, em novos requisitos e qualificações da força de trabalho, no surgimento de postos de trabalho, em modificações na estrutura profissional e na equação dos empregos. Há, também, o desemprego crescente acompanhado do aumento do emprego informal, na intensa mobilidade da força de trabalho, no crescente emprego da mão de obra feminina e juvenil, na intensa divisão e degradação do trabalho, cada vez mais desqualificado. Para os que são contratados, evidencia-se a expansão do espírito capitalista (individualismo); a insegurança, dada a ameaça constante do desemprego; a intensificação da jornada de trabalho. Paralelamente, vêm ganhando espaço as terceirizações, a presença de estagiários, denotando as péssimas condições de trabalho, o aviltamento das relações de trabalho, isso significa criar as condições propícias para o aumento da exploração do trabalho, a redução dos índices de sindicalização etc.

Como vemos as mudanças trazidas pela reestruturação produtiva atingiram diretamente a relação capital-trabalho e seus rebatimentos foram em múltiplas dimensões. Neste percurso, ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e a dinâmica da mão de obra do campo, configurando-se, desse modo, uma remodelagem no trabalho agrícola.

Diante dessa multiplicidade de prismas em torno do termo trabalho, necessário se faz repensar o que significa a categoria trabalho agroindustrial diante do atual padrão concorrencial capitalista. Eis o desafio que nos é posto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura da região do Baixo Jaguaribe à competição global somada à intensificação das práticas neoliberais em um ambiente de reestruturação produtiva trouxe consigo um conjunto de transformações sobre o trabalho agroindustrial que varia consideravelmente segundo o espaço produtivo, tipo de cultura, tamanho do estabelecimento, nível de tecnologia utilizada. Já que o lema hoje é a flexibilização, não é possível apresentar uma caracterização única do trabalho agroindustrial.

Não obstante, as questões até aqui levantadas nos permitiram vislumbrar as particularidades da dinâmica do trabalho agroindustrial nesta região que podem ser sintetizadas a seguir, a partir da exposição de alguns aspectos que o caracterizam:

- extrema racionalização do processo de trabalho;
- redução do tempo de produção;
- aumento da produtividade do trabalho;
- aumento do tempo de não trabalho para os trabalhadores de baixo nível técnico e educacional;
- intensa exploração (direta e indireta) da força de trabalho;
- aumento da intensidade e do ritmo da jornada de trabalho;

- mudança na estrutura profissional com novas categorias de trabalho;
- maior diferenciação, complexidade e segmentação da classe trabalhadora;
- crescente oferta de emprego para profissionais qualificados (trabalhadores assalariados permanentes);
- aumento da demanda por força de trabalho não qualificada ou semiquificada em determinadas fases do processo produtivo;
- ampliação da divisão social e territorial do trabalho;
- maior inserção das mulheres, jovens e de trabalhadores das faixas etárias mais elevadas no mercado de trabalho;
- dualismo do mercado de trabalho (emprego estável – maior “qualificação”, escolarização e maiores salários; empregos instáveis – precários, temporários, “desqualificados” e com níveis de salário inferiores);
- dissolução das fronteiras entre o campo e a cidade – presença do trabalhador agroindustrial não rural;
- representatividade dos trabalhadores comprometida (redução dos índices de sindicalização);
- debilitação político-ideológica da perspectiva de classe;
- crescimento do mercado de trabalho formal;
- cooperação, trabalho em equipe, polivalência e multifuncionalidade;
- intensa mobilização da força de trabalho (desterritorialização e simultânea reterritorialização);
- crescimento do trabalho assalariado temporário e da terceirização;
- crescimento da PEA no setor de serviços;
- busca de adequadas condições de trabalho (segurança, higiene e saúde no trabalho);
- divisão social do trabalho fundamentada nas diferenças de sexo, idade e na força física que se soma outra baseada na separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

A maior inserção no mercado de trabalho de mulheres e jovens, num cenário de emprego elevado, onde os jovens são grande parte dos desempregados do país e a inadequação do crescimento do emprego

formal em face das exigências do mercado paralelamente ao crescimento do desemprego informal são todas contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Devemos atentar também para o fato de a fruticultura irrigada mediatizada pela racionalidade capitalista passar a ser explorada de forma intensiva em moldes modernos e em bases eminentemente empresariais dentro da lógica do agronegócio destinado à exportação. Isso torna possível uma sucessão intensiva de cultivos que vêm permitindo incrementos expressivos no nível de emprego, notadamente, na época da colheita para os menos qualificados. Concomitantemente, mas não no mesmo ritmo, vem crescendo o mercado de trabalho para os mais capacitados.

Embora novas oportunidades de trabalho estejam surgindo através do cultivo de frutas permanentes e de variedades geneticamente melhoradas que permitem uma produção quase que contínua ao longo do ano agrícola, não são suficientes para empregar o contingente de mão de obra desempregada com as mudanças no processo produtivo. A tendência é essa situação se agravar cada vez mais com o crescimento da população em idade ativa.

Perante tal cenário, vislumbramos uma névoa em torno do futuro do trabalhador dotado de experiência e conhecimento empírico, mas que não domina o conhecimento técnico.

A exclusão deste trabalhador de muitos ambientes de trabalho já está sendo inevitável, tendo em vista que o mercado de trabalho se apresenta cada vez mais seletivo e o capital investido em máquinas e equipamentos é maior que o capital humano provocando o desemprego tecnológico ou de exclusão.

Urge então repensar o significado da qualificação e o papel dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Não somente pela perda da representatividade daqueles trabalhadores que passam a constituir a classe de não trabalhadores, mas também pela inadaptabilidade à representação de novos tipos de trabalhadores, à atuação de novos locais de trabalho (empresas agrícolas e agroindústrias) e ao funcionamento das novas formas de organização (a empresa em rede em escala global).

Se considerarmos as inovações e as forças produtivas que vêm transformando o cenário rural da região, o volume exportado que têm

propiciado o despontamento do Baixo Jaguaribe como grande produtor e exportador de produtos agropecuários, decerto afirmaremos que a fruticultura vem respondendo favoravelmente aos incentivos concedidos ao setor. Mas se deixarmos de levar em consideração apenas o desempenho econômico e olharmos sobretudo para as pessoas que estão por trás das estatísticas, veremos que está muito a desejar o atendimento às demandas sociais em torno de questões como, socialização do uso da água, com prioridade para o abastecimento humano, acesso a terra, a renda e a empregos duradouros para aqueles detentores do saber empírico. Isso nos leva a afirmar que os impactos trazidos pelo processo de reestruturação para o trabalhador agrícola está longe de se basear na sustentabilidade, no desenvolvimento social, econômico e político ou no crescimento includente.

O olhar mais amplo sobre os impactos da reestruturação produtiva e espacial da atividade agroindustrial permite ver além da geração de divisas a partir do aumento das exportações. Neste contexto, a maneira como grande parte dos pequenos produtores vem sendo excluída do processo em curso, a consequente expropriação e proletarização deste segmento e a abundante oferta de mão de obra que não tem outra forma de garantir a sua sobrevivência senão pela venda temporária da sua força de trabalho são fatores que não podem ser desconsiderados, tampouco minimizados.

Se por um lado a política de irrigação conteve a emigração de mão de obra para os centros industriais do Sudeste, como era um dos objetivos do início desta política, por outro lado continua a emigração dessa mão de obra não somente para as cidades distantes, mas também para as locais, atraídas pela esperança de uma vida melhor que nunca chegou, contribuindo para o crescimento desordenado destas cidades e ajudando a inchar as favelas. Isso é em parte responsável pela queda dos salários urbanos, em virtude do aumento da oferta de mão de obra que ocasiona uma pressão no sentido de baixar os níveis de remuneração dos trabalhadores. Daí a compreensão de que a política aplicada para o equacionamento dos problemas urbanos deve partir da sua origem, que está no campo.

Por outro lado, ocorre a migração descendente, ou seja, da cidade para o campo de um grande contingente da PEA atraída para os

espaços seletos agraciados pelos vultuosos investimentos públicos em infraestrutura de irrigação. O Estado ao assegurar a criação e densificação de sistemas de engenharia nas áreas mais valorizadas pela divisão territorial do trabalho, incentivando a irrigação privada e dinamizando a utilização dessas áreas até então menos valorizadas para a produção intensiva, relega às áreas tradicionalmente ocupadas e mesmo às que foram *locus* da modernização na década de 1970 um papel secundário, acentuando a geografia das desigualdades.

Com a valorização das terras no entorno dos grandes investimentos voltados à região, a terra vem se tornando cada vez mais cara e inacessível aos trabalhadores, passando estes a terem sua sobrevivência mediada por relações mercadológicas e contratuais. A maioria esmagadora dos trabalhadores da agropecuária não tem mais a alternativa de produzir parte significativa de sua alimentação e muito menos de gerar renda complementar.

Pelo exposto concluímos que a política de irrigação, um dos vetores da reestruturação produtiva, não tem surtido os efeitos almejados, ou melhor, tem, mas para uma minoria considerando que as mudanças no processo de produção resultam em aumento da produção, produtividade e rentabilidade, mas não se fazem acompanhar por uma distribuição equilibrada dessas benesses. Há, desse modo, uma intensificação das desigualdades sociais já existentes, contribuindo, assim, para acelerar e perpetuar uma estrutura social marcada por um processo de acumulação, concentração e centralização da renda e do poder em mãos de uma pequena minoria. Nessa minoria ingressam cada vez mais empresas nacionais e multinacionais. Em outras palavras, o número de beneficiados é extremamente restrito em relação ao universo da população rural, que não participa dos frutos trazidos pela nova lógica produtiva onde se alocam os sistemas técnicos modernos resultantes dos imperativos globais da organização da produção.

Para que possamos falar em um desenvolvimento sustentado da região, o aumento da produtividade e rentabilidade terão que ser “casados” com incrementos expressivos no nível de emprego não só da classe mais instruída, mas incluindo também aqueles que têm menos instrução e constituem a grande maioria da classe trabalhadora.

Ademais, as mudanças em curso devem vir acompanhadas de melhoria nas condições de trabalho, redução de horas trabalhadas e aumento de salários, além de uma distribuição equitativa da renda nos diversos segmentos sociais.

Para os que consideram isso uma utopia devem considerar igualmente utopia falar em promoção do desenvolvimento sustentado na região, pois na verdade a política de irrigação adotada tem resultado na redução de liberdade na execução da política econômica interna, deixando a agricultura à mercê dos interesses do capital internacional, através da presença de grupos econômicos transnacionais atuantes no setor do agronegócio, além da atração do capital privado nacional também altamente concentrador de renda, terra e poder.

Lamentavelmente, a realidade nos mostra que diante do processo de reestruturação a grande maioria da população local se encontra alijada das benesses que favorecem uma minoria de grandes empresários rurais às custas da exploração da classe trabalhadora que é obrigada a produzir mais, passando a trabalhar mais horas por dia e se conformar com a exploração à qual se submetem. Tal submissão muitas vezes se dá por falta de consciência da própria situação vivida. Assim, a maioria dos trabalhadores agroindustriais são compelidos a trabalhar com um salário que não garante nem mesmo as mínimas condições de sua reprodução, dado o pequeno poder aquisitivo dos salários e a numerosa família que geralmente tem que sustentar.

Destarte, com o aumento da produtividade e da diminuição do tempo social necessário para a reprodução de valor da força de trabalho, o processo em curso além de empobrecer a população local e impedir que haja um verdadeiro desenvolvimento da agricultura, baseia-se, fundamentalmente, na intensa exploração dos trabalhadores que aumentam a produção da riqueza, mas ficam com uma parte cada vez menor do resultado de seu trabalho. Isso pode ser medido, entre outras coisas, pelo valor dos salários e pela concentração de terra que persiste e se intensifica. Como sabemos a concentração da terra traz a concentração da propriedade dos outros meios de produção (máquinas, benfeitorias etc.), do poder econômico, da renda e do poder político no meio rural. Em outras palavras, o resultado da monopolização do território pelo

capital simultaneamente a uma concentração da renda e do poder econômico e político por parte de uma minoria que domina o meio rural se traduzem numa permanente exploração e dominação sobre ampla camada da população que tem seu trabalho cada vez mais explorado.

Diante disto, é preciso que a responsabilidade social das empresas vá além das questões ambientais, da busca na melhoria das condições de trabalho e doações de frutas que não seguem os padrões do mercado à comunidade, alcançando o compartilhamento dos investimentos no local em que se situa.

Podemos elencar algumas vantagens e desvantagens dos contratos formais ou informais de produção oferecidas aos agricultores pelas empresas.

Dentre as vantagens destacamos a redução de risco, tanto ao nível dos preços como do escoamento da produção, mas isso não significa necessariamente uma melhoria de sua situação socioeconômica.

Como desvantagens, temos a redução da capacidade de gestão da propriedade pelos próprios agricultores e o fato de os contratos não serem necessariamente renovados, principalmente, se tiverem sido realizados investimentos para viabilizar as atividades contratualizadas.

Contudo, o que defendemos aqui não é a retirada de incentivos para que empresas transnacionais como a Del Monte venham aqui se instalar, mas paralelamente à atração de novos investidores e do incentivo ao agronegócio é necessário que haja políticas eficazes e eficientes voltadas para atender as demandas dos agricultores locais.

Assim, este estudo apresentou as mudanças e tendências no trabalho agroindustrial decorrentes do processo de reestruturação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Mundialização do Capital*. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste e a questão regional*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BENKO, Georges. *Economia espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BURSZTYN, Marcel. *Os donos do poder: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e Indústria*. São Paulo: Contexto, 1988.

CHESSNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François (org.). *A mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1999.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo Averso*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Revan, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1995.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Unicamp; Icone, 1985.

DINIZ, Aldiva Sales. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. (org.). *Modernização Excludente*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização (des) Fordizando a Fábrica*. Salvador: Edufa, 1995.

ELIAS, Denise. *Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Estado do Ceará (Brasil)*. CONFINS (PARIS), v. 1, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/27877>. Acesso em: 20 Jul. 2024.

ELIAS, Denise. A Região Metropolitana de Fortaleza como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 40, n. 01, p. 1-28, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/63448>. Acesso em: 20 Jul. 2024.

ELIAS, Denise.; MUNIZ, A. M. V. ; Bezerra, Juscelino. Agronegócio e Reorganização das Relações de Trabalho Agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, p. 32-47, 2007.

ELIAS, Denise. *A Agropecuária do Estado do Ceará no Contexto da Globalização*. In: AMORA, Zenilde Baima (org.). Ceará: Enfoques Geográficos. Fortaleza: Funceme, 1999.

ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (org.). *Modernização Excludente*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

ELIAS, Denise. *O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)*. Fortaleza: Funece, 2002a. 363p.

ELIAS, Denise. Agricultura Científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). *Território Brasileiro*. Campinas: Territorial, 2003b. p. 315-340.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da Lavoura às Biotecnologias: Agricultura e Indústria no Sistema Internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 1986.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

IANNI, Octávio. *Relações de produção e proletariado rural*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (org.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Nacional, 1979. p. 113-132.

IANNI, Octávio. *Nação: província da sociedade global?* In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território Globalização e Fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1998.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural; Proposta Editorial, 1986.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LIMA, Silvana Lúcia da Silva. *As políticas públicas e a modernização agrícola do Baixo Jaguaribe Ceará*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.

MASI, Domenico de. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Brasília: José Olympio; UnB, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. *O Capital: crítica de economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. *O capital*. Coleção: “*Os economistas*”. São Paulo: Ed. Abril cultural, 1983.

MARX, Karl. *Manuscritos filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção Obra-prima de cada autor. Texto integral).

MULLER, Geraldo. Agricultura e Industrialização no Campo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 2, 1982.

MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec; educ, 1989. (coleção Estudos Rurais).

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. *Reestruturação produtiva, Agroindústria e as Transformações no Espaço metropolitano de Fortaleza*. In: Seminário do Observatório das Metrôpoles, 2019, Rio de Janeiro: INCT, 2019. v. 1. p. 989-1006.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. A territorialização do Agronegócio Cearense. In: SILVA, Cícero Nilton Moreira da.; Eustógio Dantas, José Borzacchiello. (Org.). *Território: modo de pensar e usar*. Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 187-222.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; AZEVEDO, Leticia Albuquerque. Agroindústria de Alimentos e os Circuitos Espaciais da Produção: Cione, Amêndoas do Brasil, Grande Moinho, Fábrica Fortaleza e J. MACEDO. *Revista dos Encontros Universitários*, Fortaleza, 2019.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; ONOFRE, Mateus Belém; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. A Agroindústria de Laticínios no Contexto de Reestruturação Produtiva no Ceará. *Revista dos Encontros Universitários da UFC*, Fortaleza, 2017.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; SAMPAIO, Patrícia Marques. *Reestruturação produtiva, Agroindústria e Mercado de Trabalho no Espaço metropolitano de Fortaleza: Relações campo x cidade?*. Relatório de Iniciação Científica. - Universidade Federal do Ceará. 2020.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. *Reestruturação Produtiva e Trabalho Agrícola no Baixo Jaguaribe*. Dissertação (Mestrado e Geografia). - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MENELEU NETO, José. *Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva*. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de

(org.). Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura camponesa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandre (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. (Caminhos da Geografia).

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ática: São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de.; SILVEIRA, Maria Laura. *Território Globalização e Fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1998.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, José Borzacchiello da. Baixo Jaguaribe: uma região em processo de mudança. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3.,1978, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, UFC, 1978. p.148-170.

SILVA, José Graziano da. (coord.). *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, José Graziano da. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, José Graziano da. *Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano da. *et. al.* Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 3, n. 4, out./dez., 1983.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, José Graziano da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas, São Paulo: Unicamp; IE, 1996.

SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1999a.

SILVA, José Graziano da. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Unicamp; IE, 1999b.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, funcionamento técnico e funcionamento político na rede urbana Argentina e Nodpatagônica. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de.; SILVEIRA, Maria Laura. *Território Globalização e Fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1998.

SINGER, Paul. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1979.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. *Irrigação e desenvolvimento no Baixo Jaguaribe: as metamorfoses de um velho discurso*. Revista Propostas alternativas, Vale do Jaguaribe: natureza e diversidade cultural – I. Fortaleza: Imopec, 1999.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. *Elementos para uma Geografia Histórica do Baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional*. Revista Propostas alternativas . Vale do Jaguaribe: natureza e diversidade cultural – I. Fortaleza: Imopec, 2000.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. *Por uma geografia do trabalho*. IV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2002. www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? *Revista Pegada*, São Paulo, v. 1, n. 1, set. 2000.



Versão Digital

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932 – Fundos – Benfica

Fone: (85) 3366.7485 / 7486

CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará

imprensa@proplad.ufc.br



Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2014), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (2004). É bacharel (2001) e licenciada (2006) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora da Rede Observatório das Metrôpoles - Núcleo Fortaleza (Lapur). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em

Geografia Urbana, Ensino e Geografia Agrária. Desenvolve pesquisas ligadas ao eixo da Geografia Econômica e Planejamento Urbano: Economia Urbana e as Relações entre os Circuitos Superior e Inferior; Reestruturação Produtiva e Espacial e Dinâmica no Urbano-Industrial, bem como na Agroindústria de alimentos, mercado de trabalho e os circuitos espaciais da produção; Comércio e serviços associados à atividade industrial têxtil e confeccionista e sua influência na reestruturação urbana, refuncionalização e especulação imobiliária no contexto da financeirização e inflexão ultraliberal.

ISBN 978-85-7485-529-5



9 788574 855295